

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NAYHARA FREITAS MARTINS GOMES

**MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO: DINÂMICA
MIGRATÓRIA E ASPECTOS ECONÔMICOS**

**BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS - BRASIL**

2019

NAYHARA FREITAS MARTINS GOMES

**MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO: DINÂMICA
MIGRATÓRIA E ASPECTOS ECONÔMICOS**

Tese apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia, para obtenção do título de *Doctor Scientiae*.

Área de concentração: Organização do Espaço

Orientador: Prof. Dr. Ralfo Edmundo da Silva Matos

Coorientador: Prof. Dr. Carlos Fernando Ferreira Lobo

**BELO HORIZONTE
MINAS GERAIS - BRASIL**

2019

G633m 2019 Gomes, Nayhara Freitas Martins.
Municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro [manuscrito] :
dinâmica migratória e aspectos econômicos / Nayhara Freitas Martins
Gomes. – 2019.
vi,156 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: Ralfo Edmundo da Silva Matos.
Coorientador: Carlos Fernando Ferreira Lobo.
Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais,
Departamento de Geografia, 2019.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Inclui bibliografia.
Inclui anexo e apêndice.

1. Migração interna – Brasil, Sudeste – Teses. 2. Brasil, Sudeste –
Aspectos econômicos – Teses. 3. Urbanização – Teses. I. Matos, Ralfo
Edmundo da Silva. II. Lobo, Carlos. III. Universidade Federal de Minas
Gerais. Departamento de Geografia. IV. Título.

CDU: 325(815)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



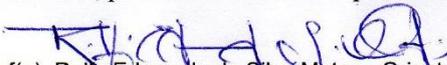
FOLHA DE APROVAÇÃO

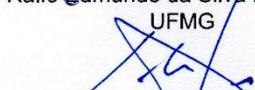
MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO: DINÂMICA MIGRATÓRIA E ASPECTOS ECONÔMICOS

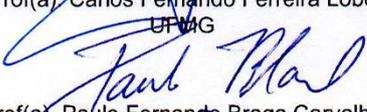
NAYHARA FREITAS MARTINS GOMES

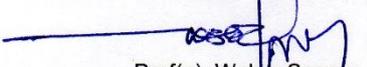
Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em GEOGRAFIA, como requisito para obtenção do grau de Doutor em GEOGRAFIA, área de concentração ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO.

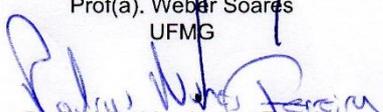
Aprovada em 24 de junho de 2019, pela banca constituída pelos membros:


Prof(a). Ralfo Edmundo da Silva Matos - Orientador
UFMG


Prof(a). Carlos Fernando Ferreira Lobo
UFMG


Prof(a). Paulo Fernando Braga Carvalho
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais


Prof(a). Weber Soares
UFMG


Prof(a). Rodrigo Nunes Ferreira
Prefeitura Municipal de Belo Horizonte


Prof(a). Wagner Barbosa Batella
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora

Belo Horizonte, 24 de junho de 2019.

Dedico essa tese aos meus pais, Vicente e Aparecida, pelo exemplo de honestidade e compromisso em suas labutas cotidianas, suas condutas certamente têm conduzido minhas escolhas.

AGRADECIMENTOS

Durante o desenvolvimento deste trabalho e desta etapa da minha vida, muitas pessoas foram fundamentais. Ao nomeá-las, poderia correr o risco de cometer injustiça ao omitir algumas. Por isso, registro aqui o meu sincero agradecimento àquelas que foram mais presentes. Agradeço a Deus pela vida, pelas oportunidades que têm me concedido e pelas pessoas colocadas em meu caminho: pelas que partiram e pelas que chegaram e permaneceram independente de qualquer coisa. Aos meus pais, Vicente e Aparecida, por vibrarem comigo a cada conquista, por me encorajarem a lutar pelos os meus objetivos com confiança e pelo apoio depositados em minhas escolhas.

Aos meus irmãos e cunhada, Vinicius, Nádia e Simone pelas constantes palavras de ânimo nesta jornada. Ao Odirley, pelo incentivo diário, por compartilhar ideias e também sonhos. A toda minha família, pela torcida. Em especial, aos meus avós por me permitirem ter uma infância experimentada por poucos e pelos valores transmitidos. Às companheiras de república, pelo aprendizado fruto da convivência e momentos de descontração.

Aos ensinamentos do Ralfo, pelas orientações dialógicas e conhecimento compartilhado. Por ter contribuído com o meu amadurecimento intelectual, respeitando meus interesses, compreendendo minhas limitações e corrigindo minhas falhas durante a construção da tese. Sou grata pela oportunidade de ter o conhecido, bem como pelas muitas das experiências que tive ao longo deste doutoramento. Ao Carlos Lobo, pela coorientação, disponibilidade e parceria no levantamento e tratamento dos dados e por todos os apontamentos preciosos. Ao LESTE, por ser um espaço de descontração e de socialização das experiências científicas.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG, pelo apoio ao longo de todo o trabalho. Aos amigos conquistados por onde passei durante estes quatro anos, por terem dividido comigo horas de alegria, preocupação e vitórias. Aos colegas docentes e alunos do IFMG/OP por partilharem conhecimento, dificuldades e por me propiciarem ter a experiência da sala de aula.

Aos professores integrantes da banca examinadora, pela disponibilidade em avaliar este trabalho e pelas contribuições através do diálogo estabelecido.

Agradeço também aos contribuintes brasileiros, em grande maioria assalariados honestos que não sonégam impostos, e tornaram possível a concessão da bolsa via CAPES, o que permitiu a minha dedicação exclusiva à produção da ciência. A cada um cujo nome não foi citado, mas que por mim torceram ao longo dessa caminhada, expresse minha gratidão.

“O difícil não é fazer o que ninguém faz. O difícil é fazer o que todo mundo faz, melhor.” Alex Atala

RESUMO

O objetivo central desta Tese de Doutorado é analisar como os movimentos migratórios dos últimos 30 anos impactaram os municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro em termos demográficos e econômicos. Os resultados da pesquisa estão sintetizados em quatro capítulos precedidos de um texto introdutório e encerrados com uma breve conclusão. O primeiro capítulo consiste na revisão teórica de abordagens relativas às “teorias migratórias”, à “densificação da rede urbana” brasileira e em especial, a do Sudeste, à “reestruturação produtiva” e reflexões sobre os “pequenos municípios”. No segundo capítulo é desenvolvida uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, com base na dinâmica demográfica de acordo com os dados dos Censos de 1991, 2000 e 2010. Essa análise permitiu a identificação de subespaços Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados. O terceiro capítulo analisa a dinâmica migratória na seara dos municípios de pequeno porte e suas configurações territoriais permitindo averiguar a conformação de novos núcleos de atração populacional. O quarto capítulo trata dos aspectos econômicos dos municípios de pequeno porte do Sudeste correlacionados com a força de trabalho migrante, com intuito de apontar novas tendências de reordenamento de atividades econômicas nestas localidades, além de refletir sobre a diversificação dessas práticas produtivas. Os resultados demonstram o fortalecimento de subespaços compostos por pequenos municípios que participam na distribuição populacional do Sudeste. O conjunto dos quatro capítulos pretende oferecer uma contribuição teórica e metodológica sobre a organização regional do Sudeste brasileiro tendo como referência a dinâmica migratória e aspectos econômicos dos pequenos municípios.

Palavras-chave: Migração interna; Aspectos econômicos; Municípios de pequeno porte

ABSTRACT

The main objective of this doctoral thesis is to analyze how the migratory movements of the last 30 years have impacted the small municipalities of the Brazilian Southeastern in demographic and economic terms. The results of the research are synthesized in four chapters preceded by an introductory text and concluded with a brief conclusion. The first chapter consists in the theoretical review of approaches to "migratory theories", the "densification of the Brazilian urban network", and especially to that of the Southeast, to "productive restructuring" and reflections on "small municipalities". In the second chapter a spatial taxonomy of small municipalities in southeastern Brazil is developed, based on the demographic dynamics according to census data of 1991, 2000 and 2010. This analysis allowed the identification of Dynamic, Semi-Stagnated and Debilitated subspaces. The third chapter analyzes the migratory dynamics in the area of the small municipalities and their territorial configurations, allowing to verify the conformation of new nuclei of population attraction. The fourth chapter deals with the economic aspects of the small municipalities of the Southeast, correlated with the migrant labor force, in order to point out new trends in the reordering economic activities in these localities, in addition to reflecting on the diversification of these productive practices. The results demonstrate the strengthening of subspaces composed of small municipalities that participate in the population distribution of the Southeast. The set of four chapters intends to offer a theoretical and methodological contribution on the regional organization of the southeastern Brazil, having as reference the migratory dynamics and economic aspects of the small municipalities.

Keywords: Internal migration; Economic aspects; Small municipalities

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO

Figura 1- Localização dos municípios de pequeno porte (MPP) do Sudeste 19

CAPÍTULO 2

Figura 1- Sistematização dos critérios adotados durante o processamento da Tipologia 61

Figura 2- Classificação dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro por tamanho e densidade demográfica e Tipos municipais conforme critérios demográficos..... 71

Figura 3- Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios em Associação com Declividade (%) 75

Figura 4- Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios associado a Distribuição de Eixos Tri-Modal 76

CAPÍTULO 3

Figura 1- Volume de Imigrantes intermunicipais com destino aos pequenos municípios do Sudeste, nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010..... 95

Figura 2- Volume de Emigrantes intermunicipais procedentes do conjunto dos pequenos municípios do Sudeste, nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010..... 97

Figura 3- Trocas migratórias interestaduais com destino e origem dos/nos MPP do Sudeste . 99

Figura 4- Os pequenos municípios do Sudeste mais procurados entre 2000 e 2010..... 104

CAPÍTULO 4

Figura 1- Representação do algoritmo do método K-Means..... 119

Figura 2- Imigrantes por grupos ocupacionais nos municípios do Sudeste 122

Figura 3- Pirâmide etária dos imigrantes ocupados no Sudeste brasileiro por classes de tamanho dos municípios..... 124

Figura 4- Renda dos imigrantes e não migrantes por grupos ocupacionais nos MPP do Sudeste 125

Figura 5- Imigrantes dos MPP do Sudeste em ocupações de alta qualificação..... 130

Figura 6- Imigrantes dos MPP do Sudeste em ocupações qualificadas 132

Figura 7- Imigrantes dos MPP do Sudeste em ocupações com baixa qualificação..... 133

Figura 8- Agrupamentos dos MPP do Sudeste por Razão de Ocupação pelo método *Local Indicators of Spatial Association (LISA)* 137

LISTA DE TABELAS

CAPÍTULO 2

Tabela 1- Classes de tamanho e densidade dos municípios do Sudeste, participação relativa e taxa de crescimento demográfico anual (%) entre 1991, 2000 e 2010.....	65
Tabela 2- Dados demográficos dos municípios de pequeno porte do Sudeste discriminados pela Tipologia demográfica, por número de municípios, Saldos Migratórios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização	67

CAPÍTULO 3

Tabela 1- Imigração, Emigração e Saldos Migratórios dos MPP de/para o conjunto de municípios do Sudeste, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010.....	92
Tabela 2- Saldos migratórios dos pequenos municípios das UFs do Sudeste com municípios de dentro e fora da Grande Região	100

CAPÍTULO 4

Tabela 1- Municípios do Sudeste por classes de tamanho e densidade, população absoluta com 10 anos ou mais, imigrantes ocupados e participação relativa dos imigrantes ocupados em 1991, 2000 e 2010	121
Tabela 2- Imigrantes de 10 anos ou mais de idade, ocupados no trabalho principal na semana de referência segundo grupos ocupacionais nos MPP do Sudeste	126
Tabela 3- <i>Clusters</i> de pequenos municípios pelo método <i>K-means</i> conforme o nível de qualificação do imigrante	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.A – Ao ano

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

FJP – Fundação João Pinheiro

GU – Grau de Urbanização

HAB/KM² – Habitantes por Quilômetro Quadrado

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEM – índice de Eficácia Migratória

LESTE – Laboratório de Estudos Territoriais

LISA – *Local Indicators of Spatial Association*

MDE – Modelo Digital de Elevação

MPP – Município de pequeno porte

RM – Região Metropolitana

SM – Saldo Migratório

SPPS – *Statistical Package for the Social Sciences*

TIN – *Triangle Irregular Network*

TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação

UF – Unidade da Federação

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

RESUMO	vii
ABSTRACT	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE TABELAS	xi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xii
INTRODUÇÃO	15
Contextualização e delimitação do problema	16
Objetivos	18
Hipótese	18
Classificação da pesquisa e breve caracterização da área de estudo	18
Organização e produção acadêmica associada à tese	21
CAPÍTULO 1	22
TEORIAS, CONCEITOS E PROCESSOS SOBRE OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE	22
1 Concepções teórico-metodológicas acerca das migrações: do poder do indivíduo às teorias estruturais	22
1.1 O enfoque neoclássico: a decisão de migrar condicionada por aspirações individuais ..	24
1.2 O enfoque histórico-estruturalista.....	26
1.3 Notas conclusivas	28
2 Novos arranjos da rede urbana brasileira	28
2.1 A dinâmica da rede urbana no Sudeste brasileiro	33
2.2 A expansão da visibilidade dos subespaços emergentes	35
3 Pequenos notáveis: por uma caracterização dos pequenos municípios.....	37
4 Referências bibliográficas	43
CAPÍTULO 2	55
CLASSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO	55
RESUMO	55
ABSTRACT	56
1 Introdução.....	57
2 Procedimentos metodológicos.....	58
3 Resultados e discussões correlatas	63
3.1 Caracterização geográfica dos pequenos municípios do Sudeste	70

4 Conclusões.....	78
5 Referências bibliográficas	80
CAPÍTULO 3.....	84
MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS	84
RESUMO	84
ABSTRACT	85
1 Introdução.....	86
2 Procedimentos metodológicos.....	88
3 Imigração, emigração e saldos migratórios	90
3.1 Os fluxos extra regionais e intrarregionais	94
3.1.1 As trocas com o resto do Brasil	94
3.1.2 As trocas intrarregionais	98
4 Conclusões.....	107
5 Referências bibliográficas	109
CAPÍTULO 4.....	114
MIGRAÇÃO INTERNA E SUA IMPLICAÇÃO ECONÔMICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUDESTE BRASILEIRO	114
RESUMO	114
ABSTRACT	115
1 Introdução.....	116
2 Procedimentos metodológicos.....	117
3 Resultados e discussões correlatas	120
3. 1 Estrutura populacional e renda dos imigrantes ocupados do Sudeste	123
3.2 A dimensão territorial das atividades geradoras de emprego no Sudeste.....	126
3.2.1 Dinâmica econômica e níveis de qualificação do imigrante: um exercício de representação.....	129
3.2.2 A verossimilhança espacial	134
4 Conclusões.....	140
5 Referências bibliográficas	142
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
APÊNDICES	153
APÊNDICE A - Classificação dos imigrantes ocupados conforme nível de qualificação.....	153
ANEXOS	153
ANEXO 1 - Grupos por setor ocupacional.....	153

INTRODUÇÃO

A presente tese de doutorado em Geografia propõe uma análise da organização espacial dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, com ênfase na dinâmica migratória e econômica. A ideia subjacente é demonstrar que nos últimos 30 anos, os pequenos municípios têm se constituído em espaços de expressão neste contexto regional.

Esta pesquisa tem como referência fundamental, a identificação de tendências demográficas e do mercado de trabalho exibidas pelos municípios de pequeno porte (MPP). Com a redução das taxas de fecundidade e o declínio do ritmo de crescimento da população brasileira nas últimas décadas, a migração (uma das componentes da dinâmica demográfica) tornou-se ainda mais importante no processo de redistribuição populacional (FJP, 2017). Logo, a migração é aqui entendida, não como uma variável causal, mas como um instrumento capaz de apontar em quais dimensões ocorrem mudanças na organização territorial dos pequenos municípios.

Para efetuar essa análise foram considerados como municípios de pequeno porte (MPP) ou pequenos municípios aqueles com população inferior a 50.000 habitantes, critério semelhante adotado por Motta et al., (1997) e Corrêa (1999). A expressividade quantitativa diante da escala nacional (4.982 pequenos municípios), tal como acontece no Sudeste, em 2010, em 90,4% dos municípios no segmento de pequeno porte, constituiu alguns dos critérios para a seleção dos MPPs como universo desta investigação. Ademais, optou-se pelos MPPs situados na região Sudeste, por essa ser capaz de expressar a heterogeneidade dos processos sociais, econômicos e demográficos existentes no Brasil.

A motivação inicial para a realização desta investigação surgiu da necessidade de se abordar numa perspectiva mais ampliada, a dinâmica migratória e econômica dos MPP, tendo como pano de fundo, o debate atual acerca das novas configurações e tendências territoriais dos processos de reestruturação urbana e produtiva no Brasil. Deste modo, trata-se de um estudo pouco explorado e com um ponto de vista original, por promover o entendimento sumarizado acerca da atuação destes processos na escala dos pequenos municípios do Sudeste.

Não obstante, este estudo reveste-se de importância por enfatizar a diversidade regional existente entre os MPP do Sudeste, além de exibir uma dimensão histórico-geográfica com análises centradas nas últimas décadas do século XX e início do XXI. Ainda assim, essa investigação ganha destaque por abordar esta categoria de município, marginalizada em muitas pesquisas, inclusive no âmbito da Geografia. A prova disto reside na dificuldade ao levantar material bibliográfico sobre o referido tema, em decorrência da incipiência de estudos que

focam aspectos da dinâmica migratória e econômica no âmbito dos MPP, enquanto que, nos grandes centros urbanos e cidades médias, estudos sobre esta temática têm sido recorrentes. Assim, há que se indagar: mesmo representando 90,4% dos 5.565 municípios brasileiros, os pequenos municípios não teriam significância, quer num contexto local quer no regional?

Os recentes contornos da urbanização brasileira vêm sendo marcados por processos de espraiamento urbano e econômico o que contribui para a emergência de uma plêiade de cidades, com indiscutíveis papéis de centralidade¹ dentro do espaço regional (MARTINE, 1994; MATOS; BAENINGER, 2008; LOBO; MATOS, 2011). Historicamente reconhecidos como pequenos aglomerados com deficiente infraestrutura e arrecadação dependente de benefícios previdenciários, muitos pequenos municípios vêm contrariando essa assertiva, ao constituírem lócus para o desenvolvimento de atividades ligadas à economia rural, mas também de outras essencialmente não agrárias, reduzindo o caráter bucólico e pacato destes municípios.

Com o intuito de caracterizar os fluxos migratórios e econômicos dos assentamentos humanos dos pequenos municípios, utilizou-se dados secundários obtidos do Censo Demográfico, disponibilizado pelo IBGE, dos decênios de 1991, 2000 e 2010. Em sentido aplicado, as reflexões científicas aqui produzidas, podem contribuir na formulação de políticas públicas de desenvolvimento regional, por sinalizar onde os fluxos migratórios se processam, bem como evidenciar as práticas econômicas que imperam no universo dos pequenos municípios.

A tese deste estudo ampara-se na premissa de que as mudanças no comportamento migratório observadas nos últimos 30 anos, nos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, é influenciada por transformações socioespaciais regionais como o processo de urbanização, desempenho econômico e reestruturação produtiva. É relevante considerar que os pequenos municípios assumem importante função na estruturação do espaço, ao se consolidar como suporte espacial para o desenvolvimento de atividades produtivas não unicamente centradas na agricultura, como ocorrera em outrora.

¹ Nesta investigação, admite-se a centralidade urbana como uma área de influência de um centro urbano dotada de funções econômicas, sociais e culturais distintas. Diz respeito ao aglomerado dos fluxos resultantes destas funções, não apenas instituído pelo que está fixo no espaço, mas pelas mudanças ocorridas no decorrer do tempo, no uso, na apropriação e no sentido dados aos espaços (SPOSITO, 2001, p. 239). Sendo assim, a centralidade urbana, trata-se da expressão do movimento de definição/redefinição das áreas centrais de uma rede urbana em diferentes escalas.

Contextualização e delimitação do problema

Figueiredo (2007) discorre que o processo de urbanização brasileiro orientada pelo desenvolvimento do Capitalismo industrial intensificou-se a partir da multiplicação do número de cidades. Atualmente, o modo de produção capitalista vem se redefinindo e concomitantemente, nas últimas décadas, tem refletido na reestruturação da rede urbana brasileira aprofundando as relações de divisão social e territorial do trabalho, o que gera rebatimento nas mais diferentes escalas geográficas.

Tal como Corrêa (1999) asseverava, algumas cidades ampliam seus papéis, outras perdem posição na hierarquia urbana. No caso dos pequenos municípios, tratados pelo autor como pequenas cidades, demonstram a perda de centralidade e funções em alguns casos, mas há ainda outros casos em que elas podem aumentar seu dinamismo e polarizar cidades menores no seu entorno. Com a complexificação da rede urbana, alguns pequenos municípios vêm sendo palco para o desenvolvimento da especialização e diversidade produtiva, com prestações de serviços e equipamentos para o agronegócio, educação, mineração, turismo, atividades extrativas e industriais e redes técnicas. Todo este aparato responsável pela maior dinamização de sua economia permitiu um paulatino aumento da capacidade de atrair população.

Tendo em vista este quadro, o modo como as articulações entre as escalas geográficas efetuam-se, no período atual, requer a ampliação e o aprofundamento da reflexão sobre as relações entre as cidades (ENDLICH, 2006; SPOSITO; SPOSITO, 2017). Em especial, há que se visualizar os pequenos municípios quando se constituem em importantes “nós” da rede urbana, inclusive pelo fato de intermediar relações com o campo. Corrêa (1999) advoga que é necessário estudar tais municípios, pois, neles se criam as possibilidades de circulação de pessoas, mercadorias, informações e valores, elementos que intensificam as relações entre elas mesmas e suas regiões. Assim, a questão que norteou esta pesquisa voltou-se para a compreensão de como a dinâmica demográfica e econômica dos pequenos municípios vêm se alterando a ponto de se tornarem espaços de expressão no contexto regional do Sudeste?

Diante disso, as questões de investigação de caráter mais específico e localizado que se formularam nesta pesquisa foram: O comportamento migratório indica mudanças sociais e nos processos produtivos? Os pequenos municípios vêm revertendo sua condição histórica de perdedores de população? Pode se perceber alterações entre as trocas populacionais que envolvem estas unidades territoriais? Estes municípios representam novas áreas de interesse para a reprodução do capital?

Objetivos

Tais questões de investigação tiveram o objetivo de analisar os impactos dos movimentos migratórios dos últimos 30 anos nos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro em termos demográficos e econômicos. Com o intuito de alcançar tal objetivo buscou-se especificamente: 1) construir uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro sob a ótica da dinâmica demográfica; 2) averiguar as configurações territoriais do comportamento migratório, dos últimos 30 anos, na seara dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro e 3) compreender os efeitos dos movimentos migratórios sobre a performance econômica dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro.

Hipótese

Com base fundamentalmente, nas perspectivas teóricas sobre as principais teorias migratórias, evolução da rede urbana e pequenos municípios, formulou-se como hipótese de pesquisa que, os pequenos municípios do Sudeste, região com maior desenvolvimento econômico do Brasil, deixaram de ser o lócus de expansão das atividades agropecuárias estrito senso, e passaram a receber investimentos produtivos de expressão, o que tem feito deles uma vasta superfície territorial de relevância demográfica e econômica no país.

Classificação da pesquisa e breve caracterização da área de estudo

A pesquisa realizada pode ser classificada quanto aos seus objetivos como de caráter descritivo-explicativo, por pretender compreender e analisar os contextos demográficos e econômicos aos quais se inserem os municípios de pequeno porte do Sudeste, e identificar subespaços compostos por estes municípios capazes de representar dinamicidade econômica e demográfica na escala regional.

Conforme Gil (2010, p.27), a pesquisa descritiva tem como finalidade descrever as diversas características apresentadas em uma realidade. Enquanto a pesquisa explicativa busca evidenciar os fatores que contribuíram para a ocorrência de determinado fenômeno. Empregou-se, nesta investigação, um desenho de pesquisa quantitativo. Segundo Reichardt; Cook (1979), a abordagem quantitativa, busca descrever os significados da realidade estudada de forma objetiva permitindo uma análise focalizada, pontual e estruturada dos dados. Ainda para Tanaka (2001) as vantagens de uma abordagem quantitativa se alinham com a possibilidade dos dados serem analisados de forma direta e assumirem uma força demonstrativa que permite a generalização, representatividade e, principalmente, a inferência para vários contextos.

A Figura 1 possibilita caracterizar os municípios de pequeno porte (MPP) do Sudeste através de uma breve leitura da dinâmica regional, tendo em vista a localização dos MPP nas mesorregiões definidas pelo IBGE. A divisão regional do território do Sudeste de acordo com critérios geoeconômicos identifica porções espaciais homogêneas, fluxos e relações de produção e consumo (DINIZ; BATELLA, 2005) revelando áreas que apresentam uma certa similaridade na combinação de elementos geográficos naturais, sociais e econômicos (IBGE, 1970, p.3).

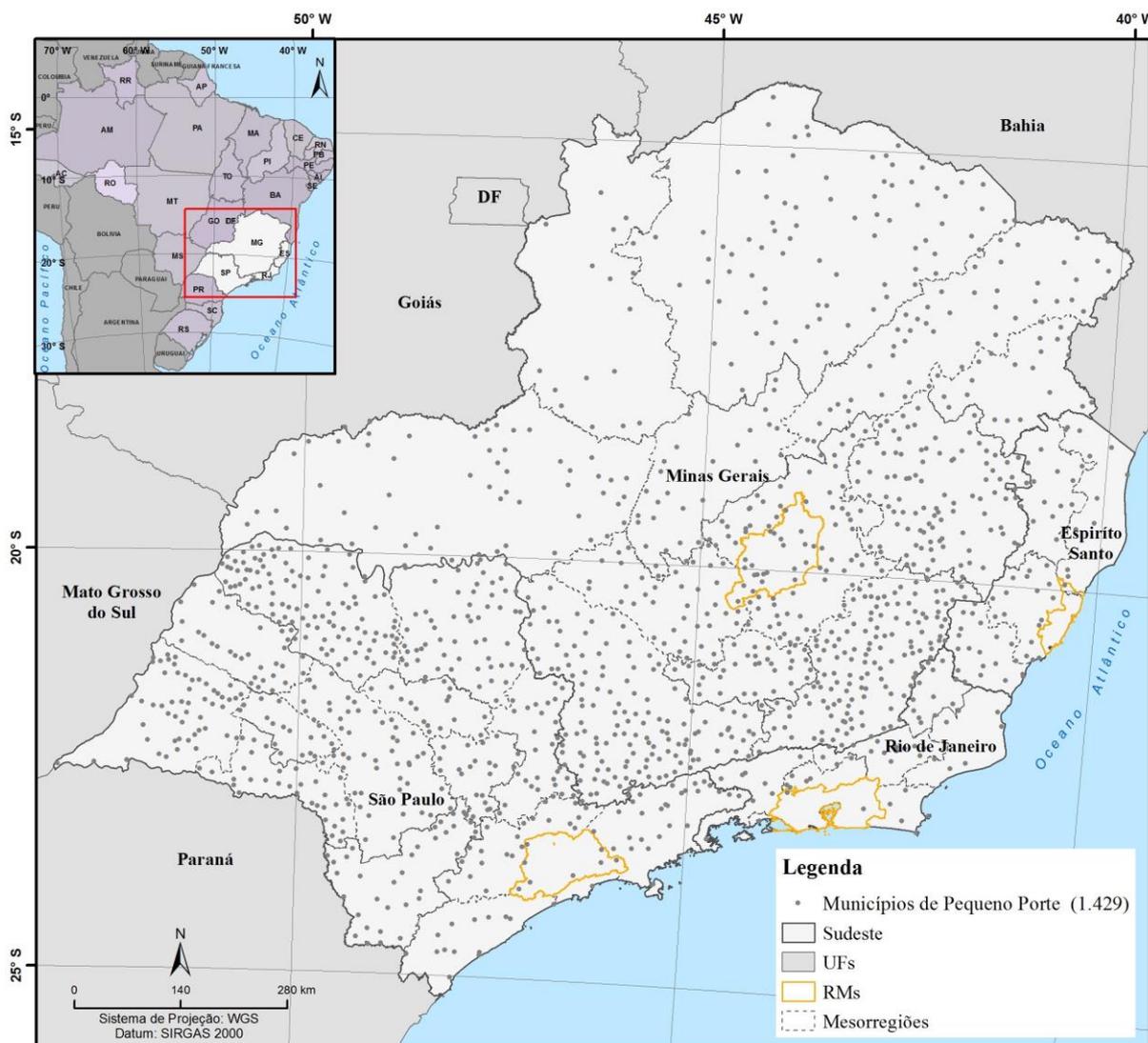


Figura 1- Localização dos municípios de pequeno porte (MPP) do Sudeste

Neste sentido, no estado de Minas Gerais, pode-se identificar mesorregiões como o Norte de Minas, Jequitinhonha e Vale do Mucuri compostas por municípios que historicamente apresentam baixo desenvolvimento socioeconômico com práticas agropecuárias tradicionais. Ao passo, que nas mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Sul de Minas e Noroeste

de Minas (em expansão) há o estabelecimento de modernas atividades agrícolas com adoção de novas tecnologias. Na Central mineira e Metropolitana e Vale do Rio Doce há a presença das atividades industriais e amplo setor de serviços. No Campo das Vertentes e Oeste de Minas, a mineração e siderurgia se fazem presentes nestas áreas. Enquanto na Zona da Mata prevalecem realidades socioeconômicas carregadas de uma certa estagnação devido a ocupação antiga.

O território paulista está fracionado em 15 mesorregiões constituídas por pequenos municípios com significativa prosperidade socioeconômica. Os contrastes regionais são mais tênues quando comparados aos outros estados do Sudeste. A mesorregião Metropolitana de São Paulo mantém o papel de liderança em termos econômicos e de concentração populacional, enquanto, a mesorregião do Vale Paraíba situada a leste do estado, além de possuir um importante valor histórico e cultural, é polo industrial e tecnológico, sendo também caracterizada pelo forte dinamismo econômico.

A desconcentração das atividades industriais e ampliação do setor terciário rumo ao interior do estado beneficiou outras regiões como a mesorregião de Campinas, caracterizada por um complexo industrial moderno, com uma forte atuação de empresas e centros de pesquisas científicas e tecnológicas avançadas. A agroindústria e a produção agrícola também possuem um importante papel econômico na região. No oeste do estado, destaca-se o papel das atividades agropecuárias nas mesorregiões de São José do Rio Preto, Rio Preto entre outras. Essas áreas possuem uma economia robusta e diversificada, com empresas agrícolas e industriais de alta tecnologia, comércio e serviços, além de ser destaque nos sistemas logísticos em transportes, comunicação e segurança.

Na mesorregião de Piracicaba localiza-se um parque industrial onde se concentram empresas nacionais e multinacionais dos setores sucroalcooleiro, alimentos, bens de capital, cerâmica, agroindústria e metalurgia. Em suma, as mesorregiões paulistas onde se concentram os MPP experimentam um adensamento das atividades produtivas com padrões tecnológicos avançados, mas também das práticas agropecuárias modernas.

O estado do Espírito Santo é dividido em quatro mesorregiões. Nas mesorregiões Noroeste e Litoral Norte a agropecuária se destaca, especialmente, a cafeicultura e pecuária de corte, além do extrativismo vegetal vinculado à cultura do eucalipto. Ainda no Litoral Norte, a exploração do petróleo e gás natural propicia dinamismo econômico na região. No Sul do estado, há a extração de reserva de alguns minerais, principalmente pedras para a construção civil e acabamentos, além do petróleo. Na mesorregião Central predomina o turismo, seja nas

praias ou nas montanhas. As indústrias de transformação como a siderúrgica também tem papel importante, tal como a indústria do petróleo e setor de serviços associados ao porto de Tubarão.

Por fim, o Rio de Janeiro é dividido em seis mesorregiões. O extrativismo e indústria petrolífera têm destaque na economia regional e compreende as mesorregiões Norte Fluminense, Noroeste Fluminense e Baixadas Litorâneas. Na mesorregião Metropolitana e Centro Fluminense predominam as atividades industriais, de comércio e prestações de serviço. Não obstante, na região serrana localizada na mesorregião Metropolitana do Rio, o turismo é relevante e a agricultura ligada à produção e comercialização de hortifrutigranjeiros.

Organização e produção acadêmica associada à tese

Após todo o percurso teórico-metodológico e partindo dos pressupostos discutidos, estruturou-se a presente tese² em quatro capítulos, além desta introdução geral e das conclusões. O primeiro tem natureza teórica ao apresentar a contribuição desta investigação para a compreensão dos novos contornos da rede urbana brasileira e teorias migratórias, focalizando o universo dos pequenos municípios. Os outros três correspondem aos capítulos de análise dos resultados; no segundo, uma proposta de classificação para os municípios de pequeno porte sudestinos, com base na associação de critérios demográficos e em suas diferenciações socioespaciais. O terceiro trata da dinâmica migratória dos pequenos municípios, tendo em conta as últimas três décadas ao compreender os aspectos e as tendências das trocas populacionais. Por fim, no quarto capítulo, identifica-se aspectos econômicos relativos a oferta de trabalho nos pequenos municípios do Sudeste, e para isso a população migrante ocupada constituiu o indicador sintomático que será objeto de estudo.

Em relação à produção acadêmica associada à tese, pode-se enumerar três participações em congressos com apresentações de trabalho completo, nas modalidades oral e pôster e publicação nos anais dos eventos (VII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población/XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais; IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades; e XII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia). Além disso, um capítulo de livro, em edição e quatro artigos submetidos à periódicos reconhecidos pela CAPES (sendo um deles publicado na revista *Geoinfó*), com autoria da doutoranda e coautoria do orientador e coorientador.

² Importante sublinhar que para a estruturação da tese, optou-se pela organização dos capítulos em formato de artigos científicos. O Programa de Pós-Graduação em Geografia permite, na sua regulamentação, que as teses de doutorado sejam constituídas de artigos publicáveis (ou publicados) em revistas científicas da área de conhecimento.

CAPÍTULO 1

TEORIAS, CONCEITOS E PROCESSOS SOBRE OS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE

O presente capítulo centra-se nas contribuições teóricas que permeiam esta pesquisa mediante a avaliação da literatura referente aos temas relativos à “migração”, à “rede urbana” e aos “pequenos municípios”. São temas que circunscrevem o objeto desta tese, qual seja, as mudanças demográficas e econômicas na seara dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro. Este capítulo complementa-se com abordagens teóricas sobre a reestruturação de espaços regionais.

1 Concepções teórico-metodológicas acerca das migrações: do poder do indivíduo às teorias estruturais

Somos seres sociais e espaciais e transitamos pelo espaço motivados por necessidades diversas (BECKER, 1997, p.323). A mobilidade espacial e suas dinâmicas são inerentes à história do homem, se constituindo em uma forma de interação espacial integrante da existência, da reprodução e do processo de transformação social no espaço e no tempo. Cresswell (2011, p.8) garante que a mobilidade além de ser geográfica é central para a experiência humana do mundo. Portanto, a mobilidade espacial se configura como condição para a existência dos indivíduos ou grupos, e seria muito reducionista percebê-la apenas como simples deslocamento de pessoas, mercadorias, capital e informação no espaço. As migrações, em específico, são determinantes para o desenvolvimento de diversos eventos de natureza econômica, social e demográfica que definiram a ocupação e domesticação do espaço.

A mobilidade ao se referir à existência e reprodução social reflete as dissonâncias dos lugares de origem e destino, resultando em um julgamento valorativo assimétrico de um lugar em detrimento do outro. Merriman (2012, p.232) sugere que os trabalhos recentes sobre o fenômeno da mobilidade devem ir além das ideias convencionais de mensuração dos grandes fluxos, percebendo-a como um processo que molda ativamente as dinâmicas socioespaciais.

As interações espaciais constituem um amplo e complexo conjunto de deslocamentos de pessoas, mercadorias, capital e informação sobre o espaço geográfico (CORRÊA, 1997, p.279), podem ser caracterizadas pela maior ou menor intensidade, por variações segundo a frequência de ocorrência e, conforme a distância e direção, motivadas por objetivos a serem alcançados e se realizarem através de diversos meios e velocidades. Neste sentido, há uma gama

de exemplos correntes de interações espaciais e experiências, nas quais de certa forma, estamos envolvidos e que crescem em intensidade, densidade e ritmo carregando consigo dimensões materiais e imateriais. Urry (2007, p.269) sugere que os espaços são econômica, política e culturalmente produzidos através das múltiplas mobilidades, de pessoas, de capital, de objetos, de sinais e de informações.

A integração do espaço geográfico se estabelece a partir da alteração da natureza, da intensidade e dos padrões espaciais da interação. O capitalismo industrial acentuou a mobilidade acelerando os processos de circulação, afetando diretamente os deslocamentos de curta e longa distância, entre os espaços de origem e os de destino. De acordo com Corrêa (1997, p.284), já no fim do século XIX, as interações espaciais mostravam-se marcadas pela superação do espaço pelo tempo. Matos (2011, p.111) ressalta essa lógica, ao afirmar que a mobilidade se intensifica pela facilidade de acesso aos meios de transporte e de comunicação que comprimem o espaço e o tempo. Assim, a instantaneidade e a simultaneidade conhecida hoje no âmbito da circulação de informações, não se aplicaram da mesma forma às mercadorias e às pessoas, em função daquela ser o resultado do progresso técnico decorrente da crescente demanda de comunicação.

Milbourne (2007, p.385) concebe a mobilidade como um fenômeno que transcende o espaço, encontrando-se, também, onipresente no seio da sociedade. Segundo Sousa (2005, p.120), a mobilidade faz parte das pré-condições do desenvolvimento político e cultural de um povo, pois as pessoas necessitam estar em constante movimento para realizarem atividades relacionadas ao trabalho, ao consumo de bens e serviços, ao lazer, à educação, às práticas religiosas e culturais. Dessa forma, a situação espacial de cada sujeito pode facilitar ou dificultar esses deslocamentos.

A relação entre estruturação do espaço e migração é um tema já explorado na literatura. As migrações correspondem ao deslocamento espacial da população de forma temporária ou permanente entre duas unidades geográficas distintas e em um período de tempo estabelecido (IBGE, 2010). Outro aspecto conceitual central diz respeito à intenção de mudança do local de residência, que diferencia a migração de outros movimentos, como os pendulares e sazonais. No Brasil, as questões a respeito dos fluxos migratórios sofreram várias alterações no decorrer das edições do Censo Demográfico.

Nos Censos de 1960 e 1970, as questões sobre migração eram direcionadas apenas àqueles que não haviam nascido no município de residência. Os quesitos envolviam o tempo de residência sem interrupção na Unidade da Federação (UF) e no município, lugar de

procedência (UF ou país estrangeiro) e situação de domicílio (rural ou urbano) (CARVALHO; RIGOTTI, 1998). No Censo de 1980, além da migração intermunicipal, também foi pesquisada a intramunicipal, apesar de não haver menção ao tempo em que se deu o evento. Outra novidade refere-se à indicação do município de residência anterior, por parte daqueles com menos de 10 anos de residência no município atual, o que permitiu a identificação do movimento de retorno. No censo de 1991, se manteve os quesitos anteriores e houve questões sobre o município, a UF e a condição de residência de cinco anos atrás (isto é, em 01/09/86), ou seja, migração de data-fixa. A combinação dessa variável com a migração de última etapa (município de residência anterior) permitiu a identificação de mais um ponto no tempo na trajetória migratória na década.

Na edição do Censo de 2000, a retirada da variável referente ao município de residência anterior foi a alteração mais significativa, ao lado da retomada da variável referente aos movimentos pendulares. Em 2010 ocorreu a reinserção da variável de migração de última etapa, mantendo a migração de data-fixa. Além disso, houve o desmembramento do motivo do deslocamento diário pendular, ou seja, para estudo ou para o trabalho.

Estudos sobre migração produzidos nas últimas décadas refletem sobre a inexistência de uma teoria geral que dê conta de explicar o fenômeno migratório (RENER; PATARRA, 1980; PATARRA; CUNHA, 1987; MASSEY, 1990; NOGUEIRA, 1991). Contudo, isso ocorre em função da variedade de motivações, das divergências teórico-conceituais e analíticas a respeito da multiescalaridade da mobilidade humana no espaço (DAVIS, 1989; MASSEY et al., 1993; SOARES, 2004, BRAGA, 2011).

1.1 O enfoque neoclássico: a decisão de migrar condicionada por aspirações individuais

Arelado a evidências empíricas, uma gama de modelos teóricos analisaram desde meados do século passado, a redistribuição da população pelo espaço. Becker (1997) aponta para a necessidade de entender o processo migratório, através dos enfoques neoclássico e neomarxista. A mobilidade espacial neoclássica caracteriza-se pelos fatores pessoais dos migrantes, o desejo pessoal de migrar, desconsiderando a complexidade social. Um dos precursores desta corrente foi Ravenstein (1980), no final do século XIX, em estudos sobre migração interna na Inglaterra, de maneira explícita elucidou a relação entre as atividades econômicas e os deslocamentos espaciais da população.

O autor focaliza o indivíduo, desconsiderando as estruturas históricas e o contexto social como fatores de migração, mas julgava a distância, a migração por etapas, a configuração das correntes e contracorrentes, a predominância da migração feminina, a tecnologia e a tendência

das migrações gerar movimentos sucessivos a partir de áreas próximas a um centro industrial ou comercial como responsáveis pela seleção positiva dos indivíduos que migram. Tais observações empíricas eram as principais regularidades defendidas pelo autor em sua obra as “Leis da Migração” de 1885. Na visão do autor, a principal causa dos deslocamentos de população era a oferta de mão de obra nos centros industriais e comerciais facilitado pelo desenvolvimento de novas tecnologias, novas formas de transporte, o que influenciava a distribuição de pessoas entre as regiões.

Lee (1980) retoma os apontamentos de Ravenstein e incorpora informações sobre os movimentos internos nas sociedades de capitalismo tardio, em sua obra “Uma Teoria da Migração”. Para o autor, a decisão de migrar pode ser seletiva quando se vincula a uma decisão racional entre os chamados fatores positivos (capazes de atrair migrantes) e negativos (expulsar). Isso implicaria sempre na existência de lugares de origem, lugares de destino e uma série de obstáculos intervenientes. Logo, a decisão de migrar nunca é completamente racional, os contatos pessoais e os sistemas de informação aos quais o migrante tem acesso serão de fundamental importância na decisão de migrar (LEE, 1980, p.112).

O ato migratório na visão de Lewis (1954) é induzido pelas diferenças geográficas de oferta e demanda por trabalho. Desta forma, o deslocamento populacional ocorreria de regiões com baixos salários ou excesso de mão-de-obra para regiões com altos salários ou escassez de mão-de-obra. Com a intensificação dos fluxos migratórios, haveria uma queda na oferta de trabalho e os salários subiriam em países carentes de capital e com excesso de mão-de-obra. Ao mesmo tempo, a oferta de trabalho aumentaria e os salários cairiam em países com maior volume de capital e escassez de mão-de-obra, uma vez eliminada a diferença salarial, a migração tenderia a cessar.

Apoiando parte das considerações feitas por Lewis, segundo Todaro (1969), o migrante é um indivíduo racional que decide migrar a partir de um ordenamento hierárquico de suas preferências e um cálculo de custos e benefícios do local escolhido que possa ser mais produtivo, logo tendo uma expectativa de retorno positivo, geralmente monetário.

Em suma, a abordagem neoclássica nas suas dimensões macro e micro tem um viés economicista da migração. Para tais autores, mesmo havendo divergências entre eles, os movimentos migratórios se dão por meio da transferência de indivíduos dos setores tradicionais para os setores modernos da economia, em função das diferenças salariais e da escassez e do excedente de trabalho e capital de uma área para a outra (MATOS, 2011). Assim, esta corrente

foi alvo de duras críticas frente às fortes diferenças dos contextos de países desenvolvidos (onde a teoria foi formulada) e os subdesenvolvidos.

1.2 O enfoque histórico-estruturalista

Essa perspectiva teórica da migração surgiu a partir da década de 1960 e tem o objetivo primordial de estabelecer uma correlação entre os movimentos migratórios e o desenvolvimento regional influenciado por mecanismos de mercado. A preocupação em entender o fenômeno de forma global, parte do pressuposto de que a migração é um elemento da acumulação de capital, importante às análises histórico-estruturalistas (NOGUEIRA, 1991).

Também reconhecida como abordagem neomarxista, o enfoque histórico-estrutural considera a migração como um processo social resultante da introdução das relações capitalistas de produção no campo e da expropriação dos trabalhadores rurais, o que levaria a um desemprego estrutural. Os teóricos desta corrente tratam a mobilidade enquanto um tipo de deslocamento forçado em oposição à visão neoclássica das migrações, entendidas como um ato de decisão pessoal. A migração passou a ser compreendida como a crescente sujeição do trabalho ao capital (BECKER, 1997, p.334), onde as relações e funções de diversos elementos como o mercado de terras, o mercado de trabalho, o acesso à informação, as características individuais do migrante são interdependentes dentro de um sistema, não sendo possível analisá-los de forma isolada (SANTOS et al., 2010).

Uma perspectiva mais sociológica desta vertente afirma que os fatores expulsivos e atrativos entre os lugares de residência e destino tornaram-se relevantes na análise do fenômeno migratório, além daqueles referentes às condições sociais, culturais e subjetivas (GERMANI, 1974, p.143). Ao se afirmar que o fenômeno migratório não ocorre no isolamento social, o autor sugere que a análise da migração deve ser feita em três níveis; 1) o objetivo, composto por fatores de expulsão e de atração, pela natureza e condições das comunicações, de contato e acessibilidade existentes entre as áreas de origem e destino; 2) o normativo, abrangendo os papéis, valores, expectativas e padrões de comportamento socialmente institucionalizados que refletiriam o padrão normativo vigente no grupo social, padrão esse que estaria internalizado nos indivíduos, os condicionando à decisão da migrar e o 3) o psicossocial considerando as atitudes e expectativas individuais, onde está implícita a decisão de migrar.

Dessa forma, a abordagem histórico-estruturalista discute a migração por meio de diferentes características estruturais presentes no processo de formação das sociedades capitalistas centrais e periféricas, colocando como ponto primordial, os fatores econômicos e

políticos que ligam uma a outra e que criam uma relação de dependência (OLIVEIRA; STERN, 1980).

No interior da perspectiva histórico-estrutural, Paul Singer trouxe contribuições preciosas ao procurar determinar as características históricas e estruturais do fenômeno da migração interna, no contexto do subdesenvolvimento, quando sublinhava os condicionantes derivados das sociedades de classes. Para Singer (1980, p.217), as migrações são historicamente condicionadas e resultantes de mudanças globais e por estarem diretamente associadas ao desenvolvimento do capitalismo se tornaram mais volumosas frente à égide das atividades industriais que se aglomeraram nas cidades, o que geralmente atraía população de áreas mais próximas.

O autor defende que há atuação de fatores de expulsão do migrante podendo ser de mudança ou de estagnação. Os condicionantes à mudança seriam resultantes da introdução de relações capitalistas nas áreas rurais, como a utilização de novas técnicas de produção que impulsionariam a produtividade local e levaria a um desemprego estrutural. E, conseqüentemente, provocaria a migração e a diminuição da população em termos absolutos. Já os fatores de estagnação corresponderiam à incapacidade dos produtores das áreas rurais de elevarem a produtividade da terra e se adequarem aos novos padrões de produção exigidos.

O principal fator de atração dos migrantes seria a demanda por força de trabalho nas cidades frente o crescimento das atividades industriais, sendo que a principal motivação para migrar seriam as oportunidades econômicas frente a promessa de uma melhor remuneração. A indústria, por força da racionalidade locacional, requer a minimização de custos ao procurar cidades onde exista mão de obra abundante e uma base comercial significativa. Logo, a industrialização levou à concentração das atividades econômicas devido ao grau de interação entre os setores produtivos gerando desequilíbrios regionais que, por sua vez, motivaram as migrações.

Singer (1980) opta por enfoques de grupos e/ou classes no Brasil e América Latina não concentrando suas discussões no indivíduo. Portanto, enfatiza que em dado instante algumas classes seriam colocadas em movimento, havendo uma seleção entre esses grupos em um momento posterior em função de processos econômicos. Na visão de Singer (1980), os fluxos migratórios são distintos em função das diversas condições e contextos históricos e respondem a um conjunto de causas e conseqüências próprias, dependentes do tipo de industrialização em curso. Tal fato mostra que existem tipos historicamente definidos de migrações, condicionadas pelo modo de produção vigente.

Em suma, a abordagem histórico-estrutural procura analisar a migração em suas inter-relações com outros processos globais, onde a análise deve ser referida historicamente, sem perder de vista as mudanças dos fluxos migratórios ao longo do processo de desenvolvimento. As causas das migrações não devem ser compreendidas somente na origem e no destino, mas também conforme os fluxos ao nível inter e intrarregional ao dar enfoque nas estruturas econômicas, políticas, sociais e demográficas e como estes fatores influenciam na estrutura de classes. Assim, há uma preocupação em analisar os efeitos políticos da migração, suas eventuais alterações da configuração de classes e das ações políticas subsequentes.

1.3 Notas conclusivas

As discussões realizadas ao longo deste tópico buscaram identificar as principais perspectivas de análise sobre os fluxos migratórios. Apesar de ambas tenderem a explicações essencialmente gerais, os modelos teóricos neoclássicos concebem a migração ao nível do comportamento individual, enquanto os estudiosos da análise histórico-estrutural enfatizam a migração não como um ato soberano do indivíduo ou soma de escolhas individuais, mas como fenômeno social (classes ou grupos socioeconômicos movidas por desigualdades regionais).

Ambas são alvo de críticas, uma por superestimar o poder do indivíduo, outra pelo excessivo determinismo econômico em suas discussões sobre os fluxos populacionais, tal como afirma Braga (2006, p.80), a vinculação de todas as explicações ao processo de acumulação de capital tornam os fluxos invariavelmente mais importantes que os indivíduos. Essa tese reconhece a importância da teoria neoclássica, mas admite frente aos objetivos propostos, a aproximação com alguns aspectos da corrente histórico-estruturalista ao dar enfoque aos grandes fluxos migratórios no Brasil dimensionados pelos dados secundários do IBGE, sem desconsiderar a influência de outros processos, como os de natureza social e cultural.

2 Novos arranjos da rede urbana brasileira

Segundo Souza (2003), nenhuma cidade existe isoladamente sem trocar informações e bens com outras cidades. Na realidade, todas as cidades, por exemplo, de um país se encontram de uma forma ou de outra ligadas aos nódulos de uma rede urbana.

As redes urbanas constituem uma forma material de rede geográfica (SPOSITO, 2006, p. 9), resultante de um conjunto de relações entre as cidades (EGLER, 2010, p. 92). Isso só é possível, graças à manifestação de condições materiais e relacionais como as trocas econômicas dadas por agentes sociais diversos como as grandes corporações multinacionais que contribuem para o deslocamento material e/ou imaterial de produtos e informações e que introduz tanto na

cidade quanto no campo uma série de atividades que produzem diferenciações entre os centros urbanos (CORRÊA, 2005, p.27).

A partir do momento que surgem as primeiras cidades, segundo Soja (2000) aparecem paulatinamente estas diferenciações, uma vez que existiam locais com produções especializadas. Com o advento do capitalismo industrial, o processo de diferenciação das cidades, incluindo a hierarquia urbana se acentuou. A partir do crescente fluxo de produtos industriais, pessoas e serviços no final do século XVIII, houve uma mudança na lógica de produção do espaço citadino, o que conseqüentemente alterou a natureza das redes de cidades. Dado que as trocas entre as cidades eram desiguais, instaurou-se a hierarquia das cidades.

Um dos principais estudiosos da rede urbana foi Pierre George, que no bojo da Geografia Econômica, se ateve à análise da rede urbana francesa. Outro autor que concentrou seus estudos sobre essa temática foi David Harvey, dando enfoque à rede urbana americana ao abordar a dinâmica das relações cidade-campo a partir da circulação de mercadorias excedentes. Um estudioso de expressão foi Walter Christaller (1933) ao produzir estudos pioneiros acerca dos princípios que regem o arranjo das redes urbanas. Para tal, cunhou a Teoria dos Lugares Centrais ao expressar o comportamento das cidades no interior da Alemanha dominado pelas relações de produção e consumo capitalista.

Assim, a rede urbana seria composta por diversos centros urbanos (grandes, médias e pequenas cidades) hierarquizados conforme o número e tamanho dos núcleos de povoamento, com suas respectivas hinterlândias (áreas de influência). Todos esses núcleos são dotados de funções centrais, que correspondem ao seu grau de importância enquanto distribuidoras de bens e serviços (CORRÊA, 1989, p.21).

Este padrão de rede urbana construída por Christaller foi objeto de outros estudos e também de críticas, ao apontar que este modelo poderia variar, tal como as redes dendríticas, típicas dos países periféricos sob forte herança de pactos coloniais (CORRÊA, 1997). Esse tipo de arranjo reticular é caracterizado por diversos pequenos centros submetidos à influência direta de uma cidade mais importante localizada estrategicamente, de modo a configurar uma densa hinterlândia. Essa área de influência era controlada conforme a colonização adentrava no território e estabelecia uma rede de cidades conectadas com a capital colonial. Essa cidade primaz concentrava os mecanismos de gestão do território, comércio e outras funções. Assim, ela realizava a ligação com a metrópole imperial e o mercado externo, para onde se destinavam os produtos coloniais.

Já no Brasil, o francês Pierre Mombeig inaugurou os estudos sobre as funções urbanas brasileiras, em 1943. Durante o final da década de 1950 e a década de 1960 cresceram em muito os estudos sobre redes urbanas, influenciados diretamente por outro francês, Michel Rochefort³, que trouxe uma maior sistematização do estudo da cidade e sua hinterlândia. Assim, os estudos sobre a rede urbana brasileira datam do pós-guerra, período no qual o país começou a se industrializar e urbanizar-se. Para Sposito (1997), a população considerada urbana antes da década de 1950 correspondia a apenas 1,7% da população total. Nos anos de 1950, esse percentual cresceu para 21%, e posteriormente aumentou para 25% em 1960, 37,4% em 1970 e cerca de 41,5% em 1980, atingindo a margem de 51% em 1990. Portanto, houve uma redefinição da divisão internacional do trabalho, que no seu processo gerou novas articulações funcionais e mudanças na rede urbana (CORRÊA, 1989).

A rede urbana possui capacidade de se rearranjar conforme a lógica capitalista que impera em um determinado território criando novas funcionalidades. Esse processo de diferenciação espacial e estruturação do espaço urbano também é reflexo da própria divisão territorial do trabalho. Milton Santos, ao analisar as cidades nos países subdesenvolvidos partiu do princípio da constituição de dois subsistemas da economia urbana, o circuito superior ou “moderno” e o circuito inferior ou marginal (SANTOS, 2004).

O que diferenciaria as atividades do circuito superior daquelas do circuito inferior seria a tecnologia empregada e o modo de organização do trabalho. Portanto, o circuito superior mantém sua base diretamente relacionada à modernização tecnológica e aos grandes monopólios, detentores das novas tecnologias e de poder no mercado financeiro. Por sua vez, o circuito inferior é formado pelas atividades de pequena escala, como dos pequenos comerciantes e vendedores ambulantes, voltados para o mercado de consumo local e a população com menor mobilidade. Sob o olhar de Silveira (2004, p.66), os circuitos da economia urbana são vasos comunicantes e se correlacionam sendo opostos e ao mesmo tempo, complementares.

É intensa a relação entre estes dois circuitos da economia, e um fator importante para que as funções urbanas sejam resguardadas é o tamanho da população. O quantitativo populacional influencia o mercado consumidor, uma vez que este determina em boa medida as funções urbanas existentes nessas localidades. Desse modo, quanto maiores e mais populosas

³ O método de Rochefort, que se baseava na hierarquização de cidades a partir da população economicamente ativa e representatividade do setor terciário influenciou inclusive na produção da REGIC (Região de Influência das Cidades) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1967.

as cidades, mais capazes são elas de abrigar uma extensa gama de atividades e de conter um tecido de inter-relações mais eficaz do ponto de vista econômico (ROMA, 2016).

Sendo assim, uma pequena cidade com um reduzido volume populacional pode ser produtiva e gerar emprego e renda, mas possui limitações face ao seu pequeno mercado consumidor. Essa constatação na visão de Milton Santos e de Roberto Lobato Corrêa não implica uma tipologia, segundo a qual a metrópole estaria ligada ao circuito superior e as cidades pequenas ao circuito inferior de forma estanque. Desse modo, as cidades pequenas não se inserem na rede urbana unicamente pelo circuito inferior, pois se correlacionam também ao circuito superior, mesmo porque ambos compreendem uma totalidade que não pode ser pensada apenas a partir de um deles.

A rede urbana pode ser entendida como um sistema integrado de cidades que vai das pequenas cidades até as cidades de maior porte populacional. Normalmente, as cidades locais⁴ influenciam ou polarizam os pequenos povoados, como distritos e as áreas rurais. Por sua vez, estas pequenas cidades são polarizadas pelas cidades médias que se encontram mais próximo, bem como, estas sofrem a influência ou polarização das metrópoles, que influenciam e comandam a economia das regiões. Entretanto, essa rigidez na escala de influências econômica, social, política e cultural vêm sendo alterada, à medida que algumas cidades assumem novas centralidades na rede urbana.

As cidades não se distinguem apenas pela concentração de população, mas, sobretudo, pela quantidade e pela qualidade dos serviços que oferecem, como escolas, universidades, hospitais, bancos, centros culturais, centros de abastecimento, dentre outros. A rede urbana é o conjunto funcional que articula os centros urbanos e suas hinterlândias, envolvendo uma complexa diferenciação entre cidades.

Importante salientar, que tal como Corrêa (1989) mencionou, a partir do incremento da urbanização no século XIX, a rede urbana articulou regiões outrora distantes, criando condições para uma economia mundial. Na atualidade, sob a forte influência do processo de globalização, a rede urbana expandiu a uma escala de ordem planetária se conectando com cidades de outras nacionalidades. Os bens que são consumidos, ou as informações trocadas entre empresas e os lucros remetidos por filiais de empresas multinacionais mostram como, mesmo em escala internacional, as cidades estão articuladas entre si, econômica, cultural e politicamente.

⁴ Entende-se por cidade local, uma aglomeração urbana dissociada da produção primária, que atinge um certo nível de autonomia territorial e especialização das atividades, sendo capaz de atender as necessidades mínimas da população (SANTOS, 1979b, p. 71).

Nesse sentido, a centralidade urbana de uma cidade é a sua capacidade de ofertar bens e serviços para outros centros urbanos, estabelecendo, assim, uma área de influência. Essa centralidade é de natureza, acima de tudo, econômica. Uma cidade será considerada muito complexa e possuirá uma posição elevada na rede urbana, quanto mais capacidade ela tiver de oferecer bens e serviços para outros núcleos urbanos. Quanto mais complexas forem as atividades econômicas oferecidas pela cidade, maior a sua região de influência (CORRÊA, 1989).

Para Matos (2016), a rede urbana é uma rugosidade de larga duração capaz de expressar diferentes formas de apropriação do espaço e permitir leituras de territorialidades e temporalidades diversas. Logo, a rede em si, e as articulações entre os pontos dessa rede constituem fundamentos para o desenvolvimento econômico e refletem as lógicas de ocupação e utilização dos recursos naturais circunvizinhos. Assim, a rede urbana pode, ao longo do tempo se descaracterizar, sofrer expansões ou retrações, mudar a morfologia, imbricar-se com outras redes e só muito raramente desaparecer.

As redes de localidades centrais podem delinear ou favorecer o surgimento de espaços regionais, mais ou menos nítidos, que se configuram nos interstícios da própria rede, em áreas de intercessão ou de transição em sua organização tentacular. Na contemporaneidade, novos traços têm sido notados na rede urbana brasileira evidenciados por mudanças visíveis nos papéis das cidades, que ocorrem em conformidade com a região onde estão inseridas e pela função que desempenham regionalmente.

Neste contexto, o avanço do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996) criou condições para que as cidades de menor porte populacional pudessem equipar-se com serviços bancários, educacionais, informações, telecomunicações, redes de circulação e transportes, comércio especializado, equipamentos e profissionais qualificados voltados para as exigências do campo, cada vez mais modernizado.

A pequena cidade, que antes dependia do campo de um modo tradicional (divisão do trabalho, alimento), passou a equipar-se. A relação campo-cidade se intensificou de modo que se tornaram espaços interdependentes (OLIVEIRA, 2005), se emancipando/refuncionalizando após a década de 1970, para atender às exigências locais e do entorno de produção, circulação, distribuição e consumo (SANTOS, 1979a). Essas reestruturações na rede urbana brasileira causaram alterações significativas, não só no padrão de acumulação, como também na organização espacial influenciando o arranjo da hierarquia urbana. Desse modo, os núcleos

urbanos necessariamente não mais estabelecem fluxos que possam caracterizar um padrão rígido de hierarquia, como pregava Christaller.

As mudanças espaciais, mediante as facilidades de fluxos e fixos, permeadas pelo desenvolvimento da técnica também levaram Santos (1996) a questionar a hierarquia urbana, a qual, num primeiro momento, se submeteu a uma organização hierárquica em que os fluxos processavam-se das cidades menores para as progressivamente maiores. No entanto, nota-se na atualidade, múltiplas possibilidades de cidades de diferentes padrões relacionarem-se.

Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos (sejam eles econômicos, demográficos e informacionais) em múltiplas intensidades e direções, a organização dos subespaços passa a ser articulada em uma lógica global (SANTOS, 1996). Esse novo meio tecnificado e informatizado cria uma contração do tempo e o encurtamento das distâncias, beneficiando essa relação. Assim, a hierarquia urbana, que se tornou flexível diante das mudanças no espaço geográfico, é capaz de gerar uma complementariedade com centros de vários tamanhos, conforme as suas funções de modo a permitir que os pequenos centros de uma teia urbana utilizem os serviços de cidades localizadas fora da área de polarização de seu centro principal (OLIVEIRA, 2005).

Segundo Oliveira; Soares (2000), nesse processo em que a técnica, ciência e informação infiltram-se rapidamente, as pequenas cidades são prejudicadas por não apresentarem condições concretas de competir no mercado e suprirem-se de todos os bens e serviços. Contudo, o presente estudo contraria essa posição, pois vêm sendo observados ao longo da superfície territorial do Sudeste brasileiro, um conjunto de pequenos municípios dinâmicos demograficamente capazes de se tornarem espaços de expressão diante do aumento da necessidade das interações de diversas naturezas.

2.1 A dinâmica da rede urbana no Sudeste brasileiro

A urbanização brasileira é um fenômeno que se intensificou de forma rápida a partir do século XX. Essa ocupação do espaço citadino obteve grande influência das distintas fases de desenvolvimento econômico experimentadas pelo país. Balan (1973) enfatiza que a concentração de capital e de mão de obra na cidade de São Paulo contribuiu para a formação de estruturas espaciais favoráveis à aglomeração urbano-industrial notadamente a partir de 1930 (FARIA, 1983; CANO, 1985).

A partir daí os fluxos migratórios internos ao país, do tipo campo-cidade aceleraram e assumiram volumes e direções variadas a favor da região Sudeste, como resultado da

industrialização combinada ao incremento da urbanização (MATOS; BAENINGER, 2008). Além disso, os meios de transporte favoreceram a formação e desenvolvimento de sistema urbano interligado e integrado juntamente com a melhoria das redes de telecomunicação. A taxa de crescimento do Brasil urbano entre 1950 e 1960 atingiu 5,3% ao ano. Ao longo desta década, a população brasileira que residia em áreas urbanas evoluiu de 36% para 45% em 1960.

O governo federal teve grande participação na formação da economia nacional e da sociedade urbano-industrial brasileira através da canalização de investimentos para a indústria e agroindústria. Exemplo disso, foi o eixo Rio/São Paulo (apoiado na cafeicultura), a faixa litorânea nordestina com sua agroindústria canavieira e cidades do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande) sustentadas pela agropecuária voltada para o abastecimento do mercado interno (BRANDAO, 1978). Nas décadas subsequentes, os mesmos esforços governamentais voltaram-se à interiorização do desenvolvimento, dispersando atividades e população (MATOS; BAENINGER, 2008).

A partir da década de 1970, o Brasil sinalizava um processo de desconcentração demográfica, sobretudo, das metrópoles. As evidências da interiorização da urbanização foram significativas porquanto novos polos começavam a imputar densidade à rede urbana brasileira de forma mais contundente que na década anterior. Os processos de reestruturação produtiva com a reversão da grande concentração existente em São Paulo e Rio de Janeiro tornaram-se evidentes. Para Martine et al., (1988) inicia-se a desconcentração espacial da indústria paulista nos vários tipos de estruturas, nos contextos de modernidade tardia, a existência de redes urbanas extensas condiciona trajetórias econômico-demográficas que, por sua vez, influem nos padrões migratórios e na redistribuição da população nacional, a despeito da importância crucial das metrópoles em países como o Brasil.

O Censo de 1980 mostrava que as regiões metropolitanas (RM) de São Paulo e Rio de Janeiro respondiam ainda por 59,1% da população das 12 principais localidades urbanas do país. Em 2000 essa proporção recua para 52,2%. Cidades como Manaus, Goiânia, Brasília ganharam importância e reforçaram as tendências de interiorização da rede urbana brasileira (MATOS, 2012, p.17). A partir dos anos 80 houve o predomínio de uma tendência nacional de menor crescimento das áreas metropolitanas e a recuperação demográfica dos pequenos e outros municípios do entorno das RMs.

2.2 A expansão da visibilidade dos subespaços emergentes

Em meados da década de 1960⁵ houve um adensamento populacional para os grandes centros urbanos do Sudeste brasileiro resultante de intensos fluxos migratórios. Contudo, os últimos censos revelam uma nova tendência: embora mantenham sua expressão econômica regional, os antigos polos urbanos não são tão atrativos em termos populacionais, como outrora. Lobo; Matos (2011) ao analisarem a dispersão espacial da população no Brasil, entre as décadas de 1980 a 2000, já apontavam tal cenário, o que ficou mais evidente no censo demográfico seguinte.

Conforme Lobo (2016), é indiscutível que parte da expansão da urbanização do país, nas últimas décadas, deriva dos efeitos multiplicadores do espraiamento da concentração urbana e industrial do Sudeste. Esse processo estimulou o adensamento da rede urbana e os vínculos de complementaridade entre as diversas centralidades ofertando sinais de dispersão espacial da população.

A dispersão demográfica em curso não teria ocorrido de maneira ampliada, mas em espaços seletivos equipados com vantagens locais diretamente ligadas à difusão das atividades econômicas (MARTINE, 1994; MATOS, 1995; LOBO; MATOS, 2011). Algumas cidades passaram a repelir população e a migração se acentuou devido aos elevados custos de moradia, à escassez de emprego e aumento da violência. Enquanto isso, outras tornaram-se atrativas relacionadas à melhoria da qualidade de vida e ao retorno às localidades de origem após a aposentadoria (LOBO; MATOS, 2011, p.86) atenuando a pressão demográfica que exerciam sobre os grandes centros urbanos.

No decorrer dos anos de 1970, o processo de reestruturação do espaço influenciado pela desconcentração demográfica e econômica contribuiu para a consolidação de novos polos inter e intrarregionais redefinindo o poder das áreas metropolitanas e desenvolvendo novos subespaços dotados de dinamismo econômico. Richardson (1980) denomina estas centralidades de cidades secundárias detentoras de vantagens relativas. Essas cidades secundárias, sob as lentes de Redwood (1984) cumprem função crucial na eficiência econômica e no desenvolvimento regional.

Frente a nova dinâmica urbano-regional do Sudeste, os pequenos municípios e os de porte médio constituem fatia importante do dinamismo regional, a partir do momento que passam a reter mais população que os centros metropolitanos. Essas áreas tornam-se atrativas para a localização industrial, para insumos industriais e agrícolas, para o estabelecimento de

⁵ Dado à concentração das atividades econômicas no Sudeste (principalmente no estado de São Paulo).

centros de ensino e pesquisa, ou seja, se tornam regiões prósperas cristalizando tendências, etapas e processos econômico sociais complexos verificados ao longo das últimas décadas (BAENINGER, 1998b). Em suma, a associação desses fatores promove uma nova hierarquização dos centros urbanos.

O processo de reorganização populacional reverte tendências antigas de pequenos municípios perdedores de população. Da mesma maneira, assinala o crescimento populacional menor das sedes regionais e o crescimento mais elevado de suas áreas do entorno.

Diniz (1993) incorpora outros aspectos frente à concretude destes processos, dentre eles, destacam-se: a distribuição espacial dos recursos naturais; o papel do Estado; o processo de unificação do mercado nacional e suas implicações para a concorrência intercapitalista e as estruturas produtivas regionais; as economias de aglomeração; e a concentração regional da pesquisa e renda que cria obstáculos à desconcentração regional da indústria.

O autor argumenta que uma verdadeira desconcentração econômica está longe de ser conhecida, especialmente porque os novos centros estão no próprio estado de São Paulo ou relativamente próximos dele (DINIZ, 1993, p.35). Na mesma direção, Cano (1985) e Diniz (1995) apontam para uma possível reconcentração da indústria, principalmente a da alta tecnologia, em regiões paulistas, como Campinas, São José dos Campos entre outros municípios pertencentes ao polígono proposto por Diniz (1993).

Matos; Baeninger (2008, p.352) observavam que os impactos do processo de desconcentração das atividades industriais na redistribuição espacial da população promovem: 1) transformações expressivas no estado de São Paulo, sinalizando um incipiente processo de desconcentração populacional; 2) acréscimo do grau de urbanização nas regiões e estados que se constituíram em canais da desconcentração industrial (Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Centro-Oeste); 3) expressivos fluxos migratórios de retorno para estados tradicionalmente emissores de população; 4) os deslocamentos populacionais intrarregionais tornaram-se predominantes; 5) inserção das cidades pequenas e intermediárias nas dinâmicas das aglomerações urbanas, em especial as metropolitanas.

Não obstante, deve-se considerar com especial atenção, os efeitos da dinâmica econômica sobre as novas trajetórias dos movimentos populacionais. Neste sentido, o espaço regional do Sudeste vem emoldurando localizações territoriais alternativas para investimentos econômicos que permitem o surgimento de novos papéis e distintos níveis de especialização econômica passíveis de cristalizar desenhos pelos quais circulam mercadorias, informações, pessoas e capitais (MATOS; BAENINGER, 2008, p. 359).

3 Pequenos notáveis: por uma caracterização dos pequenos municípios

Tal como exposto na seção anterior, os processos recentes de reestruturação produtiva e urbano-regional em andamento no Brasil, têm levado novos subespaços à ocuparem posições distintas daqueles de poucos anos atrás no sistema urbano nacional. Entender as mudanças demográficas em andamento nos municípios é necessário para entender a transformação da paisagem do Sudeste. Logo, as populações, suas características e distribuição acompanham particularidades e mudanças (PACHECO; PATARRA, 1997). Essas mudanças têm contribuído para a configuração de novas áreas de atração de população, diferentes dos padrões tradicionais das migrações internas.

O que se vê, a partir dos Censos Demográficos é que algumas regiões experimentaram ganhos populacionais, como os pequenos municípios paulistas, enquanto outros municípios experimentaram pouco crescimento ou mesmo declínio, como os pequenos municípios cariocas e capixabas. Enquanto isso, Minas Gerais que vivenciou no passado expressivas perdas populacionais para outros estados, principalmente São Paulo, atualmente têm reduzido a emigração e ampliado a migração de retorno, assim como o recebimento de indivíduos originários de outros estados (MATOS, 2000). Além disso, Cunha; Baeninger (2005) afirmam que os fluxos migratórios em Minas Gerais têm se intensificado dentro da própria fronteira estadual.

Sendo assim, por que é importante examinar a mudança demográfica nos pequenos municípios? Compreender como a mudança está ocorrendo, pode fornecer uma perspectiva valiosa sobre as tendências gerais da população nas áreas não-metropolitanas do Sudeste? Isso pode nos mostrar como os pequenos municípios têm mudado, de que forma e porque, tal como investigou Brennan et al., (2005) nos Estados Unidos.

Os pequenos municípios representam 90,4% dos municípios brasileiros (IBGE, 2010) e por estarem em constantes transformações, passam a contrariar algumas teorias, as quais previam um futuro fatalista para estas unidades territoriais⁶. Fato é que, não se pode reduzir o entendimento do que seja um pequeno município ou município de pequeno porte, somente a partir de um critério numérico, ou seja seu tamanho.

Seguindo Bell; Jayne (2009), o tamanho é entendido em um sentido relativo, a posição das cidades pequenas em uma hierarquia urbana específica é importante, mas não deve ser

⁶ Cabe destacar que existem perspectivas teóricas que perpassam por olhares dissonantes ao estudar os pequenos municípios, havendo muitas controvérsias quanto à interpretação do que seja um pequeno município ou municípios de pequeno porte.

expressa apenas em números absolutos da população. Isto porque, o que realmente importa para a construção do entendimento desta realidade são as relações estabelecidas pelos mesmos nos diferentes contextos espaciais, seja regional, nacional e até internacional (GOMES, 2012). Logo, o que nos interessa aqui, é compreender a reprodução destes espaços na região Sudeste apontando suas características comuns e destoantes, não pelo olhar do isolamento, mas sim por meio de suas conexões com municípios de maior porte populacional.

Endossando esta abordagem, Pierre Monbeig declarou que a Geografia Urbana não se limitava ao estudo das grandes capitais: cidades pequenas apresentam tanto interesse quanto as colmeias urbanas modernas e é quase sempre mais difícil precisar seu mecanismo e o ritmo calmo de sua vida, do que analisar as rodas bem lubrificadas correndo a toda velocidade em metrópoles imponentes (MONBEIG, 1943, p.9).

Não se pode estudar uma cidade isolada, a unidade deverá ser a rede urbana (ROCKEFORT, 1961, p.3). Isto posto, compreender uma situação regional que abrange os pequenos municípios requer examiná-los como um todo, sem desconsiderar o seu raio de influência. Não se trata de procurar as fronteiras, mas conceber a região, nos ditos de Vidal de La Blache (1917, p.104), como uma espécie de auréola que se estende sem limites bem determinados, que circunda e que avança.

Da mesma forma, Fresca (2010, p.28) e Endlich (2006) advogam que é preciso o entendimento do contexto sócio econômico da inserção das pequenas cidades, como eixo norteador de sua caracterização, a fim de evitar equívocos e igualar cidades, com populações similares, que em essência são distintas. Por conseguinte, dar visibilidade ao papel desempenhado pelos pequenos municípios na atualidade contribui para o pleno entendimento da estrutura e dinâmica do território brasileiro, cada vez mais inserido no contexto global.

Na tentativa de avançar nesse debate, essa contribuição é importante, pois apresenta uma discussão que transpõe o viés economicista de muitos estudos que apenas se concentram nos processos de atração e fixação de pessoas e investimentos. Ademais, as questões demográficas, mais especificamente as relacionadas aos padrões de migrações internas, podem constatar a existência de novos comportamentos socioeconômicos e culturais entre os lugares envolvidos, como no caso dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro.

Kamińska; Mularczyk (2014) ao investigar os tipos demográficos das pequenas cidades na Polônia ponderaram que o interesse dos geógrafos nos pequenos municípios têm sido diverso e no caso polonês houve dois períodos de intensificação destes estudos, o que de certa forma, coincide com o caso brasileiro. O primeiro foi durante os anos 1950 e 1960, o segundo foi na

virada do século. Após a Segunda Guerra Mundial, as pequenas cidades eram geralmente analisadas em conjunto com áreas rurais. Muitos estudos analisaram as mudanças populacionais com ênfase na teoria de transferência demográfica (EASTERLIN, 1962), utilizando-se do despovoamento (HOGGART; PANIAGUA, 2001), como fator determinante e causador do encolhimento da população (RAMSEY, 1967; HÄGERSTRAND, 1957).

Assumiu-se que os núcleos (regiões urbanas) apresentavam população em crescimento, enquanto nas periferias (pequenas cidades e áreas rurais), a população reduzia. No entanto, as tendências demográficas dentro das áreas periféricas também eram diversas e condicionadas por numerosos fatores. Assim, as questões da transformação potencial das pequenas cidades foram abordadas no final do século XX, quando muitos estados na Europa Central e Oriental registraram um crescimento populacional nestes locais associadas à prática agrícola, rotas de comunicação e alguns casos devido à proximidade de regiões metropolitanas (KAMIŃSKA; MULARCZYK, 2014, p. 25-26).

Segundo Ramos (2011, p.44), hoje é sabido que muitas cidades se colocam como alternativas de investimento exatamente por apresentarem características culturais e geoculturais notáveis. Bell; Jayne (2009) consideraram que as pequenas cidades possuem conjuntos únicos de características socioeconômicas e têm sua própria especificidade. Corrêa (1999, p.50) advoga que no final do século XX houve uma refuncionalização das cidades pequenas, no Brasil, através de dois modos. O primeiro mediante uma perda de centralidade da cidade por conta de intervenções oriundas de espaços hegemônicos que se refletem na circulação e no processo produtivo da sua hinterlândia. E o segundo modo diz respeito à transformação do pequeno núcleo em razão do surgimento de novas atividades, induzidas de fora ou criadas internamente, que conferem uma especialização produtiva ao núcleo preexistente, inserindo-o, diferentemente, na rede urbana e nela introduzindo uma complexa divisão territorial do trabalho.

Alves; Silva (2015, p. 15) acreditam na existência de diversas tipologias de pequenas cidades no limiar do século XXI, e Corrêa (2007, p.11) foi um pouco mais adiante ao propor cinco padrões funcionais característicos dos pequenos municípios e que descrevessem o que na atualidade as constitui; I) prósperos lugares centrais localizados, sobretudo, nas áreas incorporadas à intensa industrialização do campo; II) pequenos centros funcionalmente especializados relacionados, sobretudo, à produção industrial de tecidos, confecções, calçados, cerâmica, papel, móveis, equipamento para as atividades agrárias, tapetes, entre outros bens; III) cidades pequenas que foram transformadas em subúrbio-dormitórios; cidades pequenas

localizadas a uma distância próxima de uma cidade maior. A pouca distância estimula e viabiliza movimentos pendulares entre as cidades pequenas e aquela que as polariza. IV) focos de concentração de trabalhadores agrícolas derivados do processo de modernização do campo, do aumento da concentração fundiária, etc.; verdadeiros reservatórios de força de trabalho os quais ocorrem tanto em áreas de povoamento recente, como em áreas integradas ao complexo agroindustrial; V) núcleos dependentes de recursos externos que são típicos de áreas agrícolas muito pobres e esvaziadas demograficamente, sobrevivendo pelo envio de recursos externos, oriundos principalmente do governo federal e estadual.

Para Marengo; Rainer (2014, p.12), a conjuntura atual no Brasil sobrelevou os papéis das pequenas cidades dando a estas uma diversidade de funções que dialogam com demandas verticais e horizontais. As verticais correspondem àquelas vindas dos agentes hegemônicos através das redes e infraestrutura que possibilitaram um volume maior de informações, por conseguinte, mais opções de locais e lugares onde pode atuar. Já as demandas horizontais decorrem do imediato entorno da cidade pequena, ou de seu próprio espaço intraurbano mostradas pelas relações com a cidade enquanto espaço vivido, e não meramente como suporte de suas ações.

A Organização das Nações Unidas (2015) em seu relatório “Perspectivas da População Mundial 2015” divulgou que nas próximas décadas, nos países em desenvolvimento, haverá mais população vivendo em assentamentos de menos de 500.000 habitantes. Destarte, o papel dos pequenos municípios será mais significativo que antes, tal como observou Setyono et al., (2016) quando verificou que o crescimento populacional nas grandes cidades da Indonésia tende a reduzir nos anos vindouros enquanto os pequenos municípios da costa norte continuam crescendo. Tudo isso reforça a necessidade de pensar sobre os pequenos municípios.

No caso brasileiro, os pequenos municípios formam um cenário complexo e dinâmico, por isto a necessidade de entendê-los nas suas singularidades. Importante sublinhar que cerca de 50% da população brasileira é acomodada em municípios com menos de 100 mil habitantes, sendo que em Minas Gerais esse percentual é ainda maior, 60% da população reside nas cidades pequenas (ALVES; SILVA, 2015, p.16). Dos 5.565 municípios brasileiros, 90,4% tinham população com menos de 50 mil habitantes, apesar de concentrar 36,6% do volume total da população brasileira. Já, no Sudeste, dos 1.668 municípios, 1.430 (85,7%) são pequenos municípios e no total, comportam 22,2% da população sudestina. Tais números revelam a importância e prevalência dos municípios de pequeno porte.

Baeninger (1998, p.71) destaca que as mudanças relacionadas à reestruturação

produtiva, levam à consolidação e o desenvolvimento de novos polos intra e inter-regionais. Se outrora, as pequenas cidades eram as cidades dos notáveis, caracterizadas por uma economia prioritariamente agrícola e por relações e influências circunscritas ao seu entorno, hoje se transformam em cidades econômicas (SANTOS, 2009, p.56). Várias transformações ocorreram na organização espacial no contexto destes municípios (GOMES; MATOS, 2016), muito em decorrência dos avanços técnico-científico-informacionais, difundidos pela globalização,

Portanto, um conjunto significativo de mudanças, sobretudo, econômicas vêm alterando a organização da rede urbana brasileira, como evidenciado em seção anterior. O aumento das formas e ritmos de circulação têm tido papel primaz nessa redefinição e transforma, de modo substancial, os papéis que as pequenas cidades têm ou podem vir a ter (SPOSITO, 2010, p.53). Damiani (2006, p.136) assevera que a valorização dos lugares não é mais colocada de forma hierárquica dado o seu tamanho. O período atual da globalização define possibilidades de contatos múltiplos entre cidades de todas as dimensões rompendo as estritas hierarquias. Especificamente, as pequenas cidades incorporadas ao processo de globalização tornam-se mediadores do desenvolvimento e da dinâmica socioespacial das regiões. Entretanto, isso expõe diferenças temporais e espaciais produzidas pelo modo capitalista de produção que se manifesta nas cidades ou nos lugares representando desigualdades e contradições sociais e econômicas.

As dinâmicas engendradas pelo processo de globalização alteram as redes hierárquicas, estabelecendo novos contextos espaciais. Hall (2006), ao analisar mudanças no espaço geográfico conferiu à globalização a força que mais opera estas mudanças. Os vetores de alteração das relações têm sido determinados pelos interesses de uma economia internacional, que se articula a partir de sistemas de comunicação e informatização cada vez mais velozes (SPOSITO, 2010, p.54)

Ressalta-se que, a depender da situação geográfica do município, da dinâmica econômica da região em que se localiza e das atividades produtivas nelas ancoradas, são encontradas realidades diferenciadas em relação à inserção na globalização (LOPES; HENRIQUE, 2010). Portanto, a análise dos pequenos municípios deve ser inserida no processo de globalização que o mundo passa na atualidade. Tratam-se de lugares que atendem às novas demandas ditadas pela divisão regional do trabalho, marcada por duas lógicas, uma definida por processos globalizantes, que unifica, homogeneíza e outra definida por processos locais, singulares, individuais, vista como uma contra-razionalidade. No entanto, embora aparentemente contraditórias, essas duas lógicas convergem para um mesmo fim, a reprodução da sociedade capitalista (GOMES, 2012).

O processo de valorização do capital nas suas diversas expressões materiais e relacionais é evidenciado por meio da expansão das atividades terciárias – comércio e prestações de serviços - cuja dinâmica tem sido de maior importância no processo de produção do espaço desses municípios, os quais têm se beneficiado das políticas federais de transferência de renda, a exemplo do Programa Bolsa Família, assim como do pagamento do funcionalismo público e dos benefícios das aposentadorias.

Na contemporaneidade, cada localidade por menor que seja sofre mudanças substanciais que lhes são impostas pela ordem econômica capitalista. Associada a essa nova realidade, observa-se que a crescente difusão das técnicas, distribuição de bens, serviços e informação está presente nestes espaços. Portanto, os pequenos municípios têm uma dupla função: articular o território e contribuir para a reprodução e constituição da rede de negócios que se estabelece em torno da atividade comercial.

Isso não significa dizer que os processos que definem essa articulação sejam somente processos globais, já que na sua grande maioria as singularidades são os principais responsáveis pela sua ocorrência, como é o caso da força de trabalho familiar que predomina nos estabelecimentos comerciais dos pequenos municípios (GOMES, 2012). Outro aspecto que dá significado a pequena cidade é o seu caráter funcional. Diante do processo de urbanização e modernização agrícola, as pequenas cidades deixaram de ser apenas cidades no campo e passaram a ser cidades do campo, desempenhando diversos papéis e funções.

Misra; Mishra (2017) dão ênfase ao papel intermediário dos pequenos municípios, ao assinalar que há necessidade de os compreender como um elo estratégico de desenvolvimento para superar as deficiências de baixo para cima e de cima para baixo. Na ótica destes autores, as áreas rurais dificilmente conseguem tecer uma relação direta com a metrópole. Ao passo que, as metrópoles são tão avançadas que não se conectam diretamente com o campo. Assim, as cidades pequenas, bem como as intermediárias fornecem o elo social, cultural e econômico entre a metrópole e o campo (TITUS, 2002, POWE; SHAW, 2004, WAITT; GIBSON, 2006; COURTNEY et al., 2007; BELOVA; LEVCHENKOV, 2012; VAZ; NIJKAMP, 2013; LAZZERONI et al., 2014; MAINET, 2015).

De todo o modo, Corrêa (2007) declara que os pequenos municípios até um passado recente, quando sofreram o rebatimento das transformações verificadas no Brasil, desempenharam papel crucial na vida econômica, política e social de suas pequenas hinterlândias. Vale destacar que, esse processo está fortemente associado ao advento da mecanização do campo e a consequente intensificação da urbanização que se fizeram refletir

nessas cidades e atuaram também na redefinição do seu papel. A difusão generalizada da informação e do consumo alicerçada nestes processos, na ótica de Santos (1979a, p.74) beneficiaria as cidades locais, ao serem entendidas a partir das relações estabelecidas no espaço, organizado por um jogo dialético de forças de concentração e dispersão.

No contexto da modernização do campo, com a inserção de técnicas modernas, muitas pequenas cidades se industrializam produzindo tanto para o mercado interno como para o externo, e paralelo ao crescimento industrial, vê-se em alguns casos o crescimento populacional. Neste interim, para Rochefort (1961), as cidades, com os fluxos existentes no/do seu território eram pilares da vida emoldurando uma trama de relações que animava a armadura regional.

Diante deste apanhado geral sobre funções e mudanças socioespaciais que se imprimem na realidade dos pequenos municípios, sugere-se que no Sudeste constituem-se subespaços compostos por pequenos municípios com papéis diferenciados, que em boa medida são invisibilizados, frente a maior atenção dada aos processos ocorridos nas escalas superiores da rede urbana brasileira.

O que importa aqui destacar é a compreensão da heterogeneidade das atividades estruturais e ligações estabelecidas entre os pequenos municípios do Sudeste, dado inclusive a existência de fluxos humanos diferenciados entre eles. A pequenez pode ser mais produtivamente pensada em termos de influência e alcance. Quem são eles? Qual a sua expressão demográfica e econômica? O que leva as pessoas a migrarem para estes lugares? De onde vem? Como se distribuem? É possível identificar agrupamentos de subespaços dinâmicos? São indagações norteadoras para se tecer as discussões vindouras, a fim de perceber os processos atuando nestes espaços.

4 Referências bibliográficas

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Ra'eGa**, Curitiba, v. 35, p.7 -37, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/38065/27752>. Acesso em: 13 mar, 2016.

BAENINGER, R. A nova configuração no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998,

Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 729-772, 1998a.

_____. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n.2, p. 67–81, 1998b. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/405/pdf_381. Acesso em: 12 ago, 2015.

BALAN, J. **Migração e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativa**. Estudos CEBRAP, v.5, p.5-79, jul/set, 1973.

BECKER, O. M. S. Mobilidade Espacial da População: Conceitos, Tipologia, Contextos. In: CORREA, Roberto Lobato et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro, p.319-367, 1997.

BELL, D; JAYNE, M. Small Cities? Towards a Research Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford, v. 33, n. 3, p. 683–699, 2009. Disponível em: <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2427.2009.00886.x/full>. Acesso em: jul, 2017.

BELOVA A.V., LEVCHENKOV A.V. Innovation Centres as Growth Points for Smaller Towns and Rural Areas. **Baltic Region**, v. 4, n.3, p. 388-397, 2012.

BRAGA, F. G. Sistema urbano, redes migratórias e integração territorial: um estudo da rede de localidades centrais do Brasil. 2006. 164f. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

_____. Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. 2011. 129 f. **Tese** (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

BRANDÃO, J.R.L. **Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978.

BRENNAN, C; HACKLER, D; HOENE, C. Demographic Change in Small Cities, 1990 to 2000. **Urban Affairs Review**, v. 40, p. 342–361, 2005. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1078087404269161>. Acesso em: 11 mai, 2018.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:1930-1970**. Rio de Janeiro: Global, 1985.

_____. Auge e inflexão da desconcentração econômica regional. In: AFFONSO, R, SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, p. 399-416, 1995.

CARVALHO, J.A.M. de; RIGOTTI, J.I.R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 7-16, 1998.

CHRISTALLER, W. **Central places in Southern Germany**. New York: Prentice Hall, 1966.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Ática, 1989. 96p.

_____. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

_____. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_5_correa.pdf. Acesso em: 18 jul, 2016.

_____. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. In: CORREA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, n. 30, p. 5-12, 30 abr. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74228>. Acesso em: 17 jan, 2015.

COURTNEY P., MAYFIELD L., TRANTER R., JONES P., ERRINGTON A. Small Towns as Subpoles in English Rural Development: Investigating Urban-Rural Linkages Using Sub-Regional Social Accounting Matrice. **Geoforum**, v. 38, n.6, p.1219-1232, 2007.

CRESSWELL, T. MERRIMAN, P. **Geographies of Mobilities: Practices, Spaces, Subjects**, Farnham: Ashgate, 2011. 276p.

CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. Cenários da migração no Brasil nos anos 90. **Caderno do CRH**, Salvador, v. 18 n. 43, 2005.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; Silveira, M. L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

DAVIS, K. Social science approaches to international migration. In: TEITELBAUM, Michael; WINTER, Jay (Eds.). **Population and resources in western intellectual traditions**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DINIZ, C.C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. Belo Horizonte, **Nova Economia (Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG)**, v.31, n.11, p. 35-64, 1993.

_____. Dinâmica regional recente e suas perspectivas. In: AFFONSO, R., SILVA, P. L. B. **A federação em perspectiva: ensaios selecionados**. São Paulo: Fundap, p. 417-429, 1995.

DINIZ, A. M. A; BATELLA, W. B. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 17 (33), p. 59-77, 2005.

EASTERLIN, R. A. 'Kuznets cycles in U.S. Population growth and fertility', in **The American Baby Boom in Historical Perspective**, National Bureau of Economic Research, p. 2-13, 1962.

EGLER, C. A. G. Apontamentos sobre rede urbana e políticas públicas no Brasil. In: MATOS, Ralfo; SOARES, Weber (Org.). **Desigualdades, redes e espacialidades no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010. p.91-14.

ENDLICH, Â. M. Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná. 2006. 505 f. **Tese (Doutorado em Geografia)** - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

FARIA, V. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos trinta anos. In: SORJ, B., ALMEIDA, M. (Org.) **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo, Brasiliense, p. 118-63, 1983.

FIGUEIREDO, V. Pequenos municípios e pequenas cidades do estado do Rio Grande do Sul: Contrastes, Perfil do Desenvolvimento e de Qualidade de Vida, 1980-2000. 265f. **Tese (Doutorado em Geografia)** – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2007.

FJP. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Movimentos migratórios no Brasil: correntes migratórias municipais de 2000 a 2010**. 2017. <http://migracao.fjp.mg.gov.br/>

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/index.php/mercator/article/view/700>. Acesso em: ago, 2016.

GERMANI, G. **Sociologia da modernização: estudos teóricos, metodológicos e aplicados a América Latina**. São Paulo, Mestre Jou, 1974, 261 p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas. 2010.159p.

GOMES, N. F. M; MATOS, R. Pequenos municípios do Sudeste brasileiro: apontamentos a partir da dinâmica demográfica. IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades, 2016. *Anais...* p. 1586–1606. Disponível em: http://media.wix.com/ugd/deb688_5dda869c23134b0598f92b0918ada151.pdf. Acesso em: 19 dez, 2016.

GOMES, R. Pequenas cidades e dinâmicas de inserções no processo de globalização: uma leitura a partir da realidade brasileira. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, n.2, p. 117–138. 2012. Disponível em: <http://cegot.org/ojs/index.php/GOT/article/view/2012.2.006/19>. Acesso em: 28 set, 2017.

HÄGERSTRAND, T. Migration and area. Survey of a sample of Swedish migration fields and hypothetical considerations on their genesis In: Hanneberg, T. Hagerstrand and B. Odeving (Eds) **Migration in Sweden: a symposium**, Lund Studies in Geography, p. 27–158, 1957.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HOGGART, K; PANIAGUA, P. What rural restructuring? **Journal of Rural Studies**, v.17, n.1, p. 41–62, 2001. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S074301670000036X?via%3Dihub>. Acesso em: 24 abr, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Divisão do Brasil em Macro-Regiões Homogêneas – 1968**. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1970.

IBGE. **Censo demográfico de 1991**. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em: www.ibge.gov.br.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em: www.ibge.gov.br.

KAMIŃSKA, W; MULARCZYK, M. Demographic types of small cities in Poland. **Miscellanea Geographica**, v. 18, n. 4, p. 24-33, 2014. Disponível em: https://www.degruyter.com/downloadpdf/j/mgrsd.2014.18.issue-4/mgrsd-2014_0031/mgrsd-2014-0031.pdf. Acesso em: 11 mai, 2018.

LAZZERONI, M; BELLINI N; CORTESI G; LOFFREDO A. The Territorial Approach to Cultural Economy: New Opportunities for the Development of Small Towns. **European Planning Studies**, v. 21, n.4, p. 452-472, 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/09654313.2012.722920?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 7 jun,2018.

LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. de (ed.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p.89-114, 1980.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. **Manchester School of Economic and Social Studies**, v. 22, p.139-191, 1954.

LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, v. 15, n. 3, p.19 - 36, 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S198422012016000300019&lng=es&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 13 Jul, 2017.

LOBO, C; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/86>. Acesso em: 6 Jul, 2017.

LOPES, D. M. F, HENRIQUE, W. **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. 250 p.

MAINET, H. The Paradoxical Place of Small Towns in Sustainable Development Policies: What is Beyond the Images of “Places Where the Living is Easy”? *Annales Universitatis Paedagogicae Cracoviensis. Studia Geographica*, v. 178, n. 8, p. 5-11, 2015. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-01465303/document>. Acesso em: 21 abr, 2018.

MARENCO, S. N.; RAINER, B. F. Abordagens teóricas e metodológicas para pensar as cidades pequenas: alguns apontamentos. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia. 2014. **Anais...** 2014, 15p.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994, 43p. (Textos para discussão, 329).

MARTINE, G; CAMARANO, A. A; NEUPERT, R; BELTRÃO, K. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. **Anais...** Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 19-65, 1988. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/456/442>. Acesso em: 10 out, 2016.

MASSEY, D S. The Social and Economic Origins of Immigration. In: **The Annals of the American Academy of Political and Social Sciences**, v. 510, n.1, p.60-72, 1990.

_____. Theories of international migration: a review and appraisal. **Population and Development Review**, New York, v. 19, n. 3, p. 431-466, Sep. 1993.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, p. 35-58, 1995.

_____. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** v. 1. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/migt4_3.pdf . Acesso em: 4 abr. 2008.

_____. **Geografia da população**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. 164 p.

_____. Migração e urbanização no Brasil. **Revista Geografias, Belo Horizonte**, v. 8, n.1, p. 7-23, 2012. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/55>. Acesso em: 13 dez, 2017.

MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: processos de concentração e desconcentração espacial e o debate recente. **Cadernos do LESTE**, Belo Horizonte, IGC/UFMG, v. 1, n. 1, p. 342-385, 2008. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/leste/article/view/795>. Acesso em: 13 jul, 2016.

MERRIMAN, P. **Mobility, Space and Culture**. London: Routledge, 2012. 214p.

MILBOURNE, P. Re-populating rural studies: Migrations, movements and mobilities. **Journal of Rural Studies**, v. 23, n.3, p. 381–386, jul. 2007. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016707000289>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

MISRA, H. N; MISHRA, A. Role of small and intermediate towns in regional development: A case study of Raebareli, Sultanpur and Pratapgarh Districts of Uttar Pradesh, India. **Environmental & Socio-economic Studies**, v. 5, n.4, p. 66–73, 2017. Disponível em: DOI: 10.1515/environ-2017-0021. Acesso em: 11 mai, 2018.

MONBEIG, P. O Estudo Geográfico das Cidades. In: **Boletim Geográfico**. Ano I, n. 7, Rio de Janeiro: IBGE, p. 7-29, 1943.

MOTTA, D. M.; CHARLES, C. M.; TORRES, M. O. **A dimensão urbana do desenvolvimento econômico-espacial brasileiro**. Brasília: Ipea, 1997 (Texto para Discussão, n. 530).

NOGUEIRA, O. J. O. Migrações Internas tentativas de se buscar uma teoria. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 6, n.1, p. 38-47, 1991

OLIVEIRA, B. S. A rede urbana em tese: contribuições teóricas rumo ao novo milênio. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo, SP. **Anais...** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Teoricos/09.pdf>. Acesso em: 2 dez, 2017.

OLIVEIRA, B. S.; SOARES, B. R. **O papel das cidades locais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba no contexto regional**. 2000. 30 f. Relatório (Iniciação Científica) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2000.

OLIVEIRA, O.; STERN, C. 1980. Notas sobre a teoria da migração interna: aspectos sociológicos. In: MOURA, H. (Org.). **Migração Interna: textos selecionados**. Banco do Nordeste do Brasil S.A., Fortaleza, 1980.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: Novos Padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1., 1997. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEP, 1997.

PATARRA, N; CUNHA, J. M. P. Migração um tema complexo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 1, n. 2, jul/set, 1987.

POWE, N. A; SHAW, T. Exploring the Current and Future Role of Market Towns in Servicing their Hinterlands: a Case Study of Alnwick in the North East of England. **Journal of Rural Studies**, v. 20, n.4, p. 405-418, 2004.

RAMOS, E. F. **As cidades médias em perspectiva uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras**. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Belo Horizonte, 2011.

RAMSEY, R. J. Services and environmental adjustments needed by rural youth who move to urban communities, **National Outlook Conference on Rural Youth**, p. 23–26, 1967.

RAVENSTEIN, E. G. As leis da migração. In: MOURA, H. A. de (Ed.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste, p.19-88, 1980.

REDWOOD, J. Reversion de polarizacion, ciudades secundarias y eficiencia en el desarrollo nacional: una vision teorica aplicada al Brasil contemporaneo. **Revista Latinoamericana de Estudios Urbanos Regionales**, Santiago, vol 11, n.32, 1984.

REICHARDT, C. S; COOK, T. D. Beyond qualitative *versus* quantitative methods. In TD Cook & LS Reichardt (orgs.). **Qualitative and Quantitative Methods in Evaluation Research**. Sage, pp. 7-30. Londres. 1979

RENNER, C.H., PATARRA, N.L. Migrações. In: SANTOS, I.L.F. et. al (Coord). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T.A. Queiroz, p.236-260,1980.

RICHARDSON, H. **Economia Regional, Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

RIGOTTI, J.I.R; VASCONCELLOS, I.R.P. As Migrações na Região Metropolitana de Belo Horizonte no limiar do século XXI. In: MENDONÇA, J.G., GODIM, M.H.L. **População, Espaço e Gestão na MetrÓpole: Novas Configurações, Velhas Desigualdades**. 1.ed. Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, p.43-72, 2003.

ROCHEFORT, M. Métodos de estudo das redes urbanas. Interesse da Análise do Setor Terciário da População Ativa. **Boletim Geográfico**, n. 160, 1961.

ROMA, C. M. Circuito inferior da economia urbana e cidades locais-híbridas. **Mercator** (Fortaleza). 2016, vol.15, n.2, pp.23-36. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4215/RM2016.1502.0002>. Acesso em: 18 fev. 2018.

SANTOS, M. A. dos; BARBIERI, A. F.; CARVALHO, J. A. M. de; MACHADO, Carla Jorge. Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, (**Texto para discussão; 398**), 18p, 2010.

SANTOS, M. Meio técnico-científico e urbanização: tendências e perspectivas. **Revista Resgate**, 1979a.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes 1979b.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos**. São Paulo: EDUSP, 2004. 433p.

SETYONO, J. S; YUNUS, H. S; GIYARSIH, S. R. The spatial pattern of urbanization and small cities development in Central Java: a case study of Semarang- Yogyakarta- Surakarta region. **Geoplanning: Journal of Geomatics and Planning**, v. 3, p. 53–66, 2016. Disponível em: <https://ejournal.undip.ac.id/index.php/geoplanning/article/view/11261>. Acesso em: 11 mai, 2018.

SILVEIRA, M. L. São Paulo: os dinamismos da pobreza. In: CARLOS, A. F.; OLIVEIRA, A. U. de. (orgs). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. In: **Anais do X SIMPURB**, Florianópolis, 2007.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza, BNB/ENTENE, p. 211-244, 1980.

SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.21, n. 1, p. 101-116, 2004.

SOJA, E. **Posmetropolis: estudios críticos sobre las ciudades e las regions**. Madrid: Traficantes del Suenos, 2000.

SOUZA, M. J. L. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003

SPOSITO, E. S. **Cidade, urbanização, metropolização**. Presidente Prudente: UNESP, 1997. 67 p.

_____. **Rede de cidades**. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

_____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p. 51–62, 2010.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 21, n. 2, p. 462-479, agosto. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/131655/135129>. Acesso em: 14 dez, 2018.

TANAKA, O; MELO, C. **Avaliação de Programas de Saúde do Adolescente um modo de fazer**. Capítulo IV. São Paulo: Edusp, 2001.

TITUS, J. H. Small Towns and Regional Development: Major Findings and Policy Implications from Comparative Research. **Urban Studies**, v. 39, n. 3, 379-391, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1080/00420980220112748>. Acesso em: 23 set, 2018.

TODARO, M. P. A model of labor migration and urban unemployment in less-developed countries. **American Economic Review**, v. 59, p. 138-48, 1969.

United Nations. **World Urbanization Prospects: Highlights**. United Nations Publications, 2015.

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 1ª Ed. 2007. 336 p.

VANDERCASTEELLEN, J; BEYENE, S. T; MINTEN, B; SWINNEN, J. Big cities, small towns, and poor farmers: Evidence from Ethiopia, **World Development**, Elsevier, vol. 106, p. 393-406, 2018. Disponível em: DOI: 10.1016/j.worlddev.2018.03.006. Acesso em: 11 mai, 2018.

VAZ, T. N; NIJKAMP, P. Small Towns of Hope and Glory. In: VAZ, T.N; VAN, L. E; NIJKAMP, P. (eds.), **Towns in Rural World**. Ashgate, Farnha: p. 3-10, 2013.

WAITT, G. R; GIBSON, C. R. Creative Small Cities: Rethinking the Creative Economy in Place. **Urban Studies**, v. 46, n.5, p. 1223-1246, 2006. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0042098009103862>. Acesso em: 24 nov, 2017.

CAPÍTULO 2

CLASSIFICAÇÃO DEMOGRÁFICA E CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE DO SUDESTE BRASILEIRO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal empreender um esforço metodológico de caráter exploratório, a fim de construir uma taxonomia espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, sob a ótica da dinâmica demográfica. Ademais, pretende-se através do olhar geográfico perceber as nuances existentes entre os subespaços compostos por estes pequenos municípios, a partir dos dados disponíveis no Censo Demográfico de 1991, 2000 e 2010. Segundo o IBGE, no Sudeste, em 2010, 1.430 municípios apresentavam população inferior a 50.000 habitantes. Estes municípios, considerados como de pequeno porte, foram submetidos à uma tipologia baseada na associação das variáveis demográficas: taxa anual média de crescimento populacional, saldo migratório e grau de urbanização. Foram utilizados como demarcadores dos grupos, valores referentes à desenvoltura dos municípios de pequeno porte diante das variáveis supracitadas. Evidenciaram-se três categorizações em termos demográficos, 435 municípios com perfil de dinâmico, vivendo uma situação de crescimento populacional. Outros 817 pequenos municípios semi-estagnados, em situação intermediária e 177 municípios debilitados denotando perdas populacionais. Em termos de resultados, percebeu-se que a taxonomia espacial desenvolvida pode reforçar a compreensão e identificação dos papéis dos pequenos municípios em análise, bem como, das novas tendências socioeconômicas destas unidades territoriais. Neste artigo, apresenta-se uma breve discussão teórica sobre a recente urbanização brasileira e a questão das pequenas cidades. Em seguida, faz-se uma análise temporal, com a distribuição e organização dos subespaços evidenciados pela tipologia acrescentando outras variáveis demográficas, a fim de perceber diferenças e semelhanças nos agrupamentos.

PALAVRAS-CHAVE: municípios de pequeno porte; população; taxonomia espacial; subespaços.

DEMOGRAPHIC CLASSIFICATION AND CHARACTERIZATION OF THE SMALL MUNICIPALITIES OF SOUTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

This article has as main objective to undertake an exploratory methodological effort, in order to build a spatial taxonomy of the small municipalities of the Brazilian Southeast, under the perspective of the demographic dynamics. In addition, it is intended through the geographic gaze to perceive the nuances existing between the subspecies composed by these small municipalities, based on data available in the Demographic Census of 1991, 2000 and 2010. According to IBGE, in Southeast, in 2010, 1,430 municipalities had a population of less than 50,000 population. These municipalities, considered to be of small size, were submitted to a typology based on the association of the demographic variables: average annual rate of population growth, migratory balance and degree of urbanization. Values referring to the resourcefulness of the small municipalities in relation to the aforementioned variables were used as group markers. There were three categorizations in demographic terms, 435 municipalities with a dynamic profile, living in a situation of population growth. Another 817 small semi-stagnated municipalities, in an intermediate situation and 177 weakened municipalities denoting population losses. In terms of results, it was realized that the developed spatial taxonomy can reinforce the understanding and identification of the roles of the small municipalities under analysis, as well as of the new socioeconomic tendencies of these territorial units. In this article, we present a brief theoretical discussion about the recent Brazilian urbanization and the issue of small cities. Then, a temporal analysis is done, with the distribution and organization of the subspecies evidenced by the typology adding other demographic variables, in order to perceive differences and similarities in the groupings.

KEYWORDS: small municipalities; population; spatial taxonomy; subspaces.

1 Introdução

Este artigo objetiva analisar a organização espacial dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro a partir de uma taxonomia espacial considerando variáveis demográficas. Pretende-se, sob a luz do olhar geográfico caracterizar os agrupamentos compostos por pequenos municípios que apresentam comportamentos demográficos semelhantes e destoantes. A escolha dos municípios de pequeno porte (MPP) como universo de investigação efetuou-se devido à expressividade numérica destas unidades territoriais diante da escala regional e nacional. Conforme o IBGE, os municípios com até 50 mil habitantes representavam em 2010 mais de 90% do total dos municípios brasileiros. Assim, selecionou-se a dimensão demográfica em face de rápidas alterações no Sudeste, trazendo à luz novas demandas e desafios para a compreensão do espaço regional. Logo, a dinâmica demográfica é considerada neste trabalho, como mais um instrumento capaz de captar, por meio dos seus significados, as variações regionais expressas pelos subespaços do Sudeste.

Na comunidade científica, muito vem se discutindo sobre os comportamentos recentes da urbanização brasileira e das novas dinâmicas internas dos movimentos populacionais (MATOS; BAENINGER, 2008; CUNHA, 2012; NASCIMENTO; OJIMA, 2014; LOBO, 2016). Tendo em conta a bibliografia disponível, esse trabalho propôs uma tipologia dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro, conforme sua performance demográfica, contempladas pela combinação de variáveis largamente utilizadas em estudos anteriores (RIBEIRO; CAVALCANTI, 2011; LIMA; BRAGA, 2013; CABETTE; STROHAECKER 2015; CARVALHO; RIGOTTI, 2015; DOTA et al., 2017; HAMDOUCH et al., 2017), como Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização. A hipótese deste estudo é centrada em demonstrar que a mudança no comportamento demográfico observada nos últimos 30 anos nos pequenos municípios do Sudeste brasileiro é influenciada por transformações socioespaciais regionais onde estão inseridos estes pequenos municípios.

A relevância acadêmica e social desta investigação reside no fato de que ainda são incipientes os estudos que priorizem a realidade dos municípios de pequeno porte no Brasil, principalmente em relação a um arcabouço teórico e metodológico que dê conta da heterogeneidade dos processos existentes nestas porções espaciais. Ainda privilegiam-se nas pautas acadêmicas, os trabalhos voltados às realidades metropolitanas ou de grandes e modernos centros urbanos (CORRÊA, 1999; BELL; JAYNE, 2009; FRESCA, 2010; JUNIOR, 2013). Entretanto, como versa Bacelar (2008, p.160), ainda não há um conceito unívoco ao tratar das pequenas cidades, mas apenas várias noções e critérios para delimitação e

classificação. Tais cidades, em geral, apresentam-se em um “limbo” conceitual e epistemológico, o que segundo o autor tornam penosas as análises geográficas acerca dessas localidades atualmente.

Neste contexto, é importante ressaltar que este trabalho adota o termo “municípios de pequeno porte” ou “pequenos municípios” por se referir ao município em sua totalidade, não apenas fazendo menção ao espaço citadino. Ademais, faz-se o uso dos dados censitários do IBGE que dizem respeito ao município, sem discriminar os setores censitários que o compõe. Neste sentido, este estudo também apresenta importância por enfatizar a diversidade entre os tipos de municípios de pequeno porte do Sudeste, sob um ponto de vista processual espaço-temporal. Além de que, a produção destas informações pode fundamentar políticas públicas direcionadas aos pequenos municípios no Brasil.

Com o intuito de reconhecer conjuntos de municípios seguindo padrões de similaridade do ponto de vista demográfico, a metodologia utilizada na construção da tipologia consistiu na delimitação de estratos através de sucessivos cruzamentos entre as variáveis tomando como referência os municípios de pequeno porte. Estas associações conduziram à identificação de três agrupamentos compostos por municípios que apresentaram perfis de dinamicidade, semi-estagnação e debilidade. Cumpre explicitar que a referida tipologia foi elaborada para o Sudeste brasileiro segundo os dados dos Censos Demográficos de 2010. Esta abordagem centrada na espacialização dos componentes demográficos permitiu uma delimitação metodológica e operacional das interações socioespaciais como meio de compreender a dinâmica territorial em seus aspectos e tendências experimentadas por uma plêiade de municípios de pequeno porte.

A partir da discriminação de três classes de municípios, questiona-se como se comportam os municípios de pequeno porte diante desta classificação tipológica e como apresentam-se distribuídos no Sudeste de acordo com os três grupamentos identificados. Após todo o percurso teórico-metodológico e discussão de dados, o artigo encontra-se fracionado em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira versa sobre os procedimentos metodológicos que circunscreveram o desenvolvimento desta investigação e a segunda analisa de forma detalhada, os resultados da tipologia proposta, valendo-se do olhar geográfico sinalizando as diferenciações socioespaciais existentes no Sudeste brasileiro.

2 Procedimentos metodológicos

Este estudo pode ser classificado como descritivo-explicativo por pretender descrever e compreender os contextos sociais e econômicos aos quais se inserem os municípios de pequeno porte do Sudeste, e identificar subespaços compostos por municípios que apresentem padrões

de similaridade, por meio do uso de uma “Taxonomia Espacial”. As análises concentraram em torno dos 1.430 pequenos municípios por compreender que este recorte possibilita um conjunto amostral expressivo diante do sistema urbano brasileiro, como apontam Coutinho (2011); Nogueira (2013); Moreira Junior (2015); Alves; Silva (2016), dentre outros. Portanto, a escolha do parâmetro quantitativo inferior aos 50.000 habitantes vai ao encontro do critério numérico utilizado nos estudos de Corrêa (2011), o que facilita o estabelecimento de comparações.

Quanto às técnicas utilizadas, todos os municípios do Sudeste foram classificados inicialmente, em três classes considerando o tamanho populacional: *municípios de Grande Porte demográfico* (aqueles com população superior a 750.000 habitantes); *municípios de Porte Intermediário* (população inferior a 750.000 e superior a 50.000 habitantes) e *municípios de Pequeno Porte demográfico* (população inferior a 50.000 habitantes). Em sequência, essas classes foram estratificadas segundo a densidade demográfica (razão entre o número de habitantes de uma localidade e sua respectiva área). Para isto, calculou-se a densidade demográfica média dos municípios do Sudeste, obtendo-se o valor de 194 hab/Km², arredondado para 200 hab/km². Ressalta-se que, mesmo no Sudeste, 1.487 municípios (grandes, intermediários e de pequeno porte) têm densidade inferior a esse valor e alguns poucos exibem densidades muitíssimo mais altas.

Arbitrou-se essa linha de corte para classificar os municípios de densidades “superiores” e “inferiores”, ou simplificada: municípios de Alta e Baixa densidade demográfica. Entre os municípios de Grande Porte todos são de alta densidade. Já os municípios de Porte Intermediário foram divididos em de Porte Intermediário de Alta Densidade e municípios de Porte Intermediário de Baixa Densidade. Analogamente, os municípios de Pequeno Porte populacional também foram subdivididos em dois grupos, os de Alta Densidade e os de Baixa Densidade (a grande maioria).

Esta simplificação inicial justifica-se pelo fato de que não se deve desconsiderar o tamanho populacional quando se quer refletir sobre os municípios de pequeno porte. Entretanto, é importante ultrapassar as lógicas de classificação vinculadas exclusivamente no critério populacional, tal como advoga Fresca (2010); Klering et al., (2013); Costa et al., (2014); Marengo; Rainer (2014); Gomes; Matos (2016); Smith (2017). Enfim, a identificação inicial dos tipos de municípios consistiu em mais um instrumento de recorte analítico com o intuito de aproximar-se de aspectos e tendências inerentes a essas realidades socioespaciais.

Em termos organizacionais, a etapa de coleta e extração dos dados secundários, de acesso público, ocorreu nos microdados do Universo e da Amostra do Censo Demográfico de

1991, 2000 e 2010 com o auxílio do Excel (software da *Microsoft Office*) e do programa estatístico *Statistical Package for Social Sciences - SPSS*, versão 20.0. Efetuou-se o cálculo das variáveis demográficas Taxa de Crescimento Populacional, Saldo Migratório e Grau de Urbanização, e em seguida se produziu a tipologia espacial.⁷

A Taxa de Crescimento Populacional expressa, em percentual, o incremento médio do tamanho de uma população de um espaço geográfico, compreendido entre dois momentos no tempo, no caso, entre o período de dois censos demográficos. Pelo método geométrico, obteve-se a taxa de crescimento (r), subtraindo 1 da raiz enésima do quociente entre a população final (Pt) e a população no começo do período considerado (Po), multiplicou-se o resultado por 100, sendo "n" igual ao número de anos no período.

$$r = \left[\left(\sqrt[n]{\frac{P_t}{P_0}} \right) - 1 \right] \times 100$$

O Saldo Migratório é um indicador que verifica o impacto da migração sob uma população, ou seja, representa o balanço entre perdas e ganhos populacionais de uma unidade geográfica em um período de tempo, calculado através dos migrantes de data-fixa. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são considerados migrantes todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios no período observado. Neste sentido, o migrante de data-fixa compreende todos os indivíduos que declararam um município de residência cinco anos antes da data do censo diferente daquele no qual residiam à data do censo. Esse tipo de informação possibilita a compreensão do fenômeno migratório no espaço e em dois períodos de tempo.

SM_{0-t} : Saldo Migratório entre 0 e t

$SM_{0-t} = I_{0-t}^{DF} - E_{0-t}^{DF}$ I_{0-t}^{DF} : Residentes na unidade geográfica que declararam residir em outro lugar no início do período

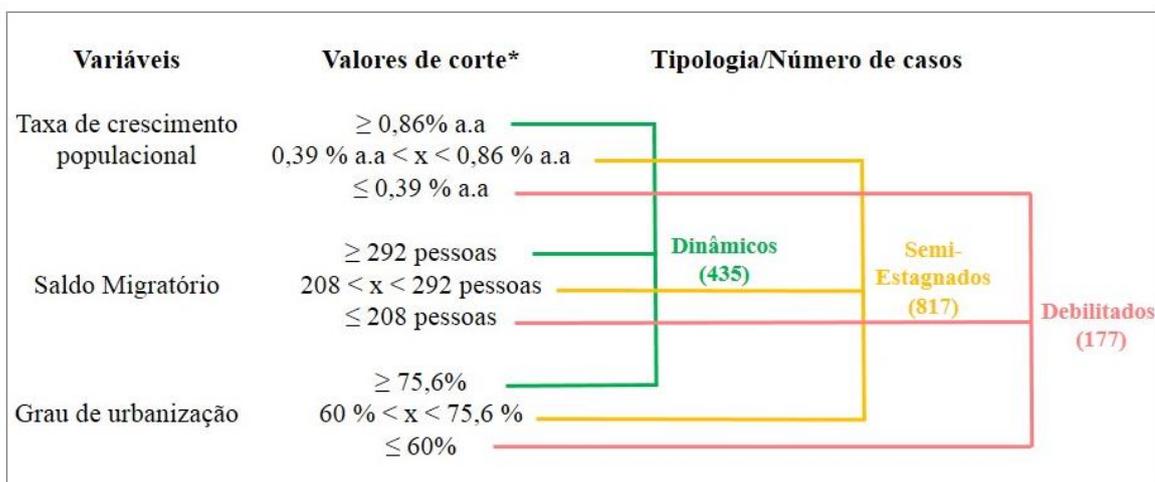
E_{0-t}^{DF} : Pessoas que declararam residir na unidade geográfica no início do período, mas que vivem em outro lugar na data de referência.

⁷ Escolheu-se o programa estatístico SPSS por se tratar de um *software* de análise estatística e tratamento de dados voltado para as Ciências Sociais Aplicadas (MARTINEZ; FERREIRA, 2007). Utilizou-se algumas ferramentas estatísticas da Análise Exploratória de Dados – AED (TRIOLA, 2009), tornando-se possível compreender os significados e variações regionais das variáveis envolvidas na tipologia, em um ponto de vista histórico.

O Grau de Urbanização indica o percentual da população residente em áreas urbanas, segundo a divisão político administrativa estabelecida pelas administrações municipais. Esta é uma medida que indica situações de maior ou menor urbanização. O dinamismo urbano pode estar atrelado ao desenvolvimento econômico, embora em vários municípios o baixo grau de urbanização não indica baixo dinamismo econômico. Importante sublinhar que no caso do Sudeste, muitos municípios ligados ao agronegócio possuem baixo grau de urbanização, mas são altamente dinâmicos do ponto de vista econômico: ainda que tenham experimentado um processo de expulsão demográfica no passado, vários destes municípios podem ser extremamente modernos à custa do agronegócio. Isso não invalida entretanto, a outra afirmativa, muito presente na literatura, desde a Revolução Industrial, de que localidades mais urbanizadas são mais prósperas economicamente do que as não urbanizadas.

$$GU = \frac{\text{População urbana residente}}{\text{População total residente}} \times 100$$

Uma segunda simplificação da realidade consistiu na identificação de três categorias: uma primeira correspondente a municípios dinâmicos do ponto de vista demográfico, uma intermediária associada a municípios com desempenho semi-estagnado e uma terceira que agrupou os municípios debilitados frente a dinâmica populacional (Figura 1).



* Dados trabalhados do Censo Demográfico de 2010

Figura 1- Sistematização dos critérios adotados durante o processamento da Tipologia

Os municípios dinâmicos, em crescimento demográfico, apresentam taxa crescimento populacional positiva, acima de 0,86% ao ano. Este valor refere-se à mediana da taxa de crescimento populacional exibida pelos municípios de pequeno porte. Justifica-se esta seleção

pelo fato de que atualmente (2017), um balizador ligado, por exemplo, ao crescimento médio do Sudeste (1,04%) já não se faz oportuno, uma vez que, poucas são as localidades que crescem acima de 1%. Os municípios dinâmicos sob o olhar do grau de urbanização deveriam ser aqueles que tivessem uma população urbanizada superior a 75,6%, este número representa a mediana do grau de urbanização encontrado entre os MPP do Sudeste. Este corte torna-se útil uma vez que, o processo de urbanização no Brasil é um fenômeno avançado, de mais de 100 anos. O mundo vem se tornando urbano industrial, como é o caso dos 1.455 municípios do Sudeste que experimentaram a transição urbana, tendo mais de 50% da sua população vivendo nas cidades. Dentre os 1.429 pequenos municípios, 1.217 também se encontravam na mesma condição.

Em termos de saldos migratórios, a discriminação dos municípios dinâmicos seleciona os que apresentaram saldos positivos acima de 292 pessoas, ou seja, valor referente à mediana dos municípios de pequeno porte ganhadores de população. Em suma, ao longo da tipologia dos municípios, internamente à cada variável constituinte da classificação, optou-se por utilizar como corte demarcatório números absolutos baseados na mediana exibida correspondente aos valores encontrados em cada variável tomando como referência o conjunto amostral dos municípios de pequeno porte que constituem o foco deste trabalho.

Nesta mesma lógica, a categoria dos municípios “Debilitados” correspondeu à aqueles municípios em declínio e com perfil de perdedores de população, conforme as variáveis utilizadas ao longo da classificação. São os municípios com taxa negativa de crescimento populacional inferior a 0,39% ao ano, saldo migratório negativo inferior a 208 pessoas e grau de urbanização inferior a 60%. Selecionaram-se os municípios de pequeno porte que apresentassem desempenho negativo internamente à cada variável e calculou-se a mediana. Este valor estipulou as categorias correspondentes aos estratos em cada variável. Sublinhe-se que no caso do Grau de Urbanização (GU), adotou-se o corte de 60% na tentativa de reduzir os efeitos das discussões sobre população urbanizada no Brasil (o que causa superestimação frente ao que se considera área urbana)⁸ e em face da evidência empírica mundial de que a urbanização tem se expandido pelo mundo inteiro.

A categoria intermediária às classes compostas por municípios em crescimento e em declínio, correspondeu aos núcleos municipais com perfil semi-estagnados ou em transição. Desta forma, abrangeu municípios onde a taxa de crescimento populacional estaria próxima de zero, oscilando entre o crescimento positivo abaixo de 0,86% e o decréscimo superior a 0,39%.

⁸ A definição oficial (IBGE) de área urbana no Brasil, diz respeito à toda a sede de município (cidade) e de distrito (vila), independentemente do tamanho e da infraestrutura que possuem.

Estes demarcadores ganham validade ao considerar que por exemplo, o estado de Minas Gerais que é um dos mais dinâmicos da Federação cresce em torno de 1%. Quanto ao saldo migratório, abrangeria municípios que estariam entre o ganho abaixo de 292 pessoas e acima à perda de 208 pessoas. Já o grau de urbanização seria inferior a 75,6% até em torno de 60%. Entretanto, durante a operacionalização da taxonomia, 512 casos não se identificaram com nenhum dos grupos delimitados. Esses núcleos foram reagrupados respeitando o critério de maior proximidade frente o desempenho das três variáveis utilizadas no modelo. Entende-se que esses critérios atenderam aos objetivos da tipologia por sintetizar a expressão do processo demográfico no Sudeste brasileiro.

Complementarmente à tipologia criada, acrescentaram-se os indicadores, Índice de Envelhecimento e Razão de Sexo, a fim de aferir os contrastes e semelhanças internas aos agrupamentos quanto à característica demográfica dos mesmos. O Índice de envelhecimento expressa a relação entre a população idosa (número de pessoas com 60 anos ou mais), para cada 100 pessoas menores de 15 anos. Importante salientar, que para o cálculo deste indicador utilizou-se aqui o parâmetro de 60 e mais anos para manter a coerência com os demais indicadores e para atender à Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994). Já a Razão de Sexo representa a relação quantitativa entre os sexos em porcentagem.

Além das reflexões demográficas, convém introduzir um olhar geográfico, a fim de destacar fatos geográficos, como relevo e vias de acesso, que também exercem influência na dinâmica de reprodução do espaço geográfico do Sudeste brasileiro. A partir disto, considerando o universo em análise foram construídas representações cartográficas relativas às principais redes de drenagem, vias de acesso e situação topográfica em termos de declividade utilizando o *software* para sistemas de informações geográficas, *Arcgis 10.3*.

3 Resultados e discussões correlatas

Em 2010, 787 pequenos municípios (somados os de alta e baixa densidade demográfica) concentravam em Minas Gerais, secundada por São Paulo, com 521 municípios. As duas outras Unidades da Federação, Rio de Janeiro e Espírito Santo, bem menores fisicamente, agregavam juntas, um total de 122 municípios. A Tabela 1 evidencia que os nove municípios de grande porte, os mais populosos da região Sudeste, experimentaram no período 2000/2010 um crescimento relativamente baixo, mas ainda assim positivo: tanto quanto os 1.389 municípios de pequeno porte e baixa densidade cresceram menos de 1% ao ano (0,73% a.a). Os 229 municípios de Porte Intermediário destacam-se ao exibir crescimento demográfico superior às médias do Brasil e do Sudeste (1,46% a.a. entre os de Alta Densidade e 1,19% a.a. entre os de

Baixa Densidade). Já entre os de Pequeno Porte, os de Alta Densidade tiveram um crescimento alto, 2,21% ao ano, mais do dobro da média do Sudeste.

Se comparado ao decênio anterior (1991/2000) todos os municípios distribuídos em classes de tamanho populacional apresentaram no decênio de 2000/2010, um decréscimo na taxa de crescimento populacional. Tal fato, pode ser explicado pela transição demográfica que o Brasil vem passando há décadas o que faz declinar o ritmo de crescimento demográfico (BRITO, 2008; LOBO; MATOS, 2011). Apesar de reduzido o ímpeto do crescimento populacional, ainda há a possibilidade de crescimento através do acréscimo populacional derivado das migrações.

Neste contexto, cabe questionar, o que os pequenos municípios possuem de notável? Quais são as singularidades que os pequenos municípios internalizam no Sudeste a ponto de torná-los relevantes do ponto demográfico? Esses números tendem a apontar fenômenos ainda pouco examinados na região, porquanto estão a sugerir que os municípios de pequeno perdedores históricos de população (DURHAM, 1973; LOPES, 1978; SINGER, 1988; MARTINE, 1990; SILVA, 1996; BALSAN, 2006), sobretudo, para as grandes cidades estariam mostrando uma certa reversão de tendências. Algo pouco óbvio deve estar ocorrendo em centenas de pequenos municípios, a ponto de vários deles estar reunindo estoques populacionais expressivos a lhes conferir a condição de Alta Densidade. Se são municípios que historicamente perdiam população para os grandes (desde 1920 até 1980), qual a expressão demográfica desses subespaços indicados nos dados dos últimos censos?

Os mesmos dados da Tabela 1 indicam que os municípios de pequeno porte reuniam em 2010 mais de 17,8 milhões de habitantes, o que correspondia a cerca de 22,2% dos 80,4 milhões da população do Sudeste. Embora os dados evidenciem o aumento do protagonismo dos municípios de porte intermediário ao longo das décadas, particularmente os classificados como de Alta Densidade (26,6 milhões em 2010), não há como ignorar a importância dos municípios de pequeno porte.

Tabela 1- Classes de tamanho e densidade dos municípios do Sudeste, participação relativa e taxa de crescimento demográfico anual (%) entre 1991, 2000 e 2010

Classes de tamanho por densidade	Número de Municípios (2010)	População Total						Taxa de Crescimento Anual	
		1991	%	2000	%	2010	%	1991/2000	2000/2010
Grande Porte	9	22.094.826	35,22	23.864.440	32,95	25.667.688	31,94	0,77	0,73
Intermediário de Alta Densidade	131	18.294.066	29,16	22.968.924	31,71	26.686.614	33,03	2,36	1,46
Intermediário de Baixa Densidade	98	7.902.960	12,60	9.138.431	12,62	10.138.250	12,79	1,32	1,19
Pequeno Porte de Alta Densidade	41	602.872	0,96	989.183	1,37	1.230.285	1,53	5,08	2,21
Pequeno Porte de Baixa Densidade	1.389	13.845.422	22,07	15.469.215	21,36	16.641.573	20,71	1,12	0,73
Total	1.668	62.740.146	100	72.430.193	100	80.364.410	100	1,45	1,04

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados Trabalhados pelos autores

Nesta seara, a associação entre tamanho populacional com níveis de densidade demográfica pode favorecer a análise em questão. Segundo Matos; Ferreira (2017), espera-se que nos pequenos municípios a disponibilidade relativa de terras e solos férteis possa favorecer a prática da agricultura em terrenos mais baratos que os das franjas urbanas, seja por meio da agricultura moderna e produtora de commodities (exigente de maiores áreas cultivadas), seja a agricultura de pequeno porte, produtora de alimentos para o abastecimento das cidades (frequentemente desenvolvida em pequenas propriedades).

Uma série de questões interpõe-se à reflexão diante dessas constatações. Afinal, se parece haver pequenos municípios relativamente atraentes, qual a importância que assumem do ponto de vista demográfico? Ademais, onde estão os subespaços mais dinâmicos do Sudeste? Principalmente no estado de São Paulo (o mais desenvolvido da Federação em termos econômicos) ou estão dispersos, distribuídos pelos quatro estados da região, não raro delineando agrupamentos municipais com características similares?

Para responder tais indagações, operacionalizou-se uma classificação baseada em variáveis demográficas a fim de examinar esse rol de pequenos municípios. Para tal, a classificação englobou todos os municípios do Sudeste, mas focalizou-se os pequenos municípios e suas expressões demográficas nos dados censitários de 2010. Esse esforço metodológico de caráter exploratório pode ser visualizado na Tabela 2 que agrupa os pequenos municípios em três classes de unidades territoriais: os Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados como descrito na seção metodológica. Cumpre mencionar que apenas o município de Governador Lindenberg, localizado no estado do Espírito Santo foi excluído da Tipologia por ter sido emancipado após o censo de 2000, não apresentando portanto, dados suficientes

para tal análise. Desse modo, a Tipologia abarcou 1.429 pequenos municípios do Sudeste brasileiro.

Em função da homogeneidade que os dados censitários de 1991, 2000 e 2010 apresentam permite-se fazer análises comparativas relacionadas à dimensão temporal dos municípios de pequeno porte. Parte-se assim, de uma análise macro para uma análise micro estabelecendo conexões entre estas dimensões. Ao observar mais detidamente os dados da Tabela 2, e considerando todas as Unidades Federativas do Sudeste, os municípios de pequeno porte dinâmicos (de alta e baixa densidade demográfica) apresentam taxas de crescimento populacional significativamente maiores que a média do Sudeste (1,04%) e a brasileira (1,17%).

É entre os municípios de pequeno porte de alta densidade que se concentram 37 municípios dinâmicos com taxas de crescimento populacional acima da média nacional. Em 2010, as taxas verificadas nestes municípios foram de 2,7% a.a em Minas Gerais, 2,6% a.a em São Paulo, 2,5% a.a, no Rio de Janeiro e 1,4% a.a no Espírito Santo. Isto deve se explicar pelo fato de haver várias porções territoriais que cresceram muito em um passado recente. São Paulo é o estado com a maior parcela de municípios nesta condição. Nestes casos é redundante dizer sobre o elevado grau de urbanização porque geralmente são municípios extremamente urbanizados, alguns com mais de 90% da população residindo em áreas urbanas. Localizam-se nas proximidades das Regiões Metropolitanas, o que lhes confere a situação de alta densidade demográfica diante da função de expansão urbana que costumam exercer. Contudo, analisando os dois últimos períodos censitários (1991/2000 e 2000/2010), todos os pequenos municípios experimentaram um declínio do ritmo do crescimento populacional. Este fato também se verifica em outras classes de tamanho de municípios e essa constatação se associa aos efeitos da transição demográfica.

Tabela 2- Dados demográficos dos municípios de pequeno porte do Sudeste discriminados pela Tipologia demográfica, por número de municípios, Saldos Migratórios, Taxa Anual de Crescimento e Grau de Urbanização

Unidades da Federação, municípios de pequeno porte e classes de subespaços			Número de Municípios (2010)	Dados Demográficos					
				Saldo Migratório		Taxa de Crescimento		Grau de Urbanização (%)	
				1995/2000	2005/2010	1991/2000	2000/2010	2000	2010
MG	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	7	17.443	17.820	8,64	2,70	90,9	93,9
		Semi-Estagnados	4	1.414	624	3,24	0,92	88,5	86,6
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	129	56.616	82.460	1,86	1,52	80,5	85,1
		Semi-Estagnados	502	-64.161	-53.497	1,03	0,41	66,2	70,7
		Debilitados	145	-76.643	-64.355	-0,98	-0,39	41,2	47,8
Total		787	-65.333	-16.948	0,91	0,57	65,5	71,1	
SP	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	19	54.358	60.984	3,47	2,56	93,1	94,2
		Semi-Estagnados	3	977	-1.619	1,30	0,11	97,5	98,4
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	235	127.732	193.945	2,09	1,51	85,5	88,9
		Semi-Estagnados	243	10.354	6.184	1,09	0,37	79,1	82,8
		Debilitados	21	-6.472	-11.492	-0,27	-0,64	51,1	56,8
Total		521	186.948	248.002	1,68	1,08	82,4	86,2	
RJ	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	6	12.781	9.623	1,06	2,46	92,6	93,4
		Semi-Estagnados							
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	23	17.965	27.156	0,75	1,71	75,0	81,7
		Semi-Estagnados	25	-1.933	-611	2,24	0,31	65,9	70,9
		Debilitados	1	28	-239	0,36	0,57	43,8	51,8
Total		55	28.841	35.930	2,33	1,25	73,2	79,1	
ES	Pequeno porte de Alta Densidade	Dinâmicos	2	4.145	2.373	4,74	1,38	83,0	86,2
		Semi-Estagnados							
		Debilitados							
	Pequeno porte de Baixa Densidade	Dinâmicos	14	4.971	12.216	1,09	1,59	67,5	73,8
		Semi-Estagnados	40	-4.496	4.586	1,79	0,52	50,6	58,4
		Debilitados	10	-4.500	-7.910	-1,26	0,06	39,2	45,3
Total		66	120	11.265	1,34	0,72	53,6	61,1	

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados Trabalhados pelos autores.

Em contrapartida, ao se comparar o grau de urbanização nota-se um acréscimo em todas as classes de municípios e em todos os estados, processo este que segue a tendência acelerada de urbanização da população mundial. Todavia, os menores graus de urbanização concentram-se entre os pequenos municípios Debilitados e de baixa densidade, o que indica a existência da forte presença do modo de vida rural mais arraigado.

Como a urbanização é um processo que vem generalizando-se largamente pelo país, é provável que nas áreas urbanas em municípios ditos dinâmicos, a presença de mulheres é mais dominante. Ao comparar a Razão de Sexo nos pequenos debilitados observa-se uma desproporção entre homens e mulheres e uma situação de predominância de homens (as mais altas razões encontram-se nestes municípios em todos os estados), certamente influenciados pelo fenômeno da masculinização do campo.

Por exemplo, os pequenos municípios debilitados paulistas apresentavam Razão de Sexo de 106,2 em 2000 e em 2010, 103,2 e Grau de Urbanização de 51,1% em 2000 e 56,8% em 2010. Isto significa que, mesmo tendo se urbanizado ao longo do decênio, a Razão de Sexo ainda indica a dominância da presença masculina, aumentando a chance destes municípios terem características rurais. Mas, tal fato merece outras análises, pois não necessariamente um município ruralizado devido à forte presença masculina poderia ser reconhecido como debilitado. Neste sentido, o uso da Razão de Sexo, tem limitações para o Sudeste, onde a urbanização é intensa. Quanto ao Índice de Envelhecimento, em todo o Sudeste acompanha-se a redução do ritmo de envelhecimento da população indicando o estágio avançado em que o Brasil encontra-se da transição demográfica. No estado de Minas Gerais e em São Paulo, os maiores índices de envelhecimento encontram-se nos municípios Semi-Estagnados, tanto de alta quanto baixa densidade demográfica.

Já no que tange ao Saldo Migratório considerando os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010, Minas Gerais figura como o estado que permaneceu perdendo população, mas, diga-se de passagem, é o estado com maior número de pequenos municípios debilitados, o que reflete nos totais da UF. Porém, percebe-se um declínio no ritmo da perda (-65.333 pessoas em 1995/2000 e -16.948 em 2005/2010). Ainda sobre o balanço populacional evidenciado pelo SM, os pequenos municípios dinâmicos de alta densidade receberam expressivo volume populacional em SP e em MG, em contrapartida, houve redução da atração populacional no RJ e ES. Mas, surpreendentemente, são os pequenos municípios dinâmicos de baixa densidade demográfica os que mais atraem população em todas as Unidades Federativas (UF) do Sudeste, fato este que merece atenção.

Nesses municípios, em 2010, o índice de envelhecimento exibia os menores valores, como se verificou em Minas Gerais (51,2%), Rio de Janeiro (57%) e Espírito Santo (44,8%). A maior presença de jovens, dados os baixos índices de envelhecimento, pode indicar uma maior oferta de trabalho. Esses municípios poderiam estar mais atraentes do ponto de vista econômico. Em São Paulo, em contrapartida, os menores índices estão entre os municípios debilitados (49,9%). Provavelmente, os municípios paulistas Dinâmicos e Semi-Estagnados constituem locais atrativos com boas condições materiais e serviços adequados às necessidades de idosos o que faria os índices de envelhecimento aumentar. De modo geral, a característica de grande parte das pequenas cidades é a alta proporção de idosos. Isso se deve tanto à imigração de aposentados quanto à emigração de jovens.

A população brasileira vem reduzindo sistematicamente seu ritmo de crescimento nas últimas décadas, acompanhando o avanço da transição demográfica. É de se esperar que os volumes de população migrante tendem também a diminuir com o passar do tempo, e isso certamente já acontece em várias regiões do Brasil. Entretanto, com exceção de Minas Gerais, todos os estados atraíram população em 2010. Os números mais expressivos são vistos em São Paulo por possuir a maior parcela do número de assentamentos dinâmicos do Sudeste. Considerando as três categorias, Dinâmicos, Semi-estagnados e Debilitados, esses últimos inexitem entre os municípios de pequeno porte com alta densidade do Sudeste. No Rio de Janeiro e Espírito Santo inexitem até mesmo a classe dos Semi-Estagnados entre os pequenos de alta densidade demográfica. Neste sentido, é também entre os municípios de pequeno porte e baixa densidade demográfica que há uma representação significativa dos municípios Semi-Estagnados e Debilitados.⁹

Em suma, ao se explorar os dados da Tabela 2, o que há de novo, é o fato de que o conjunto de municípios de pequeno porte e baixa densidade dinâmicos cresceu a uma taxa comparável a outros municípios de maior porte populacional. Ademais, entre eles é significativa a atração populacional, como evidenciado pelos recorrentes Saldos Migratórios positivos entre os quinquênios 1995/2000 e 2005/2010. Mas, onde localizam-se estes assentamentos? Neste sentido, a hipótese geral deste trabalho postula que a mudança demográfica é um preditor

⁹ Cumpre destacar que, entre alguns dos pequenos municípios considerados como “Debilitados” de baixa densidade no Rio de Janeiro e Espírito Santo (Tabela 2) há os com taxas de crescimento populacional ligeiramente positiva, para o ano de 2010 (período discriminador da classificação). Conforme a classificação proposta, estes municípios deveriam estar sofrendo um decréscimo populacional. Porém, nesses casos apresentavam-se, concomitantemente, baixo Grau de Urbanização e Saldo Migratório negativo em 2010, o que também caracteriza o perfil de Debilidade. Sendo assim, estes casos foram reclassificados na condição de Debilitados, uma vez que atendiam duas das três condições características deste perfil.

significativo das mudanças socioeconômicas aninhadas nos pequenos municípios. Posto isto, uma análise espacial (Figura 1) pode clarificar os fatores regionais e níveis de hierarquia nos sistemas urbanos. A análise da dimensão espacial dos subespaços Dinâmicos, Semi-Estagnados e Debilitados do Sudeste busca revelar a redistribuição da população no conjunto dos pequenos municípios assinalando suas particularidades e consonâncias, a ponto de evidenciar agrupamentos espaciais.

3.1 Caracterização geográfica dos pequenos municípios do Sudeste

Pela Figura 2, conclui-se que a maioria dos 41 pequenos municípios de alta densidade, localizam-se nas franjas das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Campinas, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Vitória, ou nos arredores de grandes centros urbanos. Esse fato explica o dinamismo e o crescimento desse grupo acima da média regional. O adensamento deve resultar do lançamento imobiliário nesses municípios de vários parcelamentos de caráter urbano como os condomínios fechados, sítios e chácaras utilizados para moradia e/ou casas de campo.

Os pequenos municípios de baixa densidade demográfica e com comportamento de Semi-Estagnação, totalizam 817 no Sudeste evidenciando espaços de transição demográfica. Entre os pequenos municípios mineiros de baixa densidade demográfica, o perfil de debilidade é o mais numeroso do estado. Estes últimos concentram-se, sobretudo, no norte de Minas (Vale do Jequitinhonha), Leste (Mucuri e Rio Doce) e Zona da Mata. Tal fato associa-se à ocupação e formação territorial antiga. Minas Gerais contou com a civilização do ouro no século XVIII e nas porções orientais do estado, em um domínio intitulado Mar de Morros, menos atraente geograficamente se encaixou uma miríade de pequenas cidades nas proximidades das lavras. Já em São Paulo, Espírito Santo e Rio Janeiro, onde o dinamismo demográfico se impôs, a organização espacial concentrou-se, sobretudo, nos municípios que historicamente cresceram primeiro.

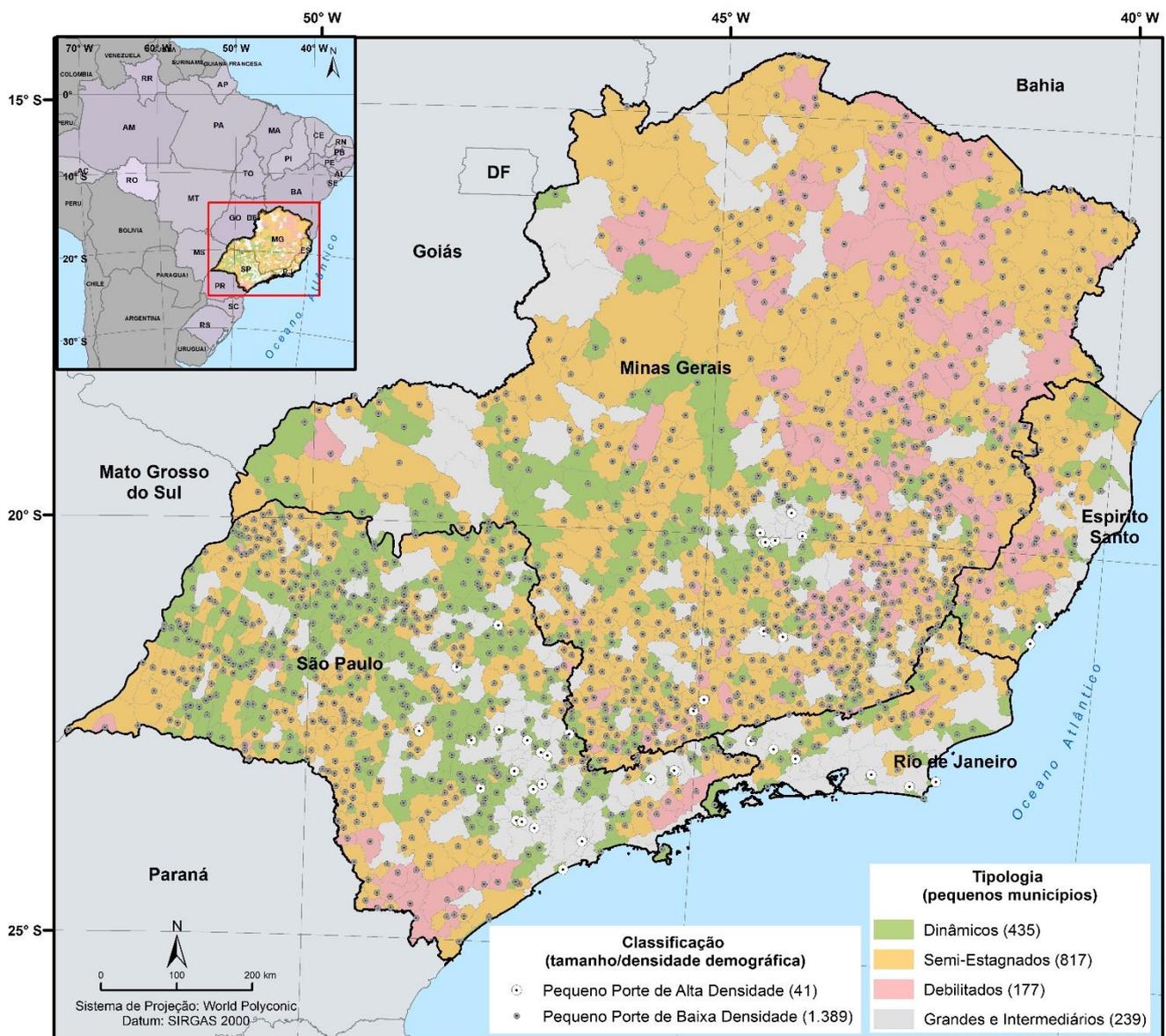


Figura 2- Classificação dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro por tamanho e densidade demográfica e Tipos municipais conforme critérios demográficos

Em São Paulo, a vasta área planáltina em torno dos vales Tietê e Pinheiro favoreceu imensamente a expansão e proliferação de atividades agrícolas e industriais que fizeram surgir muitas cidades médias prósperas ainda na primeira metade do século XX. Já a metrópole, antes das demais, acabou experimentando as consequências do “gigantismo” econômico e demográfico sob a forma de deseconomias de aglomeração. Tal fato foi evidente a partir da publicação dos dados censitários de 1980 que sinalizavam uma novidade a nível nacional, ou seja, o menor crescimento populacional das metrópoles e a recuperação demográfica dos

pequenos e médios municípios. Essa desconcentração demográfica passou a evidenciar a expansão de novas centralidades econômicas.

Por outro lado, os estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo, de tamanho similar, litorâneos, com histórias de ocupação antiga, mas muito distintas, especialmente porque o Rio de Janeiro foi por durante 197 anos a capital do Brasil, se tornando a principal grande cidade do país. Isso contribuiu para que incorporasse uma vasta extensão de área construída conurbada com a velha cidade, circundada por muitas áreas cuja ocupação exigiria obras de saneamento e infraestruturas que só avançaram em meados do século XX. Daí a excessiva concentração econômica e demográfica nas adjacências da cidade do Rio de Janeiro. No Espírito Santo, existe um poder de influência de Vitória sobre o restante do estado que explica o dinamismo de municípios como Vila Velha. Convém assinalar que os obstáculos para a expansão econômica e demográfica no município de Vitória são dificultados por barreiras geográficas locais (relevo e oceano), daí a ponte até Vila Velha certamente favoreceu a expansão para as áreas a sul da capital.

A distribuição espacial da população ao longo da história, independentemente da escala em que tenha ocorrido, foi condicionada por múltiplos fatores, sendo estes históricos, econômicos e naturais. Na modernidade, tem se atribuído uma maior importância aos fatores econômicos, uma vez que a população tende a se concentrar naquelas áreas onde as oportunidades de trabalho são maiores e melhores. Isto explica o esvaziamento de algumas áreas em detrimento de outras. Neste contexto, os dados demográficos possuem relevância para os estudos geográficos, especialmente, quando se propõem a avaliar o que diferencia os pequenos municípios em questão e, ao mesmo tempo, o que os agrupa em termos da reprodução de processos espaciais.

Ao se atentar a estes diferentes aspectos, o olhar geográfico pode evidenciar configurações territoriais dos pequenos municípios como destacado na Figura 2 e 3. No que tange às feições do relevo e a presença de um Eixo Tri-Modal combinadas com a Tipologia dos pequenos municípios, buscou-se discutir sobre os fundamentos e desdobramentos da reestruturação urbana no Brasil, bem como do surgimento de novas centralidades ligados a municípios de menor porte populacional. Mas, estes processos se realizam diferenciadamente em termos regionais ou há relativa repetição? Tudo isto nos faz refletir sobre como as formas espaciais estão articuladas às funções e processos que se fazem presentes nos municípios do Sudeste brasileiro.

A representação do relevo baseada no atributo de declividade utilizada neste estudo foi obtida a partir de um Modelo Digital de Elevação (MDE), que segundo Montgomery (2003) é uma representação espacial da superfície a partir de pontos que descrevem a elevação tridimensional de uma grade de dados vetoriais a intervalos regulares ou irregulares. O processo de elaboração ocorreu em quatro etapas: aquisição de dados altimétricos secundários no domínio do site “*World Clim*”, geração do MDE a partir do interpolador *TIN (Triangular Irregular Network)*, conversão deste modelo topográfico para tipo *Raster* e criação do Mapa de Declividade pela ferramenta *Slope* em porcentagem, classificado em seis classes de relevo como proposto pela Embrapa (1997). Considerou-se a declividade por ser um dos mais importantes atributos topográficos primários e por adequar-se melhor à proposta em análise.

Torna-se nítido que a paisagem regional do Sudeste é diversa, composta por um mosaico de planaltos, planícies, serras e depressões. Nas menores declividades representado pelas feições de relevo mais planas encontram-se pequenos municípios dotados de dinamismo demográfico, como na faixa litorânea do Espírito Santo e Rio de Janeiro, no Triângulo Mineiro e nas depressões paulistas a oeste. No caso das planícies costeiras, como estas são bem largas este fator contribuiu com a apropriação de suas baixadas, como é o caso do ES e RJ.

Os resultados podem também expressar outras idiossincrasias entre os estados do Sudeste, que influem nas tendências assinaladas pelos dados cotejados na Tabela 1 e 2. Minas Gerais e São Paulo são UF muito maiores que Rio de Janeiro e Espírito Santo, possuem histórias diferentes tanto quanto características geográficas que facilitaram mais ou menos o espraiamento da ocupação territorial. No caso de São Paulo, o relevo mais plano a oeste em regiões de depressão e por conseguinte, os solos férteis ali presentes (chamados de terra roxa) permitiram a mecanização e o melhor aproveitamento de terras. Também percebem-se pequenos municípios dinâmicos, muitos deles ligados possivelmente ao agronegócio, na região Central de Minas Gerais caminhando para oeste no Triângulo. O relevo mais suave e a presença do bioma do Cerrado com suas terras produtivas e agricultura altamente tecnificada contribuem para esta configuração territorial.

Já em relevos mais entalhados e acidentados, por conseguinte, com maiores declives há a predominância de pequenos municípios Debilitados e Semi-Estagnados, no norte de Minas Gerais, onde está localizada a Serra do Espinhaço e regiões de vegetação de Caatinga como no Jequitinhonha, no Quadrilátero Ferrífero a nordeste e nas franjas montanhosas a leste da Serra da Mantiqueira e do Mar (estas regiões também configuram-se como de maior fragilidade ambiental dado à pressão antrópica iniciada ainda no Brasil Colônia). Estes casos mostram

como o relevo influenciou a apropriação territorial, influenciando na distribuição da população ao agir como uma barreira ou facilitador de ocupações mais efetivas e até conformando espaços de transição entre áreas mais e menos densas no Sudeste.

A representação das vias de acesso através do registro dos principais rios, rodovias federais e ferrovias em tráfego no Sudeste (Figura 3) procuram evidenciar o quanto os subespaços dinâmicos do Sudeste estão associados à implementação de redes técnicas e de infraestrutura que respondem às suas lógicas produtivas. Pela Figura 3, percebe-se que os subespaços dinâmicos estão completamente articulados pela combinação de acesso pelas rodovias federais, ferrovias e hidrovias, embora as ferrovias e hidrovias ainda sejam subutilizadas. Em Minas Gerais, estado que possui a maior malha rodoviária do país, há a oeste, às margens da BR-040, pequenos municípios considerados dinâmicos como Pompéu, Três Marias e São Gonçalo do Abaeté. Como também é o caso de Bom Despacho, Campos Altos, Ibiá e Perdizes, pequenos municípios dinâmicos da região Central de Minas e Triângulo Mineiro que situam-se nas bordas da BR-262. No estado de São Paulo, a alta densidade destas infraestruturas encontra-se espalhadas por todo o território favorecendo a circulação, o que certamente contribui na conformação de eixos de desenvolvimento econômico.

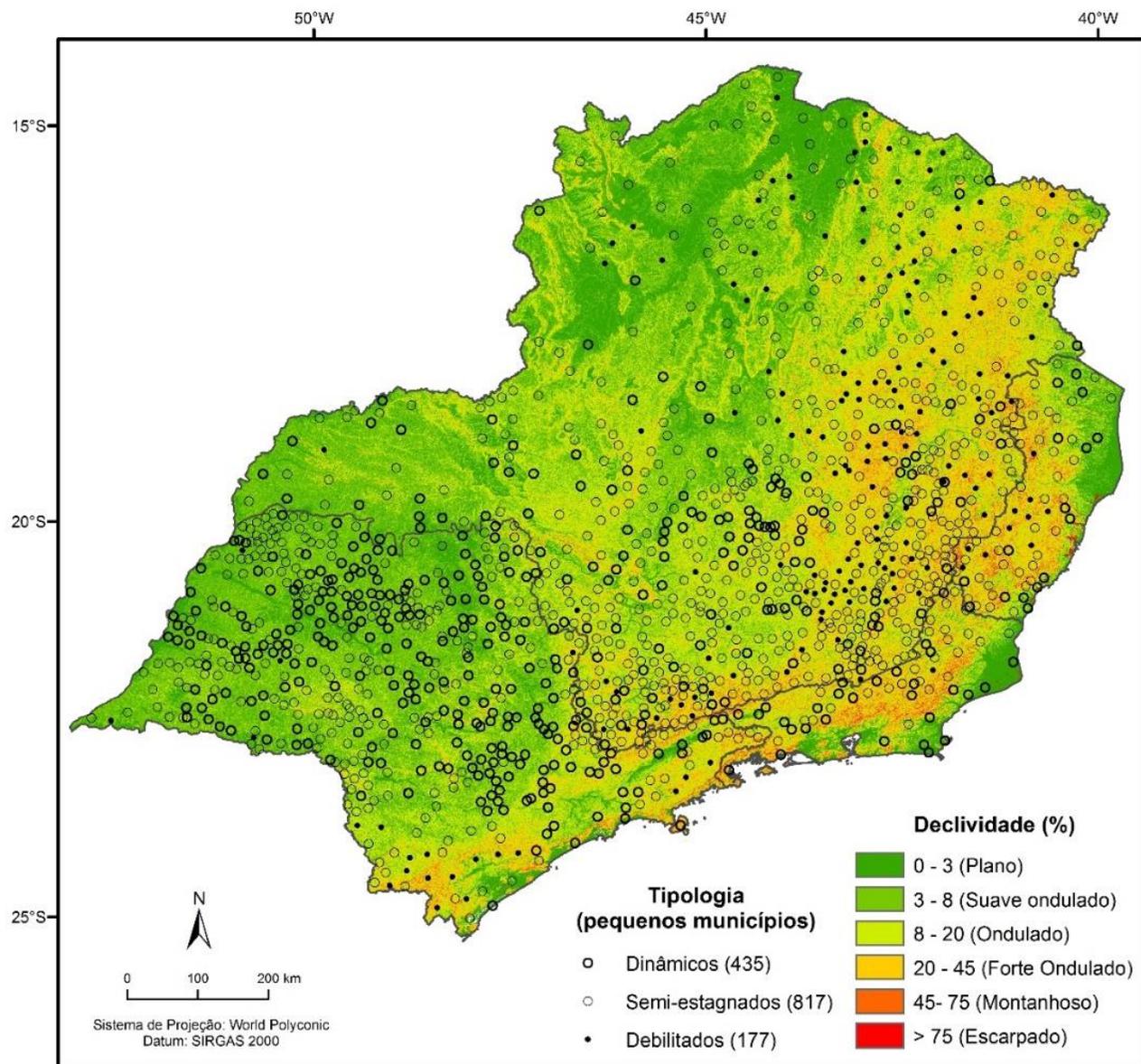


Figura 3- Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios em Associação com Declividade (%)

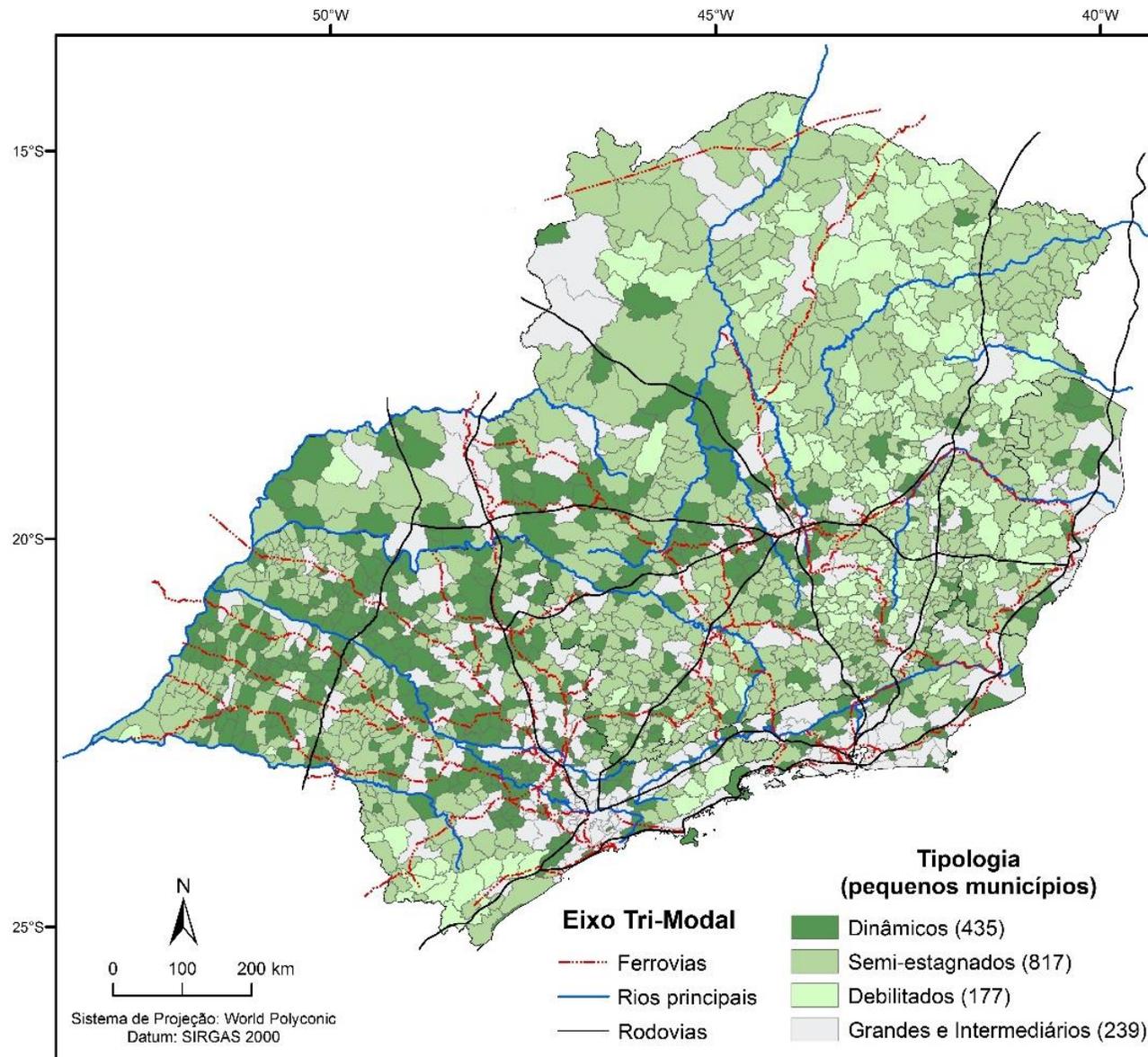


Figura 4- Tipologia Demográfica dos Pequenos Municípios associado a Distribuição de Eixos Tri-Modal

Segundo Oliveira (2012), o estado de São Paulo possui uma das melhores infraestruturas de transportes do Brasil quando comparado à outras UF. Conforme visto na Figura 3, o estado é integrado pelas infraestruturas de transportes. O modal ferroviário é subutilizado, o que ocorre em todo o país, exemplo disso é a visível má qualidade do material rodante, embora exista uma malha significativa no estado de São Paulo. Quanto ao modal rodoviário, São Paulo é um dos estados brasileiros que possui uma das menores proporções de rodovias federais em relação ao tamanho do território. Porém, possui a melhor malha rodoviária brasileira, no que se refere à qualidade das vias com pavimentação e sinalização.

Os pequenos municípios dinâmicos paulistas concentram-se, sobretudo, às margens do Rio Tietê valendo-se de uma das principais hidrovias do país, a Tietê-Paraná, grande transportadora de cargas, principalmente de commodities agrícolas, oriundas da região Centro Oeste. A eficiência destas movimentações de carga ocorre em função da interligação com a rodovia e ferrovia (conectando aos portos de Santos e São Sebastião). No caso paulista, conformam-se nítidos eixos de desenvolvimento, principalmente ao norte da Tietê-Paraná, como pode ser visto nas centenas de pequenos municípios dinâmicos ali concentrados. Ademais, a localização de plantas industriais vêm se distanciando de áreas dotadas de forte centralidade, sobretudo, em razão dos preços de terrenos e das facilidades de transporte que as grandes empresas exigem. Esse fenômeno contribui para o fortalecimento das economias dos municípios ditos dinâmicos localizados fora de regiões metropolitanas. Para Oliveira (2012), isto é resultado da sinergia entre infraestrutura de transportes e comunicações, de novas centralidades no território paulista e da forte participação das atividades produtivas, materializando-se em novos espaços de produção e consumo.

Em vias de conclusão, os estudos populacionais adquirem significância em qualquer tipo de análise, seja de natureza demográfica, econômica, política ou social. Não é necessário apenas conhecer os números na sua totalidade, mas sim na dinâmica dos processos que lhes dão conformação. É através desses processos que se pode verificar as mudanças que ocorrem ou estão ocorrendo no perfil de uma população. Em face disto, buscou-se analisar os pequenos municípios do Sudeste sob dois aspectos principais: envolvendo-os como universo de estudo no contexto do Sudeste brasileiro à luz de uma Tipologia com variáveis demográficas; e segundo, caracterizando estes pequenos municípios sob o olhar geográfico por meio de atributos, como o relevo e a presença de infraestrutura de modais, introduzindo, portanto, a dimensão espacial. Os resultados nos permitem inferir que não há dúvidas sobre a crescente importância dos pequenos municípios do Sudeste.

4 Conclusões

Nos últimos 30 anos, o Brasil tem experimentado movimentos de redistribuição da sua população para áreas que até então representavam menor atratividade, atrelados ao avanço da transição demográfica e redução da qualidade de vida nos grandes centros urbanos. Diante de tal fato, as evidências de que em qualquer Grande Região, os municípios de maior porte populacional seriam capazes de comandar a dinâmica demográfica e a geração de riqueza regional parece não ter tanto peso como outrora. Em uma região como a do Sudeste, quando os municípios foram estratificados em classes de tamanho e classificados por critérios demográficos que delimitaram pequenos municípios dinâmicos, tornou-se evidente a conformação territorial de espaços capazes de agregar características de forte dinamicidade demográfica.

Portanto, neste artigo, buscou-se desvendar e compreender a realidade dos pequenos municípios a partir de diferentes níveis de análise. Assim, avançou-se nas discussões sobre as mudanças demográficas, focando na comparação estabelecida entre municípios que apresentaram perfil de dinamismo, declínio e semi-estagnação. A identificação dessa variabilidade conforme o comportamento demográfico destes pequenos municípios permitiu considerar como estes processos se distribuem no espaço, sob o olhar geográfico. Tal fato expressa a relevância da interiorização da urbanização brasileira e indica novos comportamentos regionais.

Os pequenos municípios dinâmicos e de alta densidade demográfica apresentam características particulares como a taxa de crescimento populacional acima da média regional e do Brasil, muito em função da proximidade geográfica com as Regiões Metropolitanas e/ou grandes centros urbanos. Isto é notório em todas as Unidades Federativas do Sudeste, mas São Paulo destaca-se por possuir o maior número de municípios nesta condição. Em contrapartida, em todos os municípios do Sudeste houve uma redução sistemática desta mesma taxa ratificando o processo de transição demográfica pelo qual o país vem vivendo e um acréscimo no grau de urbanização corroborando as discussões de espraiamento da urbanização. Minas Gerais é o estado com maior número de municípios com características de debilidade sustentado por repetitivos Saldos Migratórios negativos verificados a partir dos dois últimos quinquênios de 1995/2000 e 2000/2010. Já Espírito Santo e Rio de Janeiro juntos agregavam um expressivo montante de municípios em situação de Semi-Estagnação.

O Sudeste com sua tamanha extensão geográfica evidentemente agrega municípios com comportamentos diferentes. Assim, a compreensão de como se constitui as características

similares e dissonantes desse conjunto de municípios pode também ser conhecida por meio da localização espacial relativa dos agrupamentos de municípios mais ou menos dinâmicos demograficamente. Neste sentido, a novidade está entre os pequenos municípios dinâmicos e de baixa densidade demográfica. Estes crescem tanto quanto os pequenos de alta densidade e vêm incrementando estoques populacionais com reiterados Saldos Migratórios positivos.

No Espírito Santo e Rio de Janeiro, tais municípios localizam-se na faixa litorânea, em função do histórico de ocupação e do próprio relevo que permite uma ocupação de modo mais efetivo. Em Minas Gerais, representados em menor número, concentram-se em eixos de desenvolvimento nas proximidades de grandes centros urbanos e da RMBH, outros agrupamentos também podem ser vistos em direção ao Triângulo Mineiro, nas imediações da BR-262 e da BR-040 a oeste. Já em São Paulo, estado com destaque de pequenos municípios dinâmicos demograficamente, que se distribuem, especialmente, nas adjacências da hidrovía Tietê-Paraná, grande movimentadora de cargas, em terras com menores declives e com presença de eixos tri-modais eficientes.

Frente ao processo de redistribuição demográfica pode-se cogitar que, mesmo em se tratando de pequenos municípios demograficamente dinâmicos, a atividade agropecuária preferencialmente localiza-se nesses espaços. Logo, os municípios de menor tamanho localizados fora das regiões metropolitanas tenderiam a expulsar população, devido a menor absorção de mão de obra que a agropecuária demanda. Contudo, observa-se que de modo geral, nesse conjunto de municípios há crescimento populacional. Portanto, pode-se deduzir que a agropecuária, mesmo moderna, não expulsa população desses municípios quanto no passado, certamente por conta da presença próxima de pequenas cidades dependentes da atividade agrícola e atraentes do ponto de vista do emprego, condições de vida e outras amenidades.

É notório que as conclusões até então alcançadas sugerem uma série de novos estudos mais detalhados que possam trazer à luz outras características dessas centenas de municípios de pequeno porte, especialmente no tocante ao perfil das atividades econômicas neles instaladas que parecem estar lhes proporcionando o dinamismo demográfico aqui explicitado. Se isso é verificável, quais seriam os setores econômicos que mais se destacam nessas centenas de municípios? São as atividades do setor primário ou as grandes plantas industriais que se dispersam pelo território que explicam boa parte da performance dos pequenos municípios? A referida Tipologia ratifica a presença de agrupamentos diferenciados segundo atributos econômicos, ao longo do Sudeste brasileiro? Lançando luz sobre estas discussões, os novos caminhos a serem trilhados requerem o aprofundamento das análises socioespaciais acerca dos

pequenos municípios do Sudeste brasileiro, na tentativa de checar a validade da classificação proposta, quando inseridas variáveis ligadas especificamente ao comportamento migratório e econômico.

5 Referências bibliográficas

ALVES, L. A; SILVA A. R. Desafios e potencialidades das pequenas cidades no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Raega - O Espaço Geográfico em Análise**: Curitiba, v. 35, p. 7–37, 2015.

BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global**: relações e especificidades sócio - políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara – MG, 411f. 2008. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, UFU. Uberlândia.

BALSAN, R. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo - Território**, Uberlândia, v. 123-151, 2006.

BELL, D; JAYNE, M. Small Cities? Towards a Research Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**. v. 33, p. 683-689, 2009.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 5–26, 2008.

CABETTE, A; STROHAECKER, TM. A dinâmica demográfica e a produção do espaço urbano em Porto Alegre, Brasil. **Cadernos MetrÓpole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 481-501, 2015.

CARVALHO, R. C; RIGOTTI, J.I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v.32, n.2, p. 235-256, 2015.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território**, Rio de Janeiro, v. 4, n.6, p. 41–53, 1999.

_____. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 30, p. 05 - 12, 2011.

COSTA, F. R da; ROCHA, M. M. Nova dinâmica dos municípios do Paraná. **Mercator**, Fortaleza, v. 13, n. 2, p. 91-104, 2014.

COUTINHO, S.A. Perfil, relações e necessidades: uma breve análise sobre as cidades pequenas. **GeoTextos**, vol. 7, n. 1, p. 83-104, 2011.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, Brasília, Ano XX, Nº 39, p. 29-50, 2012.

DOTA, E. M; COELHO, A. L. N; CAMARGO, D. M. **Atlas da Migração no Espírito Santo**. UFES, PROEX, Vitória, 1. ed., 97 p.

DURHAM, E. **A caminho da cidade**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Análises físicas**. In: Manual de métodos de análise de solo. 2. ed. Rio de Janeiro: Centro Nacional de Pesquisas de Solo, 1997. p. 1-79. (Embrapa – CNPS: Documentos, 1).

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, vol. 9, n. 20, 2010.

GOMES, N. F. M; MATOS, R. E. da S. Pequenos municípios do Sudeste brasileiro: apontamentos a partir da dinâmica demográfica. **Anais... IV Simpósio Nacional sobre Pequenas Cidades**, Ituiutaba, 2016.

HAMDOUCH, A; DEMAZIERE, C; BANOVA, K. The Socio-Economic Profiles of Small and Medium-Sized Towns: Insights from European Case Studies. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**. p. 1–16, 2017

JUNIOR, O. M. As cidades pequenas na Geografia brasileira: a construção de uma agenda de pesquisa. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 35, p. 19-33, 2013.

_____. Uma Leitura Geográfica dos Papéis e significados de Cidades Pequenas na Região Metropolitana de Campinas-SP. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v.29, p. 79–99, 2015.

KLERING, L. R; KRUEL, A. J; STRANZ, E. Os pequenos municípios do Brasil–uma análise a partir de índices de gestão. **Análise**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 31-44, 2012.

LIMA, E. E. C de; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, 2013.

LOBO, C; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81-101, 2011.

- LOBO, C. Dispersão espacial da população no Brasil. **Mercator**, Fortaleza, vol.15, n.3, p.19-36, 2016.
- LOPES, J.R. **Desenvolvimento e mudança social; formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.
- MARENGO, S. N; RAINER, F. B. Abordagens teóricas e metodológicas para pensar as cidades pequenas. **Anais...** Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2014.
- MARTINE, G. As migrações de origem rural no Brasil: uma perspectiva histórica. In: **História e população: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Seade, 1990.
- MARTINEZ, L. F; FERREIRA, A. I. **Análise de dados com SPSS: primeiros passos**. Escolar Editora: Lisboa, 2007.
- MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. **Cadernos do LESTE**, Belo Horizonte, p. 342-385, 2008.
- MATOS, R; FERREIRA, R. N. Brasil em crise e o emprego formal no Sudeste. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 61, p. 150–164, 2017.
- MONTGOMERY, D. R. Predicting landscape-scale erosion using digital elevation models. **Compets Rendus Geociences**. v.335, p.1121-1130, 2003.
- NASCIMENTO, T. C. L do; OJIMA, R. Migrações internas no Brasil: um panorama analítico e alguns percursos teóricos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 239-242, 2014.
- NOGUEIRA, M. Impactos socioeconômicos dos benefícios previdenciários em pequenas cidades do Estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista de Geografia e Ordenamento do Território**, Lisboa, n. 4, p. 177–196, 2013.
- OLIVEIRA, C. A. Infraestrutura de transportes: análise dos principais modais no estado de São Paulo. **Revista Formação Online**, São Paulo, n. 19, v. 1, p. 124-150, 2012.
- RIBEIRO, M. A, CAVALCANTI, V. M. Tipologia urbana: o exemplo do estado do Rio de Janeiro. **ACTA Geográfica**, Boa Vista, v.5, n.10, p.27-36, 2011.
- SILVA, J. G. da. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: KAGEYAMA, Â.; SILVA, J. G da. **A dinâmica da agricultura brasileira: do complexo rural aos complexos agroindustriais**. Campinas: UNICAMP, p.1- 40, 1996.

SINGER, P. Dinâmica populacional e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 1988.

SMITH, I. Demographic Change in European Towns 2001–11: A Cross-National Multi-Level Analysis. **Tijdschrift voor economische en sociale geografie**, p. 1-14, 2017.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

CAPÍTULO 3

MUNICÍPIOS DE PEQUENO PORTE E MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS

RESUMO

Os movimentos migratórios têm sido objeto de numerosos estudos, principalmente no âmbito dos grandes centros urbanos. Contudo, os deslocamentos realizados entre municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro revelam a existência de novas tendências demográficas nestas localidades nos últimos 30 anos, sobretudo, pelo processo de transição via queda de fecundidade e do ritmo de crescimento populacional. O objetivo deste artigo é averiguar as configurações territoriais associadas à dinâmica migratória na seara dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro. Para sua consecução foram analisados os microdados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010 do IBGE. Considerou-se como municípios de pequeno porte, aqueles que apresentavam população inferior a 50 mil habitantes, como já utilizado pelo próprio IBGE (2010). Os 1.429 pequenos municípios, da região em análise, foram individualizados a fim de se avaliar o peso da imigração e da emigração desse grupo no Sudeste do Brasil nos últimos três censos. Os resultados evidenciaram que uma parcela considerável dos pequenos municípios experimentou um aumento no ritmo de crescimento demográfico quando comparado a outros municípios de maior porte demográfico. Além disso, participaram expressivamente do processo de redistribuição espacial da população, constituindo, portanto, importantes núcleos de atração populacional. Tal fato sugere o fortalecimento de determinados centros regionais e um maior dinamismo da economia local. Apoiando-se em uma análise temporal do fenômeno migratório, as evidências trazidas por esse trabalho mostram a distribuição e organização dos fluxos envolvendo os pequenos municípios do Sudeste.

PALAVRAS-CHAVE: Municípios de pequeno porte; Migrações internas; População do Sudeste.

SMALL MUNICIPALITIES AND MIGRATION

ABSTRACT

Migratory movements have been the subject of numerous studies, mainly under the large urban centres. However, the offsets carried out between small municipalities in Southeast Brazil revealed the existence of new demographic trends in these locations over the past 30 years, especially by the transition process via fall of fecundity and the population growth rate. The purpose of this article is to find out the settings associated to territorial dynamics in migratory harvest of small municipalities in Southeast Brazil. For your achievement were analyzed the microdata of the 1991, 2000 and 2010 demographic censos by IBGE. Small municipalities were considered those with population of less than 50 thousand inhabitants, as already used by the IBGE (2010). Small municipalities were considered those with a population of less than 50 thousand inhabitants, as already used by IBGE (2010). The 1,430 small municipalities were individualized in order to evaluate the weight of immigration and emigration of this group in the Southeast of Brazil in the last three censuses. The results showed that a considerable part of the small municipalities have experienced an increase in the rate of population growth when compared to other municipalities of larger demographic size. In addition, participated expressively in the process of spatial redistribution of the population, constituting, therefore, important nuclei of population attraction. This fact suggests the strengthening of certain regional centers and a greater dynamism of the local economy. Based on a temporal analysis of the migratory phenomenon, the evidences brought by this work show the distribution and organization of flows involving the small municipalities in the Southeast.

KEYWORDS: Small Municipalities; Internal migrations; Population of the Southeast.

1 Introdução

A relação entre os movimentos migratórios e a estruturação do espaço tem sido objeto de numerosos estudos, tais como Azzoni (1986); Singer (1988); Harvey (1992); Martine (1995); Matos (1995); Negri (1996); Becker (1997); Brito (1997); Pacheco (1998) e Lobo (2009), dentre outros. O processo de urbanização e industrialização do Brasil foram amplamente influenciados pela dinâmica migratória interna, porquanto disponibilizou milhares de trabalhadores para os postos de trabalho das atividades econômicas do Centro Sul.

Contudo, no final dos anos 1970, alguns autores já postulavam sobre a reversão da polarização no Brasil apostando na interiorização da urbanização brasileira (MATOS, 2012). Este suposto processo de desconcentração demográfica e das atividades econômicas foi sendo evidenciado empiricamente nas últimas décadas pela queda no ímpeto de crescimento populacional das grandes cidades, sobretudo, dos grandes centros metropolitanos brasileiros.

Frente as transformações nos espaços urbanos, o fenômeno migratório também sofreu significativas alterações em sua dinâmica. No caso do Sudeste, região que detém a maior concentração urbana e industrial do país, a partir do adensamento da rede urbana e da conformação de novas centralidades, experimentadas, sobretudo, no último quarto do século passado, verificou-se o avanço da urbanização em direção a cidades de menor porte. Cunha (2012) observa que tão logo a migração de retorno se intensificou a partir dos anos 1980, os movimentos intrarregionais ganharam força revelando novas lógicas e novos espaços de migração. Os fluxos migratórios intraestaduais tiveram destaque, refletindo as relações existentes entre as grandes aglomerações urbanas e os núcleos urbanos localizados no interior evidenciando os próprios fluxos intrametropolitanos.

Diante dessas mudanças, algumas questões podem ser delineadas: as evidências trazidas pelos dados censitários das últimas três décadas demonstram a continuidade dos movimentos de dispersão espacial da população no Sudeste? Existiria um rearranjo dos fluxos migratórios em direção ao interior desta região? A dinâmica migratória atual pode ser evidenciada pela intensificação da imigração nos pequenos municípios? Haveria uma expressividade numérica dos fluxos migratórios para os pequenos municípios, a ponto de sugerir, uma reversão de tendência de históricos perdedores de população?

Com o propósito de avaliar a performance migratória dos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, cabe observar como o suposto aumento do protagonismo destes municípios tem transcorrido a ponto de torná-los atraentes de população. A ideia é verificar as configurações territoriais associada ao comportamento migratório dos municípios de pequeno

porte, nas últimas três décadas. Em especial, indaga-se: em que medida, a dispersão espacial da população na região Sudeste está relacionada ao aumento do protagonismo dos municípios de pequeno porte?

A escolha desse recorte regional se dá em função da heterogeneidade socioespacial existente. Já a opção pelo horizonte temporal aqui empregado é decorrente da disponibilidade dos dados censitários relativos aos períodos de 1991, 2000 e 2010. No caso brasileiro, os censos constituem o mais rico instrumento de análise do fenômeno migratório, além de ser comparáveis, representam uma grande potencialidade para o conhecimento dos aspectos mais complexos da dinâmica populacional.

A migração é uma componente chave da dinâmica demográfica de determinada população, em uma dada área geográfica (CUNHA, 2012; LIMA et al., 2016). A partir desta variável é possível compreender a modificação do tamanho, a estrutura e a distribuição espacial da população. A análise dessa componente tem se tornado ainda mais relevante dado os efeitos da transição demográfica, frente a redução da fecundidade verificada nas últimas décadas, responsável direta pelo arrefecimento do ritmo de crescimento da população brasileira (NASCIMENTO; OJIMA, 2014).

Neste ínterim de transição demográfica, os fluxos migratórios no Sudeste podem oferecer uma leitura imediata das transformações demográficas e demandas regionais ensejadas nos pequenos municípios. Afinal, as entradas (imigrantes) ou saídas (emigrantes) de pessoas, independentemente da escala geográfica, sinalizam os mais diversos interesses que envolvem o movimento das pessoas pelo espaço. Diversos estudos vêm apontando que o incremento ou a redução do tamanho de uma população está amplamente associado à interiorização da urbanização no Brasil (MATOS; BAENINGER, 2008; LOBO; MATOS, 2011) o que vem estimulando o surgimento e a consolidação de novas regiões absorvedoras de migrantes, dinamizando e alterando padrões dos fluxos migratórios outrora já conhecidos. Cunha (2012, p. 35) observou que se, no Brasil, a complexidade e a diversidade das formas de mobilidade espacial da população eram ofuscadas pelas grandes tendências históricas de migração, especialmente pelos movimentos de origem rural-urbana. Recentemente, os fluxos migratórios apresentam novas feições e consequências, não apenas reproduzindo algumas facetas já observadas nas décadas anteriores.

Diante dessas alterações, a hipótese principal deste estudo é de que as mudanças no comportamento migratório nos pequenos municípios do Sudeste brasileiro, observadas nas últimas três décadas são influenciadas por transformações que ocorrem no âmbito regional/local

identificadas pela consolidação/emersão de centralidades. Para tanto, foram selecionados para esse estudo, os municípios de pequeno porte que incluem aqueles com população inferior a 50 mil habitantes. Ressalta-se a representatividade desses municípios no Sudeste e no Brasil, uma vez que em 2010, segundo o IBGE, esses municípios representavam 90,4% do total.

Para fins de operacionalização metodológica, aferiu-se o número de pessoas que entraram e saíram dos pequenos municípios do Sudeste, estratificados inter e intra regionalmente. Com a avaliação do número absoluto de imigrantes e emigrantes, tornou-se possível refletir sobre o estoque migratório (Imigrantes – Emigrantes). Foram considerados os fluxos migratórios de data-fixa, identificados pelos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010 que permitiu a identificação de alguns aspectos urbano-regionais que funcionam como fatores de fixação, repulsão ou atração populacional. Esses fluxos foram submetidos a uma análise espacial, recurso tal que evidenciou a organização territorial do fenômeno migratório em uma plêiade de municípios de pequeno porte, ao longo de décadas, explorando suas similitudes e dissonâncias. Tais dados permitiram ainda, discriminar, dezenas de municípios de pequeno porte mais procurados para se viver no Sudeste.

Cabe destacar a importância deste estudo em termos do seu caráter inovador, dado que a maioria dos trabalhos acadêmicos sobre os movimentos migratórios focam aspectos referentes aos fenômenos ocorridos no âmbito dos grandes centros urbanos, especialmente, nas metrópoles. Entende-se que traçar um panorama das migrações nos pequenos municípios do Sudeste é relevante, uma vez que se pode indicar a existência de profundas mudanças da realidade regional.

O artigo possui três seções, além desta introdução. Na segunda seção, são descritos os principais procedimentos metodológicos adotados. A terceira seção analisa os resultados encontrados averiguando a atratividade regional dos pequenos municípios, do ponto de vista dos fluxos migratórios. Em seguida, são apresentadas as considerações finais.

2 Procedimentos metodológicos

Fora os elementos estruturais envolvidos na dinâmica migratória, Lima et al., (2016, p. 61) consideram que a decisão de migrar pode ser individual ou familiar sendo impactada pela existência de laços socioeconômicos e culturais entre os espaços de origem e destino. Neste sentido, o reconhecimento do desempenho migratório dos MPP pode revelar aspectos mais amplos da dinâmica regional derivada de conexões heterogêneas estabelecidas entre os lugares. As análises centram-se nos 1.429 municípios de pequeno porte (representados na Figura 1)

distribuídos pelo Sudeste, região na qual há uma heterogeneidade de processos sociais e econômicos.

Através de uma matriz migratória regional foi possível identificar os movimentos migratórios internamente às UF e dos municípios, para tal foram utilizados os microdados dos três últimos Censos Demográficos do IBGE (1991, 2000 e 2010). Além da representatividade e alcance espacial característicos destes levantamentos, tais bases de dados dispõem de quesitos especificamente voltados para apreender diversas facetas do fenômeno migratório (CUNHA, 2012)

De acordo com as definições do IBGE, divulgadas na própria documentação referente aos microdados do Censo Demográfico de 2010 são considerados migrantes, todos os indivíduos que realizaram mudança permanente de residência entre os municípios nos períodos intercensitários. O migrante¹⁰ de data-fixa refere-se ao indivíduo que declarou residir cinco anos antes do levantamento censitário (1986, 1995 e 2005) em um município diferente do que residia à data do recenseamento (CARVALHO; RIGOTTI, 1998). Esse tipo de informação, combinada ao município de residência, permite compreender o fenômeno em dois momentos no tempo e no espaço, dando origem a uma matriz de fluxos migratórios, na qual se pode estimar o número de imigrantes, emigrantes, saldos migratórios e taxa de eficácia migratória¹¹. Importante sublinhar que, a unidade de análise em foco compreende os pequenos municípios. Portanto, ao longo do texto, o termo município de pequeno porte (MPP) se equivale também às áreas urbanas e rurais dos pequenos municípios.

Este esforço metodológico ganha relevância diante das reconfigurações pelas quais passa o processo migratório, o qual corresponde à reestruturações territoriais que o Brasil viveu no século XX. Lima; Braga (2013, p. 58) observam que a diversificação de mercados, a urbanização de áreas rurais, a desconcentração produtiva, a metropolização e a expansão das fronteiras agrícolas delinearão um rol de potencialidades para a realocação de mão de obra no Brasil. Esse conjunto de fatores associados indica que a integração territorial ganhou novos significados, ao lado das novas rotas e rumos que a mobilidade populacional experimentou.

Diante do interesse de captar os movimentos migratórios relacionados aos MPP do Sudeste foram estabelecidos dois níveis de análise. O primeiro, numa perspectiva inter-

¹⁰ Nos quinquênios de 1986/1991 e 1995/2000 foram utilizadas as variáveis “v0321” e “v4260” para indicar a Unidade da Federação em que o indivíduo residia em 01/09/1986 e 31/07/1995, respectivamente. Já a variável “v6262” permite controlar a UF de residência cinco anos do recenseamento.

¹¹ Calculada pela razão entre o saldo migratório e o total de imigrantes e emigrantes. Esta taxa fornece uma noção da capacidade de absorver ou repelir população em relação ao total de pessoas cujos movimentos envolveram a localidade.

regional, os migrantes destacados foram aqueles que vieram de qualquer município do Brasil, de quaisquer outras regiões para os pequenos municípios do Sudeste. Em um segundo nível distinguem-se aqueles que migraram internamente no Sudeste (análise intrarregional). Nesse caso, os migrantes selecionados envolveram indivíduos que realizaram deslocamentos entre quaisquer municípios do Sudeste (incluindo os pequenos) para os pequenos municípios dessa mesma região.

Quanto às técnicas de análise empregadas neste estudo, optou-se por uma série de classificações no conjunto dos dados relativos aos volumes de emigração, imigração e saldos migratórios, nas trocas intrarregionais e inter-regional, com a finalidade de averiguar a performance migratória dos MPP. Além disso, foram identificados os MPP mais atrativos do Sudeste, conforme o volume imigratório apresentado nos quinquênios de 1995/2000 e 2005/2010. Estes dados foram espacializados para compreender a intensidade dos fluxos que envolvem os pequenos municípios ao longo das últimas décadas.

3 Imigração, emigração e saldos migratórios

Considerada a importância das mudanças aqui sinalizadas, convém introduzir alguma análise preliminar. Ao observar a Tabela 1, sublinha-se que os totais da imigração dos MPP vêm aumentando nas últimas décadas. Diante dessa evidência mais geral, pode-se conjecturar o seguinte: a imigração absoluta aumenta conforme o ritmo de crescimento da população brasileira e do Sudeste¹². Tal fato seria então compreensível e aceitável, pois diante do declínio do crescimento demográfico, também se reduziriam os volumes totais da emigração nas últimas décadas.

De fato, as taxas de variação da emigração nos pequenos municípios do Sudeste tornaram-se negativas para os períodos 1991/2000 (-0,09% a.a) e 2000/2010, (-1,32% a.a.). Esse aumento da negatividade se dá mais acentuadamente no período 2000/2010 do que no período 1991/2000. Diante da constatação que a imigração denota um ganho de população e o acréscimo de população se mostrou positivo (1,92% a.a para 1991/2000 e 1,47% a.a entre 2000/2010), cabe indagar: o que estes números representam se comparados ao Brasil e ao Sudeste?

Se confrontados com os dados do Brasil, verifica-se que o aumento da taxa de imigração nos municípios de pequeno porte é significativamente superior à taxa de crescimento da

¹² Em 1991, a população brasileira era de 146.825.475 habitantes e a do Sudeste, 62.740.401. Em 2000, no Brasil viviam 169.872.856 pessoas e no Sudeste, 72.430.193. Já em 2010, a população brasileira girava em torno dos 190.755.799 habitantes e no Sudeste, 80.364.410.

população brasileira nos dois decênios. Entre 1991/2000, era 1,92% a.a contra 1,63% no Brasil. No período subsequente, a disparidade foi ainda maior, o Brasil crescia a 1,17% a.a enquanto a imigração nos pequenos municípios a taxa era de 1,47% a.a. Sendo assim, pode-se concluir que os municípios de pequeno porte, ao que tudo indica, recebem imigrantes em números significativamente superior ao crescimento vegetativo da população brasileira.

Se comparados ao crescimento da população do Sudeste, o mesmo comportamento se verifica, inclusive mais acentuado no decênio de 2000/2010. No período 1991/2000, a taxa de crescimento da imigração do Sudeste oscilou em torno de 1,92% a.a, enquanto a população sudestina cresceu em média 1,61% a.a. No decênio subsequente de 2000 a 2010, a população do Sudeste estava crescendo a 1,04% a.a, já a taxa de crescimento dos imigrantes dos pequenos municípios era de 1,47% a.a.

Para corroborar a expressividade da atração de imigrantes nos pequenos municípios seria conveniente examinar os volumes da emigração. Se as tendências históricas do passado ecoassem no presente, os pequenos municípios seriam altamente perdedores, exatamente o contrário do que foi verificado. Tal assertiva também pode ser confrontada com as informações dos saldos migratórios (balanço entre entradas e saídas de migrantes), exibidos pelos pequenos municípios do Sudeste, porquanto deixaram a condição de perdedores de população, evidenciada no quinquênio 1986/1991, para ganhadores, dado os reiterados saldos positivos nos quinquênios subsequentes de 1995/2000 e 2005/2010 (Tabela 1).

Tabela 1- Imigração, Emigração e Saldos Migratórios dos MPP de/para o conjunto de municípios do Sudeste agrupados por UF, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Unidades da Federação	Imigrantes						Emigrantes						Saldo Migratório		
	1986/1991	%	1995/2000	%	2005/2010	%	1986/1991	%	1995/2000	%	2005/2010	%	1986/1991	1995/2000	2005/2010
Minas Gerais	466.756	39,9	574.666	41,4	673.522	41,9	655.027	50,2	641.226	49,6	569.278	50,3	-188.271	-66.560	104.245
São Paulo	561.162	47,9	625.152	45,0	708.960	44,1	489.434	37,5	491.227	38,0	420.792	37,2	71.728	133.925	288.168
Rio de Janeiro	59.354	5,1	89.520	6,4	108.021	6,7	48.108	3,7	62.922	4,9	54.799	4,8	11.246	26.598	53.222
Espírito Santo	83.244	7,1	99.769	7,2	116.839	7,3	111.718	8,6	97.951	7,6	86.926	7,7	-28.474	1.817	29.913
Total	1.170.516	100	1.389.107	100	1.607.342	100	1.304.288	100	1.293.326	100	1.131.795	100	-133.771	95.780	475.547

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados trabalhados pelos autores.

O volume emigratório reduz significativamente nos censos de 1991, 2000 e 2010, sobretudo, no decênio 2000/2010, quando a taxa variação de emigrantes foi negativa de -1,32 % a.a. Em suma, a presente investigação descortina a realidade de que os municípios de pequeno porte vêm se reconfigurando em subespaços atrativos no Sudeste brasileiro e sua dinâmica demográfica vem se alterando.

O segundo nível da análise requer um olhar nos fluxos migratórios internos ao Sudeste. Ao examinar os dados do quinquênio 1986/1991, no tocante aos pequenos municípios, nota-se que o volume da emigração em Minas Gerais é superior ao volume de imigração em 188.271 pessoas. O mesmo se aplica ao Espírito Santo, quando o volume também é negativo e pequeno (28.474 pessoas). Já em São Paulo e no Rio de Janeiro, havia um volume de imigrantes superior ao de emigrantes, 71.728 e 11.246 pessoas (respectivamente), o que denota dinamismo demográfico nos municípios de pequeno porte dessas duas UFs desde 1986/1991.

Os dados relativos ao estoque de imigrantes e emigrantes no quinquênio 1995/2000 sinalizam mudanças no comportamento migratório dos pequenos municípios do Sudeste. Minas Gerais era o único estado em que os pequenos municípios permaneciam expulsando população (saldo migratório negativo de 66.560 indivíduos). Os pequenos municípios mineiros, no quinquênio 1995/2000 receberam 574.666 pessoas, em contrapartida, perderam 641.226 pessoas. Quando se compara com os dados do quinquênio anterior (1986/1991), os números são distintos às disparidades a favor dos emigrantes diminuem consideravelmente. Já nas demais UF do Sudeste há um acréscimo a favor dos imigrantes.

No período 2005/2010, nota-se a atratividade dos pequenos municípios frente à dinâmica demográfica regional do Sudeste. Em todas as quatro UF, o saldo migratório tornou-se positivo e revelam ganhos populacionais em relação ao período de 1995/2000.

Importante destacar a expressiva atratividade dos pequenos municípios paulistanos. Embora a perda histórica de população nos municípios de baixo porte demográfico tenha sido um fato de grande importância no passado, atualmente, os novos traços da rede urbana brasileira influenciados pela desconcentração das atividades econômicas têm promovido mudanças nos papéis destes municípios (SANTOS, 1979; BAENINGER, 1998; OLIVEIRA, 2005; SPOSITO, 2010; ALVES; SILVA, 2015). A expansão das forças de atração dessas localidades possui significados socioespaciais diversos e intrigantes.

3.1 Os fluxos extra regionais e intrarregionais

Esta seção examina o comportamento dos fluxos migratórios, nos últimos 30 anos, nos pequenos municípios sudestinos, em duas dimensões regionais: a inter-regional, capaz de captar as principais grandes regiões fornecedoras e absorvedoras de migrantes, e a intrarregional, a qual analisa os movimentos migratórios internos ao Sudeste, discriminados conforme unidades federativas. As coletâneas de mapas das Figuras 1 e 2 em sequência se referem à imigração e emigração nos MPP.

3.1.1 As trocas com o resto do Brasil

Pode-se constatar que há prevalência dos fluxos intraestaduais em todo o Sudeste e intrarregionais, com exceção do estado de São Paulo. Além disso, existe um padrão geral de aumento do volume de imigrantes oriundos de outras regiões brasileiras para todas as UF do Sudeste. Todavia, a emigração extra regional ainda é abundante apenas nos MPP paulistas e cariocas. Pelo exame das figuras em sequência, ao longo dos últimos 30 anos, São Paulo foi a única UF do Sudeste que manteve fluxos expressivos (de entrada e saída) com outras regiões do país. No último quinquênio (2005/2010), o estado de Espírito Santo também recebeu fluxos populacionais extra regionais mais significativos quando comparado aos demais. Minas Gerais manteve maiores trocas (imigração e emigração) com os municípios de São Paulo, do mesmo modo que os MPP cariocas efetuaram trocas com Minas. Contudo, há especificidades quando analisadas cada UF:

Minas Gerais – No quinquênio de 1986/1991, os imigrantes mineiros no conjunto dos pequenos municípios vieram em maior proporção da região Nordeste, cerca de 37,8% (18.145 pessoas). Somente da Bahia, 12.499 pessoas migraram para os pequenos municípios de Minas. No quinquênio 1995/2000, o número de imigrantes aumentou, sendo da região Nordeste o maior volume (41,8%) dos imigrantes. No quinquênio 2005/2010, os imigrantes procedentes de fora do Sudeste permaneceu em acréscimo: 62.721 habitantes, dos quais 38.916 pessoas eram provenientes da região Nordeste, notadamente da Bahia.

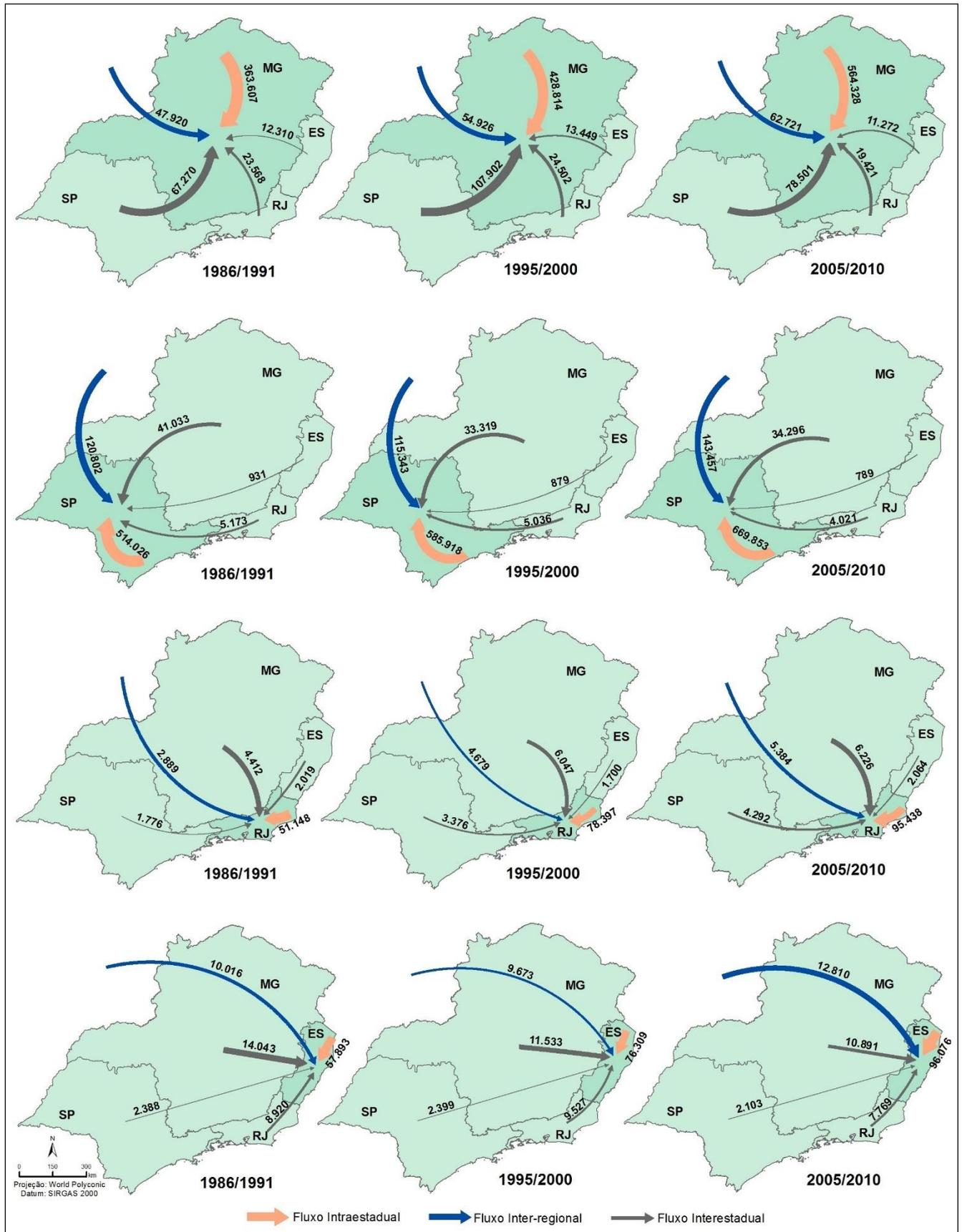


Figura 1- Volume de Imigrantes intermunicipais com destino aos pequenos municípios do Sudeste, nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Em contrapartida, os fluxos de emigração de Minas Gerais foram decrescentes nos três quinquênios: 62.726 emigrantes entre 1986/1991, 55.206 entre 1995/2000 e 50.331 entre 2005/2010. Comparando-se os três períodos, se constata que somente no último intervalo de data-fixa os pequenos municípios mineiros tiveram saldo migratório positivo (62.721 entraram contra 50.331 que saíram).

São Paulo – Os pequenos municípios paulistas do período 1986/1991 receberam 120.802 migrantes advindos, sobretudo, da região Sul (48%). Somente o estado do Paraná enviou 54.620 pessoas. No período de 1995/2000, a região Nordeste supera o Sul. Do total de 115.346, apenas a Bahia correspondeu a 42,3% do volume de imigrantes de origem nordestina. Os pequenos municípios paulistas permaneceram atraindo migrantes vindos de fora do Sudeste no quinquênio seguinte: foram 143.457 em 2005/2010, dos quais 92.223 pessoas vieram da região Nordeste, notadamente da Bahia, tal qual ocorreu no quinquênio anterior.

Os fluxos de emigração geralmente são uma espécie de espelho invertido da imigração em face da grande quantidade de migrantes que retornam aos seus lugares de origem.¹³ Os números de saída de São Paulo foram crescentes: 51.133 entre 1986/1991, 55.206 entre 1995/2000 e 73.712 entre 2005/2010. Esses valores significam que os pequenos municípios do estado de São Paulo tiveram saldos migratórios francamente positivos nos três quinquênios, tal como evidenciou Baeninger (2012) ao constatar que o estado de São Paulo, nas últimas décadas, também têm se constituído em uma área de perda migratória.

Rio de Janeiro – Os imigrantes dos pequenos municípios do Rio de Janeiro oriundos de fora do Sudeste foram majoritariamente nordestinos, sobretudo, baianos. Estes volumes sofreram acréscimo ao longo dos últimos 30 anos. No quinquênio de 1986/1991, foram 2.889 pessoas (1.784 vindas somente do Nordeste); entre 1995/2000 foram 4.649 migrantes (64,3% do Nordeste); e entre 2005/2010, foram 5.384 imigrantes, dos quais 59% eram nordestinos. São números relativamente modestos se comparados aos de São Paulo e Minas Gerais e certamente inferiores ao quantum de nordestinos que o Rio de Janeiro recebia no início do século XX.

¹³ Os emigrantes de São Paulo deslocaram majoritariamente no quinquênio de 1986/1991 para a região Centro Oeste (somente o Mato Grosso do Sul recebeu 14.658 pessoas). A redistribuição da população dos pequenos municípios de São Paulo vêm dinamizando parte do Centro-Oeste brasileiro. Entre 2005/2010, os emigrantes deslocaram em maior volume para os municípios sulistas, 31.745 indivíduos. Este movimento migratório, possivelmente de retorno, levou apenas para o Paraná 24.399 pessoas o que correspondeu a 76,9% da migração para a região Sul.

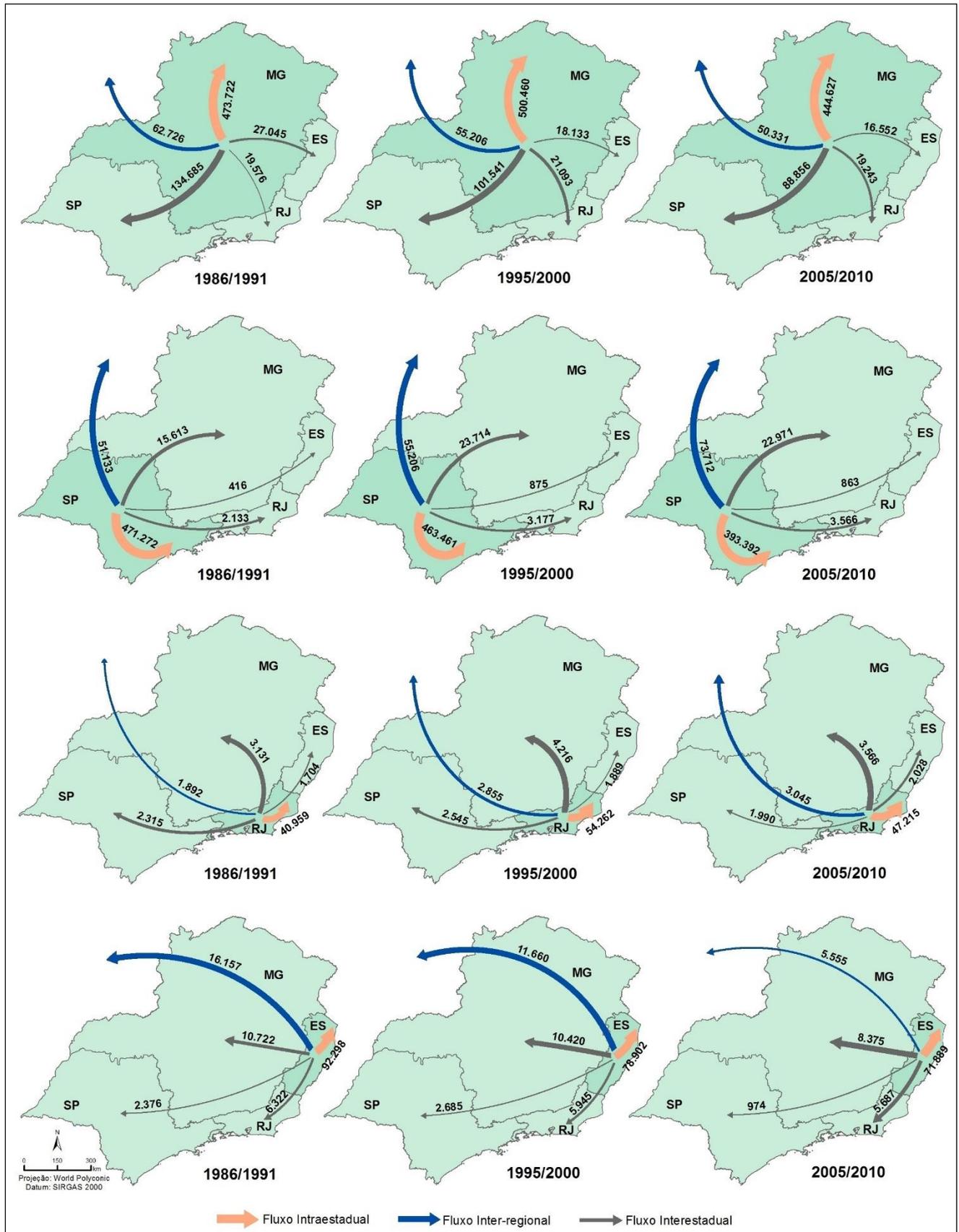


Figura 2- Volume de Emigrantes intermunicipais procedentes do conjunto dos pequenos municípios do Sudeste, nos quinquênios de 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

Do ponto de vista da emigração, saíram dos pequenos municípios cariocas entre 1986/1991 cerca de 1.892 pessoas, 2.855 no quinquênio seguinte e 3.045 entre 2005/2010. Os números em questão são bem menores que os de São Paulo e Minas Gerais, talvez porque seja um estado de pequeno tamanho geográfico e isso explica a existência dos 55 pequenos municípios presentes no Rio. De toda a forma, os saldos migratórios foram claramente positivos e crescentes nos três períodos, o que confirma a atratividade dos pequenos municípios do Rio de Janeiro.

Espírito Santo – Os pequenos municípios capixabas receberam entre 1986/1991 10.016 pessoas de outras regiões do Brasil, principalmente do Nordeste (6.773 pessoas). Entre 1995/2000 foram 9.673 imigrantes (com acréscimo do volume de imigrantes nordestinos, 7.054, contra 6.773 no quinquênio anterior). Já no período 2005/2010 essa imigração se acentuou, sobretudo, dos procedentes do Nordeste (10.405 pessoas, especialmente da Bahia), o que representou 81,2% dos imigrantes de fora do Espírito Santo.

Os números da emigração foram os seguintes nos quinquênios 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010: 16.157, 11.660 e 5.555.¹⁴ São números significativamente decrescentes, que contrastados com os fluxos de imigração revelam uma mudança expressiva da condição de municípios expulsos de população até o ano 2000, para a de receptores em 2010, conforme os dados censitários.

3.1.2 As trocas intrarregionais

No interior da região Sudeste, as trocas migratórias envolvem duas dimensões: a que agrega fluxos entre as Unidades Federativas (UF) e aquela que compreende os movimentos internos a cada UF. A imigração e a emigração desses pequenos municípios com outros municípios do Sudeste são bastante contrastantes em termos de volume. Os dados referentes aos fluxos migratórios, mostrados nas Figuras 1 e 2, podem ser sintetizados na Figura 3 que expõe as principais UF da região (São Paulo e Minas Gerais) no tocante aos fluxos migratórios que ocorreram nos estados fronteiriços.¹⁵

No primeiro caso, se verifica que os ganhos populacionais dos pequenos de São Paulo são notáveis desde o censo de 1991, sobretudo, nas trocas com Minas Gerais. Com o Rio de

¹⁴ Os emigrantes dos pequenos municípios capixabas, no período de 1986/1991, dirigiram-se, sobretudo, para a Norte. Apenas o estado de Rondônia, absorveu 8.881 pessoas, o que representou cerca de 79,2% do fluxo populacional para a região Norte. No período de 1995/2000, a expulsão de indivíduos permaneceu tendo como destino majoritariamente o Nordeste e Norte (4.958 e 4.947 pessoas, respectivamente).

¹⁵ As trocas com o Espírito Santo podem ser vistas nos mapas das Figuras 1 e 2.

Janeiro, as trocas encerram números populacionais menores, da mesma forma que os saldos positivos a favor de São Paulo.

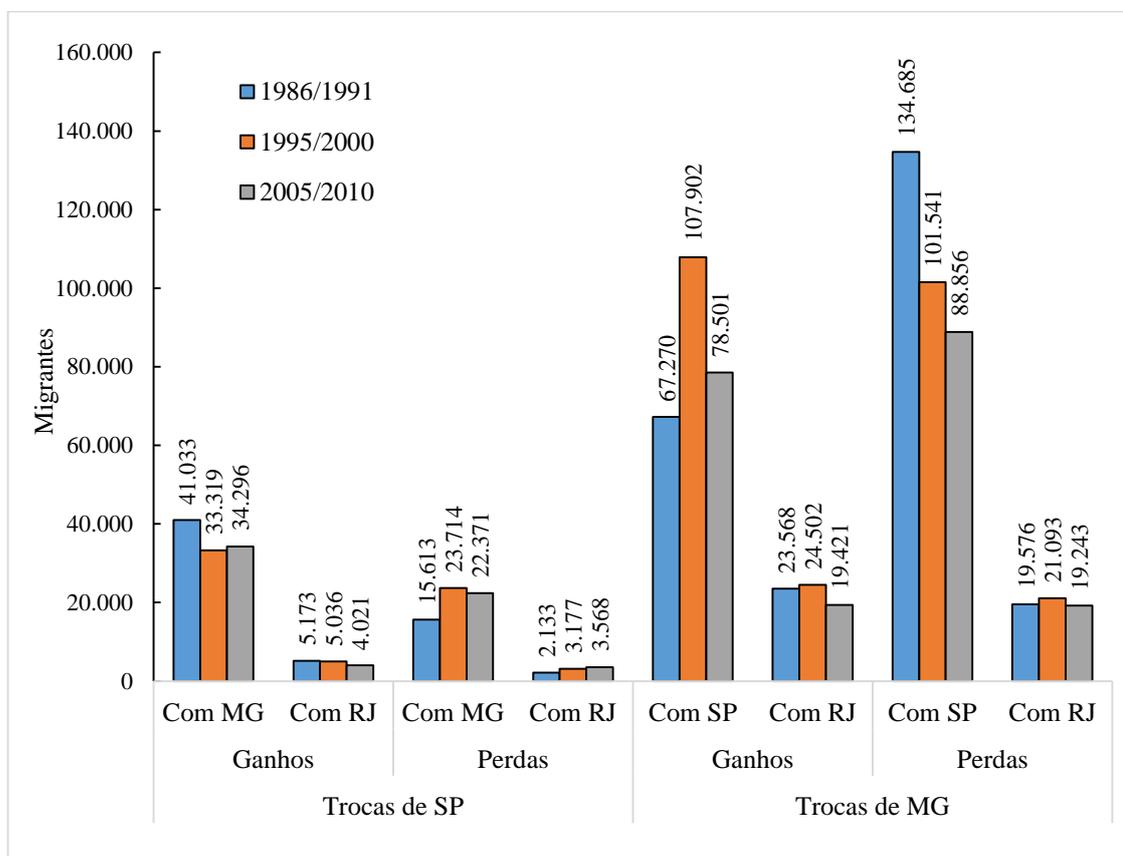


Figura 3- Trocas migratórias interestaduais com destino e origem dos/nos MPP do Sudeste

No tocante aos pequenos municípios de Minas Gerais, a principal conclusão é que perdem população em relação ao total de municípios de São Paulo¹⁶, mas ganham em relação ao Rio de Janeiro, nos três períodos de data-fixa. A disparidade dos números também é marcante, denotando que o estado de São Paulo é o principal destino e origem das trocas de população quando se focaliza o conjunto de pequenos municípios de Minas Gerais.

Um outro tipo de troca intrarregional, certamente de ampla relevância, diz respeito aos fluxos intraestaduais que correspondem à maior fatia das trocas migratórias. A partir das informações censitárias, obteve-se dados da diagonal principal da matriz de fluxos migratórios. É principalmente com essa informação que se pode retirar conclusões inusitadas, especialmente a partir do último período de data-fixa, 2005/2010, a propósito da inversão de tendências nos

¹⁶ Essa conclusão só é verdadeira considerando o conjunto de pequenos municípios mineiros, pois nas trocas do total de municípios de Minas com os de São Paulo os saldos passaram a ser positivos para Minas Gerais desde o censo de 2000.

estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em sequência, na Tabela 2 se expõe, além dos saldos intraestaduais (excluindo os fluxos de pequenos para pequenos) um conjunto de conclusões que sintetizam os números relativos aos três tipos de fluxos de cada estado do Sudeste, portanto uma súmula dos diferentes saldos migratórios dos pequenos municípios.

a) No âmbito intraestadual, em Minas Gerais, após dois quinquênios de perda populacional dos pequenos municípios para os grandes e médios municípios do estado, no quinquênio 2005/2010 passaram a ter o surpreendente saldo positivo de 119.701 pessoas. Esse foi o principal saldo entre todos os demais. Com relação às trocas com os estados de fora do Sudeste houve também quebra de tendência no censo de 2010 (saldo de 12.390 pessoas). Já as trocas com os três estados do Sudeste mantiveram-se negativas, já que se o saldo foi positivo entre 1995/2000, entre 2005/2010 voltou a ser negativo (-15.456 pessoas).

b) No Espírito Santo, assim como em Minas Gerais, os fluxos intraestaduais mostram que após dois quinquênios de perdas dos pequenos para as grandes e médias cidades do estado, no quinquênio 2005/2010 passaram a ter saldo positivo de 23.549 pessoas. Também as trocas com os estados de fora do Sudeste tiveram ruptura de tendência no censo de 2010 (saldo de 7.255 pessoas). Com relação às trocas com os três estados do Sudeste, o Espírito Santo, diferentemente de Minas Gerais, apresentou saldos positivos e semelhantes nos três períodos (5.726 migrantes entre 2005/2010).

Tabela 1- Saldos migratórios dos pequenos municípios das UFs do Sudeste com municípios de dentro e fora da Grande Região

UFs	Origem/Destino dos Migrantes	1986/1991	1995/2000	2005/2010
MG	Fora do SE	-14806	-280	12.390
	UF do SE	-78.157	5.086	-15.456
	Grandes e Médios de MG	-110.114	-71.646	119.701
ES	Fora do SE	-6.141	-1.987	7.255
	UF do SE	5.931	4.441	5.726
	Grandes e Médios do ES	-34.405	-2.593	23.549
RJ	Fora do SE	997	1.824	2.339
	UF do SE	1.057	2.464	4.998
	Grandes e Médios de RJ	10.189	24.134	48.223
SP	Fora do SE	69.669	60.137	69.745
	UF do SE	28.974	11.467	4.998
	Grandes e Médios de SP	42.754	122.458	276.461

Fonte: Censos Demográficos; dados trabalhados

c) No Rio de Janeiro, diferentemente de MG e ES, os saldos intraestaduais foram positivos nos três quinquênios. Contudo, a tendência dos pequenos municípios do estado exibirem mais ganhos do que perdas nas trocas interestaduais permanece. Os pequenos municípios cariocas ganharam das grandes e médias cidades do estado 48.223 pessoas, no quinquênio 2005/2010. Os saldos com os estados de fora do Sudeste mantiveram-se positivos e crescentes (2.336 pessoas em 2010), da mesma forma que nas trocas com os três estados do Sudeste, (4.998 pessoas entre 2005/2010).

d) Em São Paulo, embora os números sejam de outra magnitude, assim como no RJ, todos os saldos foram positivos nos três censos, e a supremacia dos números relativos às trocas intraestaduais se repete. Os dados indicam que os pequenos municípios vêm ganhando população das grandes e médias cidades de forma crescente e impressionante. No período de data-fixa do censo de 2010 chegaram a alcançar o saldo migratório positivo de 276.461 pessoas. Bem mais modestos, os saldos com os estados de fora do Sudeste mantiveram-se positivos e semelhantes (69.745 pessoas em 2010). Já nas trocas com os três estados do SE, os números mostram-se decrescentes, chegando a apenas 4.998 pessoas o saldo positivo entre 2005/2010.

Diante do exposto, fica a pergunta: por que os pequenos municípios se tornaram atraentes demograficamente? Certamente, a resposta não é muito simples, nem óbvia, pois entre os pequenos municípios há muitas diferenças, uns são bem mais dinâmicos que outros. De toda a forma, pode-se arrolar um conjunto mais geral de possibilidades explicativas¹⁷ que confluem para as seguintes evidências socioespaciais:

1. Melhoria dos meios de transporte e das tecnologias de comunicação e informação (TICs) na rede de cidades das UF do Sudeste;
2. Ampliação da oferta de empregos nos pequenos municípios e concomitante expansão da urbanização e de serviços urbanos;
3. Melhoria das condições de vida nos pequenos municípios. A proximidade com a natureza (clima, ar puro e densidade vegetal), os reduzidos custos de vida, a segurança pública constituem um conjunto de amenidades que podem estar favorecendo a migração de retorno de aposentados e de indivíduos que se decepcionaram com o “caos urbano” presente nos grandes centros;
4. Situações de segunda moradia de pessoas de classe média, com uma residência em um grande centro urbano e outra em um pequeno município (lazer nos fins de semana);

¹⁷ Essas perspectivas explicativas vão ao encontro das reflexões produzidas por Richardson, 1980; Martine, 1994; Baeninger, 1998; Corrêa, 1999, Damiani, 2006; Bell; Jayne, 2009; Sposito, 2010; Lobo; Matos, 2011, entre outros.

5. Saturação de grandes cidades relativamente próximas, onde o preço da terra veio se tornando proibitivo para os residentes de baixa renda.

A dispersão demográfica em curso acompanha a valorização de espaços selecionados em função das suas vantagens relativas, não mais estabelecidas exclusivamente dado ao seu tamanho, mas em relação ao potencial para a reprodução do capital (DAMIANI, 2006). Neste sentido, verifica-se o aumento dos ritmos de produção e circulação nos MPP, com a facilidade dos meios de transporte (GIDDENS, 1991) e evolução da tecnologia da informação (CASTELLS, 1999), os transformando de áreas de perda migratória em áreas de absorção.

As evidências empíricas indicam que a migração interna no Sudeste brasileiro, guarda correlações com a redução das distâncias percorridas entre espaços de origem e destino. Nos últimos anos, os deslocamentos da população brasileira se rearranjaram e buscaram regiões com vantagens locacionais (MARTINE, 1994) contrariando os argumentos das teorias migratórias clássicas que salientavam o predomínio de padrões de deslocamento de tipo periferia-centro. Os fluxos secundários vêm ganhando cada vez mais importância e os pequenos municípios parecem estar contribuindo expressivamente no processo de redistribuição espacial da população.

Se de um lado, é fato que a migração interna no Sudeste tende a reduzir-se a cada novo censo, diante do avanço da transição demográfica, é também verdade que, desde os anos de 1980, a interiorização do processo de urbanização e o espraiamento das atividades econômicas no Brasil (COUTINHO, 1998; PACHECO, 1998) estimulou o surgimento e a consolidação de novas regiões atrativas aos migrantes do país, dinamizando seus fluxos migratórios secundários de curta distância, verificando-se, inclusive, o aumento da migração de retorno (LIMA, 2013). Ou seja, houve uma intensificação dos deslocamentos populacionais em direção a áreas tradicionalmente emissoras de migrantes e o surgimento e a consolidação de novos polos inter e intraestaduais de absorção migratória (MATOS, 1995; BAENINGER, 2000, 2008 e BRITO; CARVALHO, 2006).¹⁸

A associação desses fatores contribuiu para uma nova hierarquização dos centros urbanos no Sudeste. Dentre esses, os pequenos municípios com crescimento populacional derivado das migrações, constituem fatia importante do processo de reorganização populacional

¹⁸ Matos (1995) advoga que os novos padrões do fenômeno migratório guardam correlação com fatores, tais como: diminuição das distâncias percorridas pelos migrantes; diversificação das rotas migratórias; esgotamento do êxodo rural; predominância dos fluxos urbano-urbano; aumento dos fluxos urbano-rurais; desconcentração demográfica; aumento da migração de retorno; crescimento das migrações de curta duração; entre outros.

no Sudeste. A identificação desses municípios atraentes do ponto de vista demográfico, é o que se pretende fazer em sequência.

4 Os pequenos municípios mais procurados: centralidades regionais emergentes?

Inicialmente, foram selecionados os 100 pequenos municípios que possuíam maior volume de imigrantes no período de data-fixa de 2005/2010. Em seguida, identificou-se aqueles que também receberam volumes expressivos de população no quinquênio anterior (1995/2000). Ao final destas etapas, foram definidos 63 MPPs destacados como os mais procurados para se viver no Sudeste. Esse conjunto de municípios foi classificado em três categorias, de acordo com o volume de atração de imigrantes, cujos limites foram delimitados pelo valor da mediana e a distribuição de *tercis*. As classes foram denominadas: baixa atratividade migratória (2.734 a 3.267 pessoas), média (3.324 a 4.359) e alta atratividade (4.498 a 10.631 pessoas).

Complementarmente, ao discriminar estes grupos pela Tipologia Demográfica para pequenos municípios, foram detectados 57 MPPs dinâmicos (situação de crescimento populacional) com alta, média e baixa atratividade migratória e seis MPP semi-estagnados em estabilidade populacional, como representados na Figura 4.

A variável migratória atuou como termômetro, um indicador capaz de dar clareza aos processos existentes no Sudeste brasileiro. Ao examinar os volumes de imigrantes de forma ordenada, notou-se que os pequenos municípios que permaneceram atraindo população no quinquênio 1995/2000 até 2005/2010 estavam especialmente concentrados, sobretudo, no estado de São Paulo (33 municípios), o que correspondia a 52% do total, dentre eles 14 eram MPP dinâmicos de alta atratividade. Os pequenos municípios mineiros mais atrativos representaram 25% do total (16 municípios), sendo cinco dinâmicos com alta atratividade populacional. Os capixabas e cariocas agregaram juntos 22% (14 municípios), dois deles eram dinâmicos de alta atratividade localizados no estado do Rio.

Ao ranquear os 10 pequenos municípios mais atraentes do Sudeste, verificou-se que oito deles também se localizavam no interior do estado de São Paulo. Dentre eles, o pequeno município de Itupeva, com população contabilizada em 44.859 habitantes (em 2010), possui o maior volume de imigrantes de todo o Sudeste, com 10.631 entradas no período de 2005/2010, ocupando o primeiro lugar do ranking. Ao considerar o Índice de Eficácia Migratória (IEM), no período 2005/2010, nota-se que Itupeva tem capacidade de reter população (IEM=0.68).

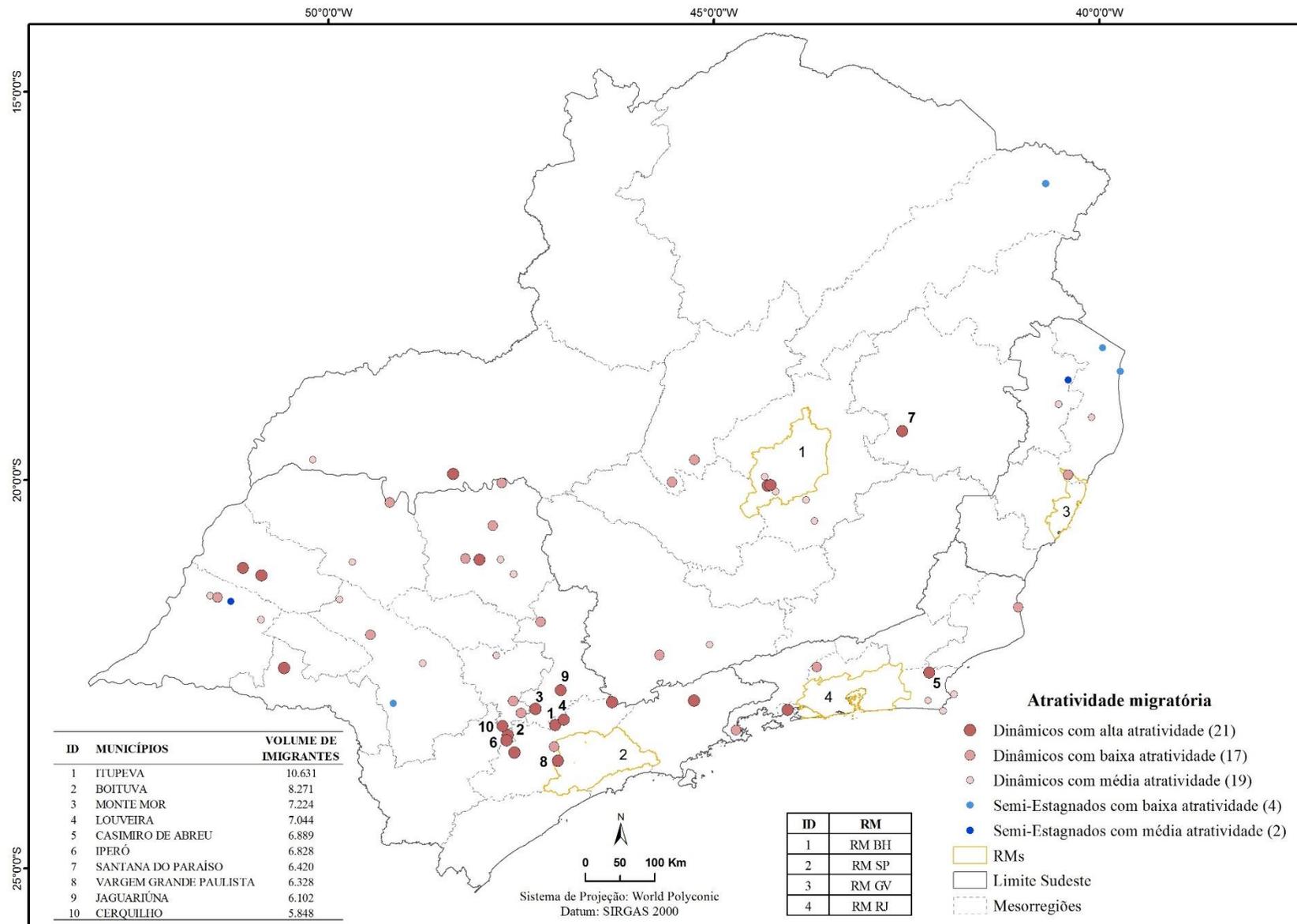


Figura 4- Os pequenos municípios do Sudeste mais procurados entre 2000 e 2010

Fonte: Censo Demográfico de 2000 e 2010 – Dados trabalhados pelos autores

Itupeva se localiza na Região Metropolitana de Campinas, uma região densamente povoada e industrializada. Este município está às margens da rodovia dos Bandeirantes, fator positivo para o seu desenvolvimento, enquanto polo industrial. O fácil acesso a Itupeva facilita a logística de distribuição de produtos e entretenimento. Nele está instalado um complexo de lojas multimarcas, em um shopping *Outlet*, além de possuir um dos maiores parques aquáticos do Brasil e inúmeros estabelecimentos imobiliários de turismo rural, como *resorts* e hotéis implementados.

No segundo e terceiro lugar do *ranking* encontram-se Boituva e Monte Mor, que receberam respectivamente 8.271 e 7.224 imigrantes no quinquênio 2005/2010. A população de Boituva em 2010 era de 48.314 habitantes. Este pequeno município situa-se às margens da rodovia Castelo Branco e possui atividades industriais, comerciais e de serviços em expansão, segundo dados da CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), do Ministério do Trabalho. Além disso, Boituva é um centro esportivo de paraquedismo e balonismo do estado de São Paulo, o que gera impacto direto na economia e em toda a estrutura de serviços dado à crescente procura por esta prática esportiva.

A população de Monte Mor aferida no Censo de 2010 era de 48.949 habitantes. Este pequeno município tem expressão regional na RM de Campinas. Localiza-se estrategicamente no principal entroncamento inter-modal do estado de São Paulo, conectado por importantes rodovias, ferrovias, estando a 17 quilômetros do Aeroporto Internacional de Viracopos. Tem economia diversificada e possui indústrias de diferentes ramos, bem como prestadoras de serviços e atividades comerciais. Boituva e Monte Mor no período 2005/2010, apresentaram IEM de 0.55 e 0.60, respectivamente.

Em Minas Gerais, Santana do Paraíso ocupa a sétima posição do *ranking* dos dez pequenos municípios mais procurados do Sudeste. Todavia, é o MPP com IEM de 0.84, mais elevado de Minas e do Sudeste, denotando uma capacidade de reter migrantes. No quinquênio de 2005/2010 atraiu 6.420 pessoas, tendo 27.265 habitantes em 2010, se encontra a 240 quilômetros da capital mineira e localiza-se na região do Vale do Aço. A proximidade com o município de Ipatinga, sede da siderúrgica Usiminas, contribuiu para que o município desenvolvesse uma economia baseada em complexos industriais e na prestação de serviços. Além disso, é nesse município que se encontra o aeroporto da região (Aeroporto de Ipatinga) o que também contribuiu para a instalação de uma série de investimentos, constituindo um dos fatores de atratividade populacional.

São Joaquim das Bicas, MPP mineiro, embora não pertencente ao *ranking* dos mais dez mais atrativos, ocupou o segundo lugar dos municípios mais atrativos dentro do território mineiro. Somente no quinquênio de 2005/2010 recebeu 5.538 pessoas e obteve um IEM de 0.59. Este MPP localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, registrou em 2010, uma população de 25.619 habitantes. Por distar apenas 45 quilômetros da capital, São Joaquim das Bicas apresenta os serviços e a indústria como suas principais atividades econômicas. Além disto, o município é cortado pela BR-381, importante rodovia federal.

Casimiro de Abreu, no estado do Rio de Janeiro é também um dos destinos mais procurados entre os pequenos municípios do Sudeste, ocupando a quinta posição no ranking. Com uma população em 2010 de 35.347 habitantes, o município absorveu 6.889 pessoas, no quinquênio de 2005/2010. Por estar encrustado no litoral, é um polo de turismo ecológico. Porém, sua economia é baseada na indústria do petróleo, principalmente na extração, sendo dependente dos repasses dos *royalties* (compensação financeira pela extração). Em Casimiro de Abreu estão instaladas indústrias nas áreas de *offshore*, construção civil e atividades de prestação de serviços.

Ainda no estado do Rio de Janeiro, Mangaratiba, assim como São Joaquim das Bicas, em Minas Gerais, não figurou entre os dez pequenos municípios mais procurados para se viver no Sudeste. Mas, internamente ao estado do Rio de Janeiro destacou como o segundo MPP com maior volume de imigrantes. Sua população em 2010, girava em torno dos 36.456 habitantes e no quinquênio de 2005/2010, recebeu 5.529 migrantes. Neste mesmo quinquênio, apresentou IEM de 0.65, significativamente superior ao apresentado por Casimiro de Abreu (MPP carioca mais atraente).

Mangaratiba está próximo à Região Metropolitana do Rio de Janeiro em uma localização privilegiada no litoral do estado. As principais atividades econômicas estão ligadas à infraestrutura para a indústria petrolífera e o turismo. Matos (2012) mostrou que o ritmo de crescimento demográfico declinou praticamente em todos os municípios cariocas de maior porte populacional, à exceção de alguns municípios integrantes da bacia de Campos, onde a prospecção e exploração de petróleo tem se mostrado bem sucedida há cerca de 20 anos.

Seis pequenos municípios capixabas destacam-se pela atratividade populacional no Sudeste, porém, nenhum deles figura no *ranking* dos dez mais procurados. São Gabriel da Palha, localizado na região Noroeste do estado, a 213 quilômetros de Vitória (capital), em 2010, era o município mais atrativo do estado. Com população de 31.859 habitantes, registrou a entrada de 3.857 migrantes no período de 2005/2010. O pequeno município possui tradição

agrícola, com economia baseada na cafeicultura (*café conilon*). Contudo, nos últimos anos, São Gabriel da Palha tem se destacado no setor têxtil, com várias confecções, o que certamente tem lhe proporcionado forte atratividade, em função da geração de empregos nas lavouras de café e nas indústrias de tecido.

O exame das informações disponíveis detectou que a distribuição espacial dos dez pequenos municípios com maiores volumes de imigrantes da região Sudeste reforça a hipótese da dispersão populacional em andamento no Brasil. Além disso, se observa que os dez MPP com maior poder de absorção populacional são dinâmicos estando em pleno crescimento demográfico.

No contexto geral, dos 63 pequenos municípios, os casos que apresentaram maiores volumes de imigrantes estão distribuídos pelo Sudeste, com exceção do estado do Espírito Santo onde quatro municípios guardam certa proximidade. Na porção mais oriental do estado, Conceição da Barra recebeu apenas 2.734 pessoas entre 2005/2010 e foi o município capixaba com menor IEM (0.03). Além disto, conforme a Tipologia, é um pequeno município em situação de semi-estagnação, tal qual, Almenara, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, que atraiu 2.856 indivíduos no mesmo período e que teve o menor IEM do estado (-0,15). Apesar de estar recebendo população, é o município com a maior aptidão de expulsar população.

Em suma, não se pode negligenciar a importância das dinâmicas intrarregional, especialmente no âmbito intraestadual, para se compreender o processo de redistribuição da população no Brasil. Conforme Lima; Braga (2013), polarizar os lugares apenas como espaço de atração e repulsão populacional parece não mais corretamente para descrever os processos mais complexos da mobilidade populacional no Brasil.

Lima (2013) advoga que a partir da década de 1980, quando os grandes centros urbanos exibiram redução em seus saldos migratórios diminuindo sua capacidade de atração populacional, outros centros ganharam notoriedade decorrentes dos processos de desconcentração das relações de produção econômica, o que vêm conferindo ao território sudestino novas características em termos de trocas populacionais, fazendo emergir os pequenos e médios municípios que por sua vez, adquirem novas formas e funções no período de desenvolvimento capitalista atual.

4 Conclusões

A migração é um fenômeno multifacetado e essencialmente multiescalar, o que lhe confere importância secular na dinâmica demográfica de uma região. Portanto, as evidências

empíricas apresentadas nesse artigo trazem à baila novos sinais sobre a distribuição espacial da população, notadamente no que se refere à performance migratória dos municípios de pequeno porte no contexto regional do Sudeste brasileiro.

Nas últimas décadas do século XX, os estudos das migrações internas brasileira sofreram profundas transformações, em função do cenário econômico, social e político. A migração, sem dúvida, é um dos fenômenos mais sensíveis a estas mudanças, tendo em conta que os fluxos populacionais seguem, em boa medida, as direções determinadas pela abertura de novas oportunidades de melhorar as condições de sobrevivência. A proposta teórico-metodológica aqui empregada buscou contribuir para a discussão sobre a existência de novos padrões na migração interna no país. Ao focalizar a participação dos pequenos municípios na distribuição populacional do Sudeste, foi possível analisar a conformação de subespaços capazes de agregar expressão demográfica no Sudeste.

Tendo em conta os dados obtidos nos três últimos censos, notou-se que os deslocamentos populacionais no Sudeste guardam relação com os níveis de desenvolvimento urbano-regional. Novas tendências parecem surgir como o aumento da migração, inclusive de retorno, em direção a municípios historicamente considerados como incapazes de reter suas próprias populações. Paralelamente, a identificação dos principais MPP mais procurados no Sudeste, com vistas à discussão sobre as mudanças socioespaciais frente ao processo de descentralização da urbanização no Sudeste. Acrescenta-se o fato da redução do ritmo de crescimento populacional e o aumento dos níveis de descentralização econômica na região mais dinâmica do país.

Além disso, essas mudanças nas trajetórias populacionais são influenciadas não somente pelas estruturas macroeconômicas nos espaços de maior emissão e atração de população, mas também são motivadas por fatores individuais, como as estruturas familiares e domiciliares, relações de gênero, geração e poder, acessos diferenciados a redes sociais, oportunidades de vida e trabalho e outras questões de caráter mais subjetivo, como as expectativas distintas entre as gerações.

Tendo em vista as limitações deste estudo, dada à proposta analítica utilizada, percebe-se que pesquisas que enfocam a mobilidade populacional em pequenos municípios de forma mais aprofundada ainda é um desafio, por se tratar de uma temática complexa e multidisciplinar. Neste sentido, explicações de cunho econômico acerca dos municípios de pequeno porte serão arroladas em capítulo subsequente, uma vez que o presente capítulo possui um caráter

exploratório dos dados, em função deste tipo de informação ainda ser pouco disponível na literatura.

5 Referências bibliográficas

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. **Ra'eGa**, Curitiba, v. 35, p.7 -37, dez. 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/38065/27752>. Acesso em: 13 mar, 2016.

AZZONI, C. **Indústria e Reversão da Polarização no Brasil**. Ensaios Econômicos -IPE/USP, São Paulo, n.58, 1986.

BAENINGER, R. A nova configuração no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: XI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11, 1998, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 729-772, 1998.

_____. Novos espaços da migração no Brasil: anos 1980 e 1990. In: Encontro Nacional de Estudos populacionais, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000.

_____. Rotatividade migratória: um novo olhar para as migrações no século XXI. In: XVI Encontro Nacional de Estudos populacionais, Caxambu. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2008.

_____. Migrações internas no Brasil no século 21: entre o local e o global. In: XVIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, Águas de Lindóia. **Anais...**São Paulo: ABEP, 2012.

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná et al. **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p 319-367.

BELL, D; JAYNE, M. Small Cities? Towards a Research Agenda. **International Journal of Urban and Regional Research**, Oxford, v. 33, n. 3, p. 683–699, 2009. Disponível em: <http://onlinelibrary-wiley-com.ez27.periodicos.capes.gov.br/doi/10.1111/j.1468-2427.2009.00886.x/full>. Acesso em: jul, 2017.

BRITO, F. População, espaço e economia numa perspectiva histórica: o caso brasileiro. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG - Faculdade de Ciências Econômicas, 1997. (**Tese de Doutorado**).

_____. Brasil, final de século: a transição para um novo padrão migratório? In: CARLEIAL, A. N. (org). **Transições migratórias**. Fortaleza: Edições IPLANCE, 2002.

_____. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo: v. 25, n. 1, p. 5–26, 2008. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/171>. Acesso em: 24 Mar. 2016.

BRITO, F; CARVALHO, J. A. M. As migrações internas no Brasil e as novidades sugeridas pelos censos demográficos de 1991 e 2000 e pelas PNADS recentes. **Parcerias estratégicas (Brasília)**, v. 22, p. 441-455, 2006.

CARVALHO, J.; RIGOTTI, J. I. R. Os dados censitários brasileiros sobre migrações internas: algumas sugestões para análise. **Rev. Bras. Est. Pop.**, Brasília: v. 15, n. 2, p. 7-17, 1998.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

CORRÊA, R. L. Globalização e Reestruturação da Rede Urbana – Uma Nota sobre as Pequenas Cidades. **Revista Território**, ano IV, nº 6, jan./jun., 1999. Disponível em: http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_5_correa.pdf. Acesso em: 18 jul, 2016.

COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário. **Revista ANPEC**, Brasília, n.4, 1998.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os censos demográficos como fonte de dados. **Rev. Inter. Mob. Hum**, Brasília: Ano XX, Nº 39, p. 29-50, 2012. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/330>. Acesso em: 13 Jul. 2017.

CUSHING, B; JACQUES, P. Crossing boundaries and borders: regional science advances in migration modeling. **Papers in Regional Science (RSAI)**, v. 83, issue 1, p. 317-338, January, 2004.

DAMIANI, A. L. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: **América Latina: cidade, campo e turismo**. LEMOS, A. I. G. de; ARROYO, M.; Silveira, M. L. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil 1980**.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil 1991**.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil 2000**.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico do Brasil 2010**.

LIMA, A.C.C. Desenvolvimento regional e fluxos migratórios no Brasil: uma análise para o período 1980-2010. 283fls. **Tese** (Doutorado em Economia) – Cedeplar, UFMG, Belo Horizonte, 2013.

LIMA, A. C. C; SIMÕES, R; HERMETO, A. M. Desarrollo regional, jerarquía urbana y condición de migración en Brasil entre 1980 y 2010. **Revista EURE - Revista de Estudios Urbano Regionales**. vol. 42, n.º 127, p. 55-85, 2016. Disponível em: <http://www.eure.cl/index.php/eure/article/view/1507>. Acesso em: 27 Out. 2017.

LIMA, E. E. C; BRAGA, F. G. Da rotatividade migratória à baixa migração: uma análise dos padrões da mobilidade populacional no Brasil de 1995-2000. **Rev. Bras. Est. Pop**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 57-75, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n1/v30n1a04>. Acesso em: 8 set. 2016.

LOBO, C. **Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras**. 2009. 164 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

LOBO, C; MATOS, R. Migrações e a dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. **Rev. Bras. Est. Pop**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 81–101, 2011. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/86>. Acesso em: 14 out. 2015.

MARTINE, G. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994, 43p. (Textos para discussão, 329).

_____. A evolução espacial da população brasileira. In: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. L. B. (orgs.). **Desigualdades regionais e desenvolvimento**. São Paulo: FUNDAP/Ed. UNESP, 1995, p. 61-91.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, p. 35-58, 1995.

MATOS, R; BAENINGER, R. Migração e Urbanização no Brasil: Processos de Concentração e Desconcentração Espacial e o Debate Recente. **Cadernos do LESTE**, Belo Horizonte, v. 1, p. 342-385, 2008. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/leste/article/view/795>. Acesso em: 10 Jun. 2015.

MATOS, R. Migração e urbanização no Brasil. **Geografias**, Belo Horizonte, n. 08, v. 1, p. 07-23, 2012. Disponível em: <http://www.igc.ufmg.br/portaldeperiodicos/index.php/geografias/article/view/557>. Acesso: 29 nov, 2016.

NASCIMENTO, T. C. L; OJIMA, R. Migrações internas no Brasil: um panorama analítico e alguns percursos teóricos. **Rev. Bras. Est. Pop**, Rio de Janeiro, v. 31, n.1, p. 239-242, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982014000100015&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 23 nov. 2016.

NEGRI, B. **Concentração e desconcentração industrial em São Paulo (1880 - 1990)**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

PACHECO, C. A. **Fragmentação da Nação**. Instituto de Economia/UNICAMP, 1998.

RICHARDSON, H. **Economia Regional, Teoria da Localização, Estrutura Urbana e Crescimento Regional**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1980.

SINGER, P. **Dinâmica populacional e desenvolvimento**. São Paulo: Hucitec, p. 178-207, 1988.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia da FCT/UNESP, 2001.

_____. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização.
Geografia, Rio Claro, v.35, n.1, p. 51–62, 2010.

CAPÍTULO 4

MIGRAÇÃO INTERNA E SUA IMPLICAÇÃO ECONÔMICA NOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO SUDESTE BRASILEIRO

RESUMO

A região Sudeste, a mais dinâmica do Brasil em todo o século XX, responde por uma proporção expressiva da economia brasileira. Em 2010, essa região possuía 1.668 municípios, dentre eles grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, que envolvem uma extraordinária infraestrutura produtiva. Historicamente, é uma região que atrai migrantes de todo país uma vez que, a decisão de migrar apoia-se, principalmente, na existência de laços econômicos e culturais entre os espaços de origem e destino. Este estudo teve como objetivo principal avaliar a performance econômica dos municípios de pequeno porte do Sudeste, nas três últimas décadas, através da força de trabalho migrante, com intuito de apontar novas tendências econômicas, bem como refletir sobre o papel desses municípios como centralidades emergentes. Utilizou-se os microdados do censo demográfico de 1991, 2000 e 2010 a fim de identificar algumas tendências locais dadas pela variabilidade espacial dos migrantes ocupados destas localidades estudadas. Os censos demográficos, dada a sua cobertura geográfica e amplo leque de variáveis que concentram, possibilitam o delineamento de uma rede de fluxos migratórios de trabalhadores. Os resultados permitiram indicar aspectos amplos do comportamento econômico regional no Sudeste brasileiro e demonstraram a existência de arranjos espaciais compostos por pequenos municípios protagonistas de práticas de maior e menor dinamismo econômico.

PALAVRAS-CHAVE: pequenos municípios; população migrante ocupada; aspectos econômicos.

INTERNAL MIGRATION AND ECONOMIC IMPLICATION IN THE SMALL MUNICIPALITIES IN SOUTHEAST BRAZIL

ABSTRACT

The Southeast region, the most dynamic in Brazil throughout the 20th century, accounts for a significant proportion of the Brazilian economy. In 2010, this region had 1,668 municipalities, including large metropolises such as São Paulo and Rio de Janeiro, which involve an extraordinary productive infrastructure. Historically, it is a region that attracts migrants from all over the country since the decision to migrate is mainly based on the existence of economic and cultural ties between the spaces of origin and destination. The main objective of this study was to evaluate the economic performance of the small municipalities of the Southeast in the last three decades, through the migrant labor force, in order to point out new economic trends, as well as to reflect on the role of these municipalities as emerging centralities. As a methodological basis, microdata from the 1991, 2000 and 2010 demographic census were used in order to identify some locational tendencies given by the spatial variability of the occupied migrants of these studied locations. Demographic censuses, due to their geographic coverage and wide range of variables, allow the design of a network of migratory flows of workers. The results allowed to indicate broader aspects of the regional economic behavior in the Southeast of Brazil and demonstrated the existence of spatial arrangements composed of small municipalities protagonists of practices of greater and lesser economic dynamism.

KEYWORDS: small municipalities; migrant population occupied; economic aspects.

1 Introdução

A região Sudeste é territorialmente diversa e possui uma extraordinária infraestrutura produtiva. Concentra cerca de metade do que é produzido no Brasil e em 2010, conforme o IBGE, possuía 1.668 municípios¹⁹ que reuniam as principais cidades de grande e médio porte do país, além de 1.430 pequenos municípios (85,7% do total), o que permite o delineamento de uma rede urbana sofisticada, densa e vascularizada por amplas cadeias de produção e consumo (GOMES et al., 2017). Esses núcleos urbanos reforçam o fato do Sudeste ser a região mais dinâmica do ponto de vista econômica e demográfica, embora sua população tenha diminuído em termos relativos ao longo das últimas décadas.

Sua extensão geográfica agrega distintas realidades, nas quais, a supremacia de determinadas práticas econômicas reificou a condição de primazia de algumas localidades em detrimento de outras. Regiões prósperas com alto dinamismo econômico convivem com localidades que se deparam com uma severa realidade econômica e social. Contudo, nas últimas décadas, outros subespaços têm se destacado diante deste contexto regional, o que explica em certa medida, a redução de participação dos grandes centros urbanos nos totais da população brasileira.

Com tal referência, investigar essa heterogeneidade é relevante, sobretudo, porque centenas de localidades vivenciam a consolidação dos processos de urbanização e industrialização com populações que não se beneficiam exclusivamente das transferências governamentais como fator de movimentação econômica (FRANÇA, 2011; CAMPOS; PESSOTI, 2015). Sendo assim, no Sudeste as correlações entre população e economia, a partir dos dados censitários dos últimos 30 anos, podem mostrar áreas mais ou menos dinâmicas em termos econômicos, a ponto de sinalizar a existência de agrupamentos de desenvolvimento na região mais rica do Brasil?

De posse de tais constatações iniciais, o objetivo deste trabalho é avaliar a redistribuição da força de trabalho migrante nos pequenos municípios da região Sudeste nos decênios 1991/2000 e 2000/2010, com o intuito de apontar novas tendências de reordenamento de atividades econômicas nestas localidades, bem como refletir sobre a diversificação dessas práticas produtivas correlacionadas à dinâmica migratória recente.

Acredita-se que as variáveis relacionadas à dinâmica demográfica, principalmente no que tange aos comportamentos de migração interna somados a outras variáveis como população

¹⁹ Dos 5.565 municípios brasileiros, 4.982 são considerados pequenos municípios (89,5%), porém esses detêm apenas 22,2% do volume total da população brasileira.

ocupada por setores, sua composição etária e renda podem auxiliar no entendimento do reordenamento espacial que a região tem experimentado nas últimas décadas. Esta análise não é nova no universo acadêmico, embora seja muito mais abrangente ao dar conta de múltiplos processos que atuam no tempo e no espaço.

Como apontou Matos et al., (2016) e Matos; Ferreira (2017), uma plêiade de municípios de pequeno porte se destacam nas últimas décadas por experimentarem crescimento demográfico superior ou similar aos municípios mais populosos (que apresentaram crescimento populacional baixo, mas ainda assim positivo). Diante de tal fato, cabe indagar: ao se pensar os municípios em classes de tamanho, o que eles possuem de especial e quais são as singularidades no Sudeste do ponto de vista da distribuição das atividades econômicas por grupos ocupacionais?

A fim de responder estas questões, além desta Introdução, o texto está organizado em três seções, a primeira, apresenta o conjunto de dados e os percursos metodológicos de análise empregados. Na sequência, a análise e discussão do levantamento do comportamento econômico dos pequenos municípios do Sudeste com detalhamento do perfil dos ocupados nas referidas unidades de análise e, por fim, as considerações finais.

2 Procedimentos metodológicos

Na busca de investigar possíveis arranjos espaciais de municípios de pequeno porte (MPP) conforme o desempenho econômico, sob a ótica da inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, a amostra em análise é constituída por 754.432 imigrantes ocupados nos 1.429 pequenos municípios analisados e distribuídos pelo Sudeste brasileiro em 2010; a saber, 787 em Minas Gerais, 521 em São Paulo, 66 no Espírito Santo e 55 no Rio de Janeiro.

Para se obter o estoque populacional e volume de imigrantes ocupados, bem como composição por setor ocupacional, idade, sexo e renda foram utilizados os microdados da amostra dos Censos Demográficos do IBGE de 1991, 2000 e 2010. Para a definição de imigrante foi empregado o quesito de data-fixa, que define como migrante todo indivíduo que residia em um município diferente do que foi recenseado cinco anos antes da data de referência do censo (CARVALHO; RIGOTTI, 2015). Assim, o total de imigrantes ocupados nos quinquênios imediatamente anteriores às datas de referência de cada censo foi obtido por meio do cruzamento dos quesitos data- fixa e local de residência atual tomando como referência as unidades espaciais em análise.

O Censo Demográfico constitui-se como a única fonte de informação com dados de migração em nível municipal, assegurando que a dinâmica intraestadual do fenômeno possa ser examinada, além das outras inúmeras potencialidades analíticas para as mais diversas áreas (CUNHA, 2012).

Para os propósitos deste trabalho, levantou-se o volume dos imigrantes ocupados nos pequenos municípios e em outros de maior porte populacional. Vale salientar que foram excluídos da amostra os imigrantes com menos de 10 anos de idade, já que a migração destes indivíduos tem grande chance de ser familiar e espera-se que não estão diretamente relacionados com o desenvolvimento econômico.

Quanto às técnicas utilizadas, todos os imigrantes ocupados presentes nos MPP foram classificados em três categorias conforme o grupo ocupacional²⁰ que pertenciam: (i) Imigrantes com Alta Qualificação: indivíduos ocupados como Diretores e gerentes e Profissionais das ciências e intelectuais; (ii) Imigrantes com Baixa Qualificação: indivíduos ocupados em posições elementares e (iii) Imigrantes Qualificados: profissionais de apoio administrativo, técnicos e profissionais do nível médio, trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca, operários e artesãos da construção e das artes mecânicas, dos serviços, vendedores dos comércios e mercados e operadores de instalações e máquinas e montadores. No apêndice A, pode-se observar a lista detalhada dos grupos ocupacionais que compõem as categorias analíticas supracitadas.

A descrição destas ocupações para o ano de 2010 (Anexo 1), possibilita agregar informações referentes à natureza da força de trabalho do imigrante e ao conteúdo do trabalho, no que diz respeito aos conhecimentos, habilidades e requisitos exigidos para o exercício da ocupação. Tudo isso associado pode indicar comportamentos econômicos semelhantes ou destoantes internamente à cada UF do Sudeste e aos MPP em estudo.

Com o objetivo de reconhecer agrupamentos de imigrantes de acordo com o nível de qualificação profissional foi utilizado o método *K-means*. Este algoritmo agrupa os dados conforme padrões de similaridade baseado na distância média dos pontos que estão atrelados ao centroide (NUNES, 2016). Em seguida, através de varreduras foi determinado o parâmetro *k* (número de grupos que se deseja formar). A cada novo incremento de *cluster* no processamento, foi sendo observada a divisão dos dados de forma mais satisfatória.

²⁰ O Censo Demográfico de 2010 utilizou uma classificação diferente da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) para captar as ocupações. Conforme o IBGE (2013, p. 19), as ocupações foram classificadas utilizando-se a Classificação de Ocupações para Pesquisas Domiciliares (COD), que foi desenvolvida pelo IBGE para as pesquisas domiciliares, tendo como referência a International Standard Classification of Occupations – ISCO-08.

Os casos são comparados, um a um, com cada um dos centros dos grupos, assim cada caso é alocado no grupo cujo centro lhe seja o mais próximo (a). Todo grupo que recebe um novo objeto tem seu centro recalculado, através da média dos objetos que o compõem (b). O processo é repetido iterativamente até que uma determinada função objetivo convirja, ou seja quando não há mais possibilidade de realocar qualquer objeto, o processo dá-se por terminado (c) (ANDRADE, 2004, p.35).

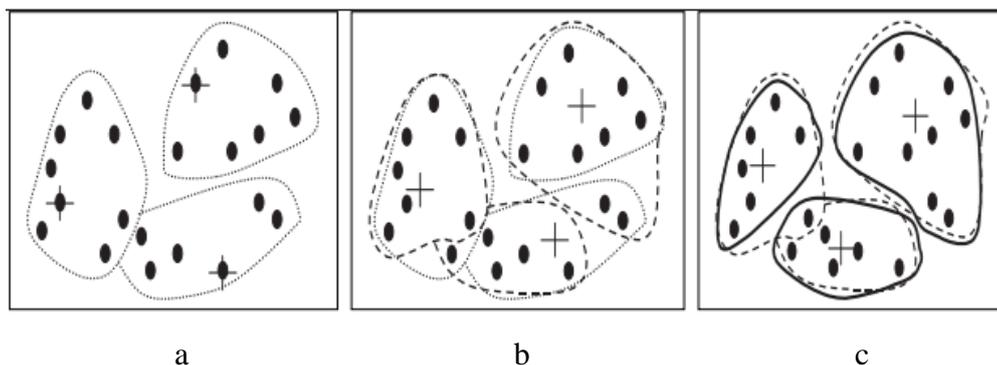


Figura 1- Representação do algoritmo do método K-Means

Adaptado de Andrade (2004).

Para isto, estipulou-se 10 iterações, ou seja, processamentos do *K-means* para formar grupos onde a similaridade dos objetos de um mesmo grupo seja a mais alta possível e a similaridade dos objetos de um grupo em comparação aos componentes dos outros grupos seja a mais baixa possível. Portanto, foram escolhidos cinco *clusters*, obtendo a melhor composição de grupos compactos e separados entre si.

Além das análises descritivas e do método supracitado, foi instrumentalizado o cálculo da Razão de Ocupação entre os imigrantes altamente qualificados e os com baixa qualificação. Essa razão retrata a realidade das profissões do mercado de trabalho do Sudeste brasileiro, assim uma razão elevada significa predominância de mão de obra com maior qualificação e vice-versa. Isso, permite a identificação das interações produtivas entre os subespaços de maior ou menor desenvolvimento econômico regional.

A fim de verificar a variabilidade espacial da Razão de Ocupação nos municípios de pequeno porte demográfico do Sudeste, utilizou-se o método *Local Indicators of Spatial Association* (LISA). Nunes (2013) advoga que enquanto os indicadores globais, como o índice de Moran, fornecem um único valor como medida da associação espacial para todo o conjunto de dados, os indicadores locais produzem um valor específico para cada caso. Isso permite a

identificação de agrupamentos de casos com valores de atributos semelhantes (*clusters*), objetos anômalos (*outliers*) e de mais de um regime espacial.

Segundo Anselin (1995), um LISA tem que atender à dois objetivos: i) permitir a identificação de padrões de associação espacial significativos; ii) ser uma decomposição do índice global de associação espacial. O LISA utilizado neste trabalho deriva do Índice Local de Moran. Uma das formas de representação deste índice, em função dos elementos básicos, é:

$$I_{i,t} = \frac{x_{i,t} - \mu_t}{m_o} \sum_j w_{i,j} (x_{i,t} - \mu_t)$$

com $m_o = \frac{(x_{i,t} - \mu_t)^2}{n}$

Na qual $x_{i,t}$ é a observação de uma variável de interesse na região i para o ano t , μ_t é a média das observações entre as regiões no ano t para a qual o somatório em relação a j é tal que somente os valores vizinhos diretos de j são incluídos no cálculo da estatística. A estatística pode ser interpretada da seguinte forma: valores positivos de $I_{i,t}$ significam que existem *clusters* espaciais com valores similares (alto ou baixo); valores negativos significam que existem *clusters* espaciais com valores diferentes entre as regiões e seus vizinhos (PEROBELLI et al., 2007).

Em termos gerais, o método LISA é um parâmetro estatístico de autocorrelação espacial que mede a relação entre observações com proximidade espacial, considerando que observações próximas possuem valores semelhante. Destarte, utilizar o LISA como método de recorte adicional da dinâmica regional elucidada a heterogeneidade espacial apresentada no Sudeste em termos econômicos.

3 Resultados e discussões correlatas

A análise da relação entre população migrante ocupada e atividades econômicas nos municípios de pequeno porte fornece um panorama parcial da ocupação no Sudeste, além de permitir verificar o peso relativo das atividades preponderantes na dinâmica econômica regional. O quesito ocupação investiga o ofício que o imigrante exercia no trabalho principal na semana de referência do recenseamento (IBGE, 2010).

De acordo com os dados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 (Tabela 1), o volume de imigrantes ocupados nos grandes centros urbanos do Sudeste vem sofrendo decréscimo, ao passo que os municípios de porte intermediário e pequeno (tanto de alta quanto

de baixa densidade demográfica) apresentam acréscimos de população imigrante ocupada. Essa constatação vai ao encontro com Baeninger (2000) quando afirma que o movimento migratório da metrópole em direção ao interior se intensifica, elevando a dispersão populacional e a desconcentração espacial das atividades econômicas no Sudeste.

Tabela 1- Municípios do Sudeste por classes de tamanho e densidade, população absoluta com 10 anos ou mais, imigrantes ocupados e participação relativa dos imigrantes ocupados em 1991, 2000 e 2010

Classes de tamanho por densidade	1991			2000			2010		
	População com 10 anos ou mais	Imigrantes Ocupados	%	População com 10 anos ou mais	Imigrantes Ocupados	%	População com 10 anos ou mais	Imigrantes Ocupados	%
Grande Porte	17.946.738	735.368	26,8	19.963.804	679.425	23,9	22.375.854	627.651	21,2
Intermediário de Alta Densidade	14.434.485	1.090.384	39,7	18.986.941	1.149.548	40,4	23.028.481	1.216.887	41,1
Intermediário de Baixa Densidade	6.217.178	322.474	11,7	7.430.877	333.333	11,7	8.773.393	364.403	12,3
Pequeno Porte de Alta Densidade	472.543	43.821	1,6	806.289	65.897	2,3	1.056.136	75.930	2,6
Pequeno Porte de Baixa Densidade	10.729.821	555.894	20,2	12.592.178	616.737	21,7	14.294.395	678.502	22,9
Total	49.800.765	2.747.941	100	59.780.089	2.844.940	100	69.528.259	2.963.373	100

Fonte: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010 - Dados trabalhados

Havia no Sudeste, em 2010, 38.111.801 pessoas ocupadas. Destes, 2.963.373 pessoas eram imigrantes, sendo 754.432 ocupados nos pequenos municípios (somados os de alta e baixa densidade). Portanto, a participação relativa da migração de pessoas ocupadas nos pequenos municípios (25,4%) supera o volume dos grandes centros urbanos (21,2%), apesar da participação relativa da migração em todos os municípios estar reduzindo. Essa é uma evidência importante, pois sinaliza que muitos pequenos municípios vêm se afirmando como unidades territoriais de atração populacional.

Matos; Ferreira (2017) fazem alusão a este processo quando discorrem que há nos quatro estados do Sudeste, subespaços que reúnem municípios com menos de 50 mil habitantes ou entre 50 a 100 mil habitantes, onde a imigração aumentou nas últimas décadas, especialmente em áreas fora das regiões metropolitanas.

A expansão do ritmo de ocupação dos imigrantes nos municípios do Sudeste é diferenciada (Figura 2) em função da necessidade de incorporação dos trabalhadores nas atividades econômicas. O segmento que alocou o maior contingente de mão de obra imigrante nos MPP foi o de ocupações elementares (ver descrição no Anexo 1) com 216.045 pessoas e participação relativa de 28,6% nos MPP e nos de porte intermediário 289.652 pessoas com participação relativa de 18,3%. Enquanto isso, nos municípios de maior porte populacional, o setor terciário (comércio e prestação de serviços) foi responsável por empregar 120.465 dos imigrantes (19,2%).

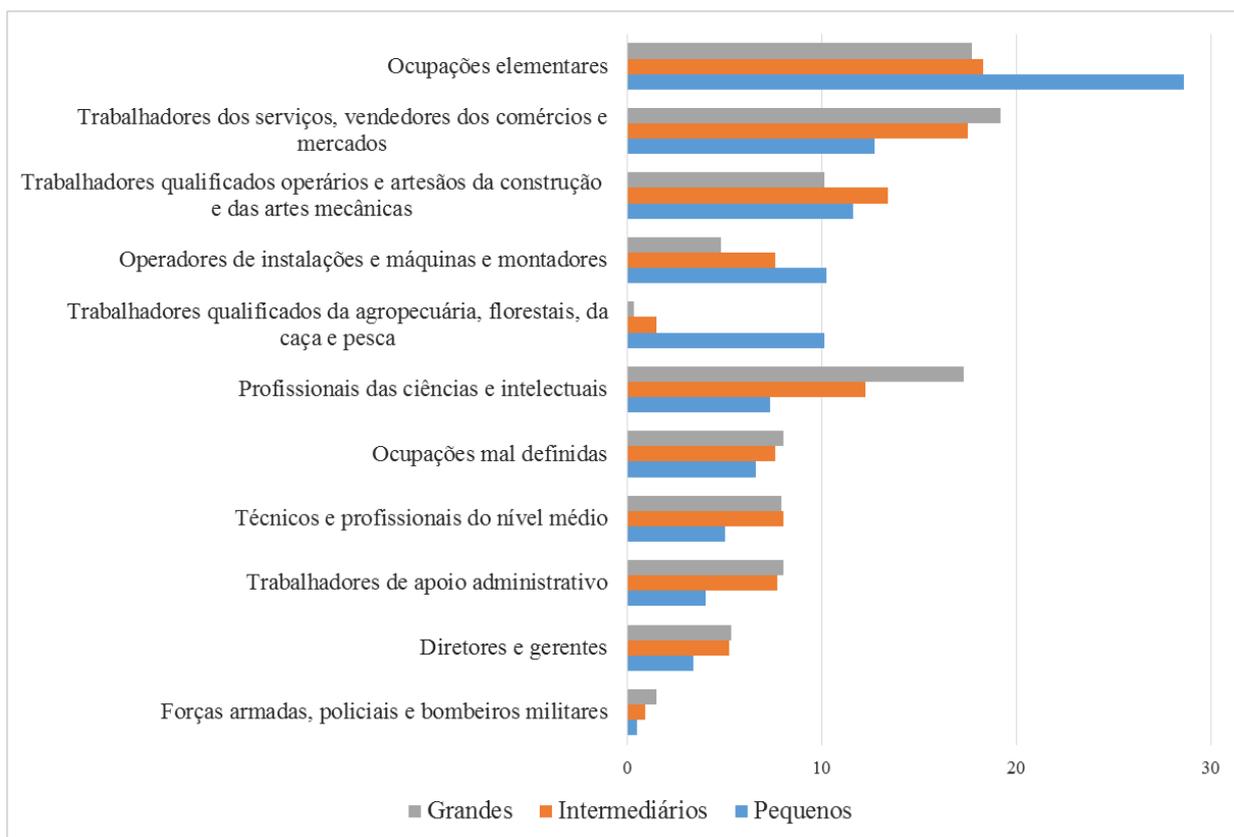


Figura 2- Imigrantes por grupos ocupacionais nos municípios do Sudeste

Ao concentrar a análise nas práticas econômicas preponderantes nos pequenos municípios, os dados apontam o aumento da importância dos trabalhadores inseridos no setor secundário (indústria e construção civil). Ao observar, os trabalhadores qualificados operários, artesãos da construção e das artes mecânicas, nota-se que 13,4% deles estão concentrados nos municípios intermediários, acompanhado dos pequenos municípios com 11,6% dos imigrantes ocupados neste setor. 10,2% dos trabalhadores operadores de instalações, máquinas e montadores residem nos pequenos municípios.

Estes dados apontam uma informação relevante: os pequenos municípios do Sudeste vêm desenvolvendo atividades não exclusivamente ligadas ao setor primário, como manifesta a ocupação relativa de 12,7% no setor de comércio e serviços e 11,6% nas atividades industriais. Como era de se esperar, é entre os pequenos municípios que o setor agropecuário se expande preferencialmente, orientado para a abundância de terras relativamente mais baratas (MATOS; FERREIRA, 2017). Neste caso, os MPP detêm a maior participação relativa (10,1%) dos imigrantes ocupados no setor primário (agropecuária, extrativa vegetal e mineral, silvicultura e

pesca) composta por 76.224 trabalhadores, o que denota a expressividade do mundo rural e das atividades agropecuárias na economia destes espaços.

Contudo, ao isolar o contingente das ocupações elementares reconhecidas como “braçais” (216.045 pessoas) e ao ranquear em ordem decrescente o volume dos trabalhadores segundo ocupação, nota-se o predomínio das atividades ligadas ao comércio e serviços, com 95.555 trabalhadores imigrantes. Em segundo lugar, 87.611 trabalhadores qualificados ligados às atividades industriais. Caso fossem somados os 76.603 operários de instalações, máquinas e montadores, o setor secundário ocuparia o primeiro lugar. Em terceiro lugar, 76.224 pessoas no setor primário, o que contraria assertivas em que os pequenos municípios seriam essencialmente centros locais movidos por uma economia agrícola.

Outra informação relevante é a participação relativa dos imigrantes altamente qualificados presente nos grandes centros urbanos do Sudeste (17,3% dos profissionais das ciências e intelectuais). Castells (1999) versa que o trabalhador do conhecimento tende a ser absorvido pelos centros de excelência em ciência e tecnologia e nos grandes centros industriais-financeiros. A partir das informações supracitadas, faz-se em sequência discussões acerca do perfil dos ocupados de acordo com alguns recortes analíticos. Para proceder essa análise foram utilizadas somente as variáveis contidas no Censo Demográfico de 2010.

3. 1 Estrutura populacional e renda dos imigrantes ocupados do Sudeste

Quanto à faixa etária e sexo dos imigrantes ocupados (Figura 3), observa-se a predominância de trabalhadores adultos do sexo masculino independentemente do tamanho do município, com idade preponderante entre as faixas etárias de 20 a 29 anos. Carvalho; Rigotti (2015) versam que a concentração dos migrantes nestas faixas etárias apontam uma clara seletividade etária nas migrações, reforçando a correlação existente entre distribuição de população e dinâmica econômica.

A distribuição relativa por idade e sexo indicam a conformação de pirâmides com bases estreitas que dizem respeito à pequena presença de crianças. Em contrapartida, são pirâmides com corpo largo, em função da forte presença de adultos em idade ativa inseridos no mercado de trabalho. Neste caso, os adultos representam o maior volume de imigrantes ocupados, como supracitado. O ápice ou topo é ínfimo, dado ao baixo volume dos imigrantes a partir dos 60 anos.

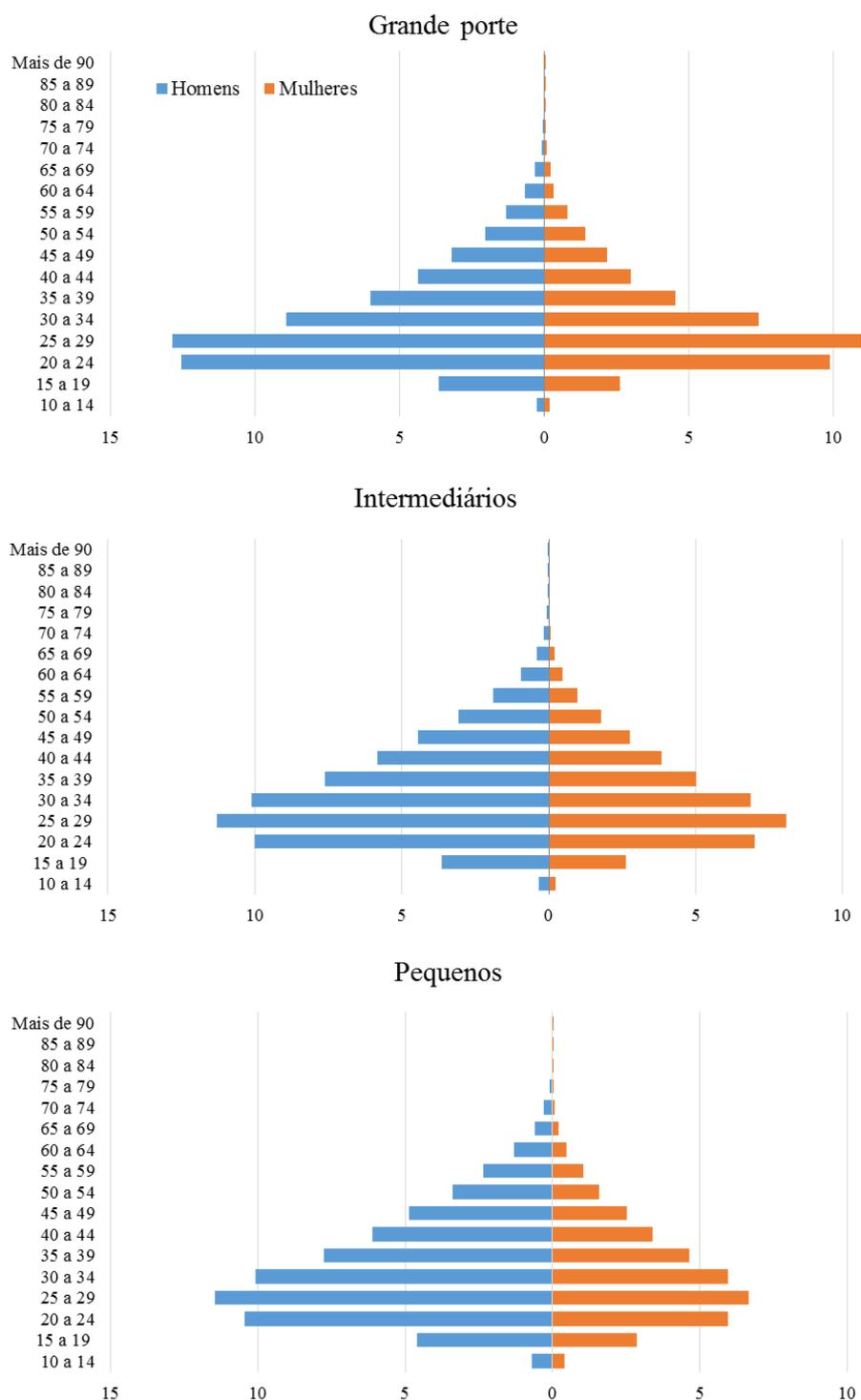


Figura 3- Pirâmide etária dos imigrantes ocupados no Sudeste brasileiro por classes de tamanho dos municípios

A renda (rendimento bruto proveniente de todos os trabalhos, em número de salários mínimos) dos ocupados nos pequenos municípios do Sudeste foi comparada entre as pessoas que migraram ou não (Figura 4). Essa é uma forma de avaliar a contribuição dos imigrantes nos

pequenos municípios através da simples comparação com os não migrantes. Os resultados mostraram que os imigrantes ocupados possuem renda superior aos que não migraram²¹. Com exceção dos imigrantes ocupados nos ramos da agricultura que apresentaram renda inferior (1,5 salário) à dos trabalhadores que não migraram (1,6 salário). Ou seja, estes trabalhadores agrícolas ocupados nos pequenos municípios têm baixos rendimentos.

Isso pode ter associação com o fato de que muitos estabelecimentos agrícolas nos pequenos municípios utilizam mão de obra temporária, praticam agricultura de pequeno porte ou baseados na agricultura familiar. É sabido que as propriedades familiares se caracterizam pela intensiva mão de obra familiar e eventualmente utilizam-se de trabalhadores de fora da unidade familiar (CARNEIRO, 1998).

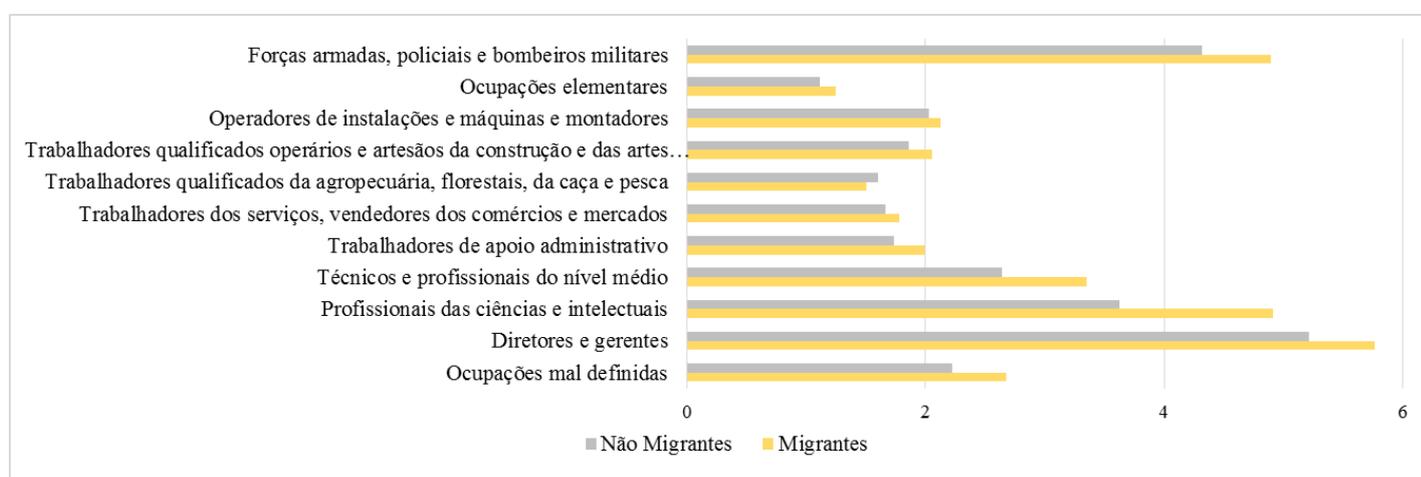


Figura 4- Renda dos imigrantes e não migrantes por grupos ocupacionais nos MPP do Sudeste

Conforme Hoffmann (1988), a análise das rendas recebidas pelas pessoas sempre sofre limitações com a subestimação dos valores, em particular das rendas mais altas. No caso dos trabalhadores do setor primário, por existir rendimentos variáveis, cujos preços e custos oscilam sazonalmente, a renda por vezes é uma estimativa da média mensal no último ano. Del Grossi (1999, p.110) assevera que na produção familiar, há uma parcela dos produtos que são destinados ao autoconsumo que não é declarada como parte da renda total. Essa dificuldade de estimar o valor da produção autoconsumida, agravada pela dificuldade de estabelecer uma retirada média mensal de produtos sazonais, sugere que, provavelmente, a renda dos contá-própria esteja subdeclarada.

²¹ Destaca-se que foram excluídos os casos dos imigrantes que embora declarassem que estivessem ocupados não possuíam renda.

3.2 A dimensão territorial das atividades geradoras de emprego no Sudeste

Os fluxos migratórios podem ser utilizados como indicadores de integração das várias frações espaciais. Em outras palavras, as ligações, entre população e ordenamento da economia no Sudeste, a partir dos dados censitários de 2010, podem mostrar áreas mais ou menos prósperas em termos econômicos e demográficos, a ponto de sinalizar para a existências de *clusters* de desenvolvimento na região mais rica do Brasil?

Ao escrutinar a distribuição das atividades econômicas mensuradas através dos grupos ocupacionais nos estados do Sudeste (Tabela 2) pode-se enumerar algumas conclusões sobre as características das atividades econômicas dos MPP que absorvem migrantes.

Tabela 2- Imigrantes de 10 anos ou mais de idade, ocupados no trabalho principal na semana de referência segundo grupos ocupacionais nos MPP do Sudeste

Setores de ocupação	Municípios de Pequeno Porte por Unidades da Federação			
	MG	SP	RJ	ES
Ocupações elementares	80.754	112.447	8.538	14.309
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca	38.801	23.670	1.978	11.767
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	35.556	46.320	7.228	6.449
Trabalhadores qualificados operários e artesãos da construção e das artes mecânicas	32.284	44.387	5.516	5.426
Operadores de instalações e máquinas e montadores	27.807	41.973	3.353	3.474
Profissionais das ciências e intelectuais	22.632	24.172	4.133	4.061
Diretores e gerentes	10.026	12.445	1.759	1.511
Técnicos e profissionais do nível médio	15.059	16.901	3.511	2.286
Trabalhadores de apoio administrativo	10.982	15.170	2.190	1.916
Forças armadas, policiais e bombeiros militares	1.995	854	655	118
Ocupações mal definidas	18.533	25.710	3.501	2.281
Total	294.429	364.049	42.362	53.598

Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

- 1- As ocupações elementares representam a maior fatia dos postos de trabalho em todas as UF do Sudeste (27,4% em Minas; 20,2% no Rio e 26,7% no Espírito Santo) e entre os MPP de São Paulo correspondem a 30,9% das ocupações;
- 2- As ocupações ligadas ao setor primário (38.801 pessoas) captam o maior contingente de imigrantes em Minas Gerais. Entretanto, em termos de participação relativa deste setor ocupacional em relação ao total por UF, tanto os pequenos municípios mineiros (13,2%) quanto os capixabas (22%) alocaram os ocupados em atividades agrícolas;
- 3- O setor terciário notoriamente orientado pela expansão da urbanização, das comunicações e circulação (CASTELLS, 1999) é mais expressivo nos MPP paulistas (12,7%), mas a participação relativa deste setor é ainda maior entre os MPP cariocas (17,1%);

- 4- As ocupações referentes ao setor secundário (trabalhadores qualificados operários, artesãos da construção e das artes mecânicas acrescidas dos operadores de instalações, máquinas e montadores) concentram-se entre os pequenos municípios paulistas, agregando juntas 23,7% do total das ocupações na UF. Essa reorganização da indústria pelo território nacional, a partir das RM de São Paulo e Rio de Janeiro, também foi analisada por Coutinho (1998).
- 5- Os profissionais altamente qualificados como os das ciências e intelectuais se concentram (24.142) nos pequenos municípios de São Paulo, mas a participação relativa deste setor se localiza também nos MPP cariocas (9,8%), possivelmente pela proximidade geográfica entre esses municípios e a metrópole do Rio de Janeiro.

Dentre as perspectivas teóricas utilizadas ao longo desta investigação, constituem um eixo explicativo para auxiliar na interpretação destas informações aquelas relacionadas à reestruturação urbana baseada na desconcentração tanto demográfica quanto econômica (SINGER, 1980; MARTINE et al., 1988; CANO, 1995; CORRÊA, 1997; PACHECO; PATARRA, 1997; BAENINGER, 1998; OLIVEIRA, 2005; SILVEIRA, 2007; FRESCA, 2010; SPOSITO, 2010). Essa literatura compreende que o adensamento de atividades em áreas fora dos maiores centros urbanos, acompanhada da dispersão de população para localidades mais afastadas têm implicado no surgimento de novas espacialidades no território nacional.

Gottdiener (1993, p.19) realiza uma interlocução ao discutir que o processo de desconcentração implica tanto um movimento socioeconômico que sai das cidades centrais mais antigas para áreas afastadas quanto a formação de densidade social em áreas afastadas. Assim, a desconcentração apreende a lógica de dispersão regional maciça de pessoas, comércio e indústria, juntamente com a reestruturação contemporânea para áreas consideradas antigamente imunes ao desenvolvimento urbano.

Os dados em análise convergem com os de Matos; Ferreira (2017) ao explicitarem por meio de informações do CAGED, que em 2005, os estabelecimentos da agropecuária respondiam por 22% do emprego formal dos pequenos municípios do Sudeste, reduzindo-se para 17,8% em 2010 e para 15,1% em 2014. As razões desse declínio estão associadas à distribuição intersetorial do emprego. Conforme os autores mencionados, existem outros setores econômicos que vêm empregando mais que a agropecuária no rol dos pequenos municípios, a saber: em ordem decrescente, a Indústria de Transformação, a Administração Pública, os Serviços e o Comércio, o que denota expansão destes setores nos MPP sudestinos.

Além disso, a oscilação das novas contratações indica o melhor desempenho desses setores em relação ao setor primário. Para Matos; Ferreira (2017), a Indústria de Transformação

e o Comércio experimentou um crescimento superior à média do Sudeste (4,1% a.a) entre 2005 e 2014 (4,68% a.a. e 6,13% a.a.), enquanto a Administração Pública e os Serviços, embora tenham se expandido a taxas inferiores que a média regional, tiveram um crescimento relativamente alto (3,37% a.a. e 3,38% a.a., respectivamente). Essas taxas, tão superiores às taxas de crescimento da agropecuária (0,39% ao ano), certamente explicam a redução de participação da agropecuária no período e apontam para mudanças relevantes que vinham ocorrendo no rol dos pequenos municípios.

Parece evidente uma conclusão geral acerca da distribuição das atividades econômicas nos MPP do Sudeste. Matos; Ferreira (2017) defendem que frente o processo de redistribuição demográfica, pode-se cogitar que os municípios de menor tamanho situados fora das áreas metropolitanas tendem a expulsar população em função da menor demanda de mão de obra que a agropecuária exige, afinal essa atividade preferencialmente localiza-se nesses espaços. Os dados ao serem discriminados por UF contrariam parcialmente essa assertiva, ao observar que o setor primário entre os pequenos municípios mineiros e capixabas ainda correspondem à maior participação absoluta e relativa das pessoas ocupadas, salientando uma forte presença de vida rural no rol destes municípios de pequeno porte.

Em relação às atividades ligadas à indústria, os pequenos municípios paulistas possuem destaque. Essa constatação pode ser cotejada com a assertiva de Matos; Ferreira (2017) ao afirmarem que a localização de plantas industriais vem se distanciando de áreas dotadas de forte centralidade, sobretudo em razão dos preços relativos de terrenos e facilidades de circulação que grandes empreendimentos exigem. Tal fato contribui para o fortalecimento das economias de pequenos municípios localizados fora de regiões metropolitanas.

Com relação às atividades comerciais e de prestação de serviços, com a generalização da urbanização e a multiplicação de cidades nos últimos 50 anos na região Sudeste (MATOS; FERREIRA, 2017), os percentuais de participação dos serviços são expressivos entre os MPP paulistas, embora seja também entre os MPP cariocas que, em termos relativos, havia mais população migrante neste setor. Entende-se que o destino dos migrantes vem deixando de ser prioritariamente os centros urbanos tradicionais, uma vez que o dinamismo do mercado de trabalho das regiões afastadas das grandes aglomerações os estaria atraindo (MATOS, FERREIRA; 2004).

Esta investigação enfatiza o poder explicativo que o espaço adquire diante da organização das atividades econômicas, por isso a importância de distinguir subespaços com relevância econômica no interior da região Sudeste. Na próxima seção, os MPP foram

submetidos ao métodos *K-means* a fim de se verificar possíveis agrupamentos em função do nível de qualificação dos imigrantes ocupados. O princípio analítico subjacente a essa representação é o de fazer aflorar contextos espaciais em que compareçam municípios relativamente pouco populosos, mas de importância estratégica em termos econômicos na rede urbana regional.

3.2.1 Dinâmica econômica e níveis de qualificação do imigrante: um exercício de representação

O algoritmo *K-Means* fornece uma classificação baseada em análise e comparações entre os valores numéricos relativo a um conjunto de variáveis (dados), de acordo com as iterações estabelecidas, onde cada observação pertence ao grupo mais próximo da média.

No Brasil, as migrações internas se destacam no processo de desconcentração e redistribuição populacional ao indicar reorientações econômicas capazes de influir no desenvolvimento das cidades (MATOS; BRAGA, 2002). Neste sentido, mapear *clusters* conforme nível de qualificação do imigrante ocupado permite aferir as exigências do mercado de trabalho nos subgrupos de pequenos municípios que detenham características similares. Uma conclusão interessante que o cartograma assinala é a posição desses *clusters* em relação às regiões metropolitanas (RM), a distância maior ou menor dos grandes centros urbanos introduz aspectos de seletividade do emprego.

Utilizando-se do tipo de ocupação no trabalho principal como critério para hierarquizar o nível de qualificação do imigrante, foi operacionalizada uma categorização para reconhecer conjuntos de municípios em três grupos: alta qualificação, qualificados e com baixa qualificação, o que possibilitou uma análise das características comuns relacionadas a estes MPP. Na Tabela 3, verifica-se a partição realizada pelo *kmeans* de acordo com o volume de imigrantes conforme o seu grau de qualificação, sendo o *cluster* muito baixo o que mais englobou casos.

Tabela 3- *Clusters* de pequenos municípios do Sudeste pelo método *K-means* conforme o nível de qualificação do imigrante

	Com Alta Qualificação	Qualificados	Com baixa qualificação
Muito Alto	2	1	2
Alto	15	18	20
Médio	62	115	108
Baixo	287	329	373
Muito baixo	1.064	967	927

Fonte: Censo Demográfico de 2010 - Dados trabalhados

Em relação aos *clusters* derivados da variável “alta qualificação” se constata que 74,4% dos pequenos municípios não possuem imigrantes com alta qualificação representados pelo *cluster* “Muito baixo”, com valores mínimo e máximo oscilando entre 0 a 25 profissionais com alta qualificação. Já os *clusters* “Alto” e “Muito Alto” agrupam juntos 1,1% do total dos pequenos municípios com profissionais altamente qualificados, ao reunir MPP com 479 a 798 pessoas. Neste sentido, a mobilidade de trabalhadores, em especial, dos mais qualificados (Figura 5) constitui uma das principais formas de difusão de conhecimento tecnológico, uma vez que, tais profissionais garantem a circulação do conhecimento intrínseco ao indivíduo, o conhecimento tácito que só pode ser transmitido via contato direto (MUKKALA, 2005).

Altos níveis de imigração de pessoas qualificadas asseguram o grau de inovação e de desenvolvimento econômico de uma região (GRAVERSEN; FRIIS-JENSEN, 2001). Por intermédio da migração, portanto, regiões podem ter acesso a conhecimentos que, por outro meio, não teriam (TAVEIRA; ALMEIDA, 2014, p. 200). Logo, os fluxos de trabalhadores com alta qualificação introduzem consequências importantes no desenvolvimento regional, sendo um mecanismo de alocação eficiente de mão de obra (JAEGER et al., 2007).

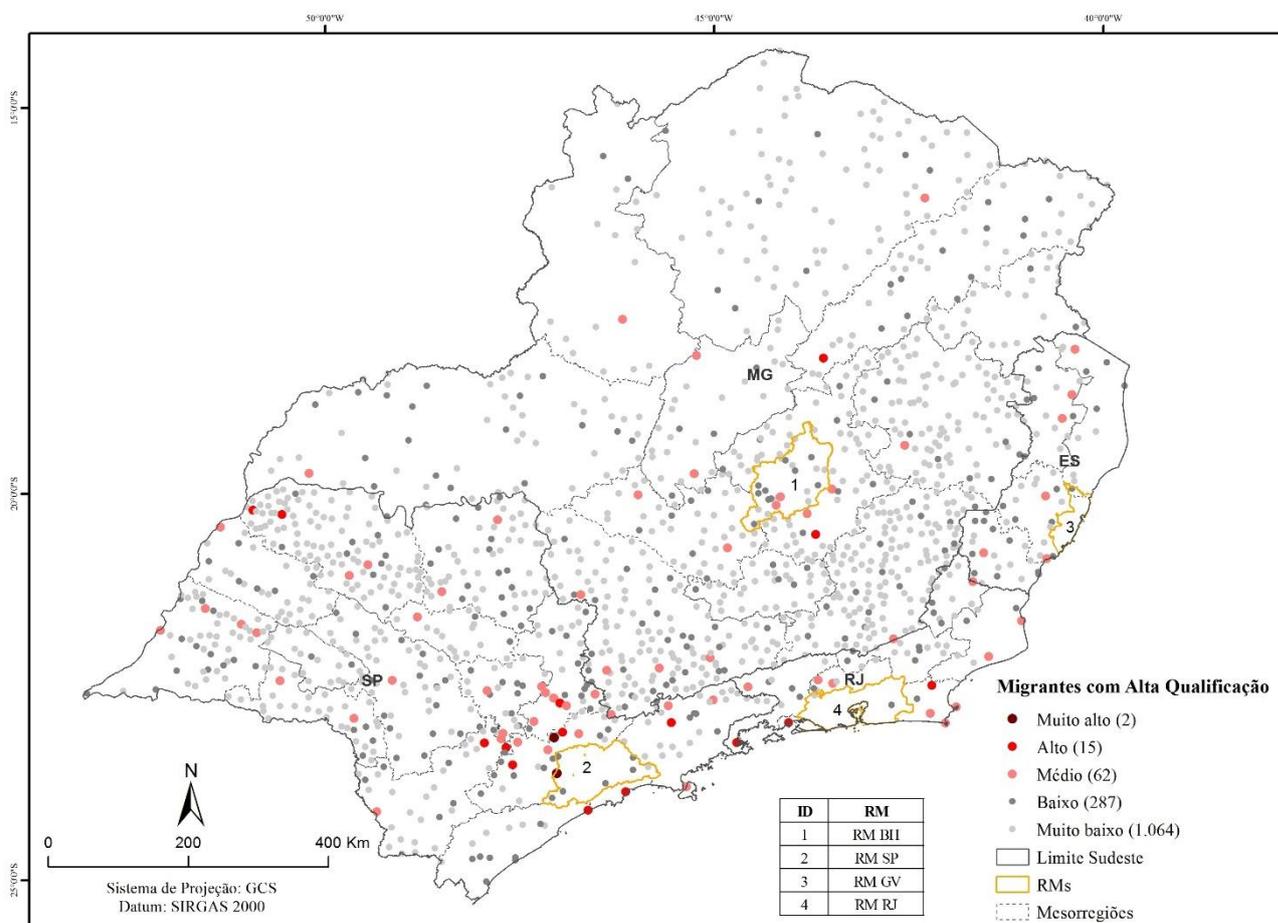


Figura 5- Imigrantes dos MPP do Sudeste em ocupações de alta qualificação

Estes fluxos complexos que redistribuem tanto informações quanto experiências, internalizam fatores de produção como força de trabalho e capital. No Sudeste, os *clusters* “Muito Alto” e “Alto” situam-se, principalmente, no interior de São Paulo (em MPP como Jales, Cesário Lange, Jaguariúna) e nas imediações da RM, agrupando MPP como, Vargem Grande Paulista e Itupeva. O contraste dos MPP do estado de São Paulo com o restante do Sudeste surpreende, possivelmente porque neles predominam atividades modernas de maior coeficiente de capital agregado (MATOS; FERREIRA, 2017).

Esses MPP foram agrupados tendo em conta a proximidade de estabelecimentos que requerem qualificação para o trabalho ou de instituições de ensino, como o *cluster* formado nas imediações de Campinas. O mesmo ocorre em Minas, com destaque para os pequenos municípios de Diamantina e Ouro Branco, com alta presença de imigrantes altamente qualificados em função de por exemplo, instituições de ensino, como a UFVJM e o IFMG.

Tais subespaços se mostram importantes à medida que possuem universidades e centros de pesquisas que também atuam como fornecedores de mão de obra qualificada, portanto se consolidam como subespaços de excelência tecnológica. Queiroz; Golgher (2008) apontam, ainda, que os trabalhadores qualificados tendem a se dirigir para centros urbanos com mais centros educacionais, o que pode acarretar uma concentração desses indivíduos nas regiões mais desenvolvidas. Além disso, esses trabalhadores estariam distribuídos de forma polarizada ao redor ou dentro das áreas metropolitanas em um processo denominado de fuga de cérebros (*brain drain*).

Quanto aos profissionais categorizados como “Qualificados” espacializados na Figura 6, os *clusters* “Muito Alto” e “Alto” incluíram 1,4% dos MPP do Sudeste e o *cluster* “Muito Baixo” reuniu 67,6% dos pequenos municípios. Uma parcela significativa dos grupos ocupacionais foram incluídas nesta variável, sendo composta por trabalhadores qualificados em atividades ligadas à agropecuária, indústria e comércio e serviços.

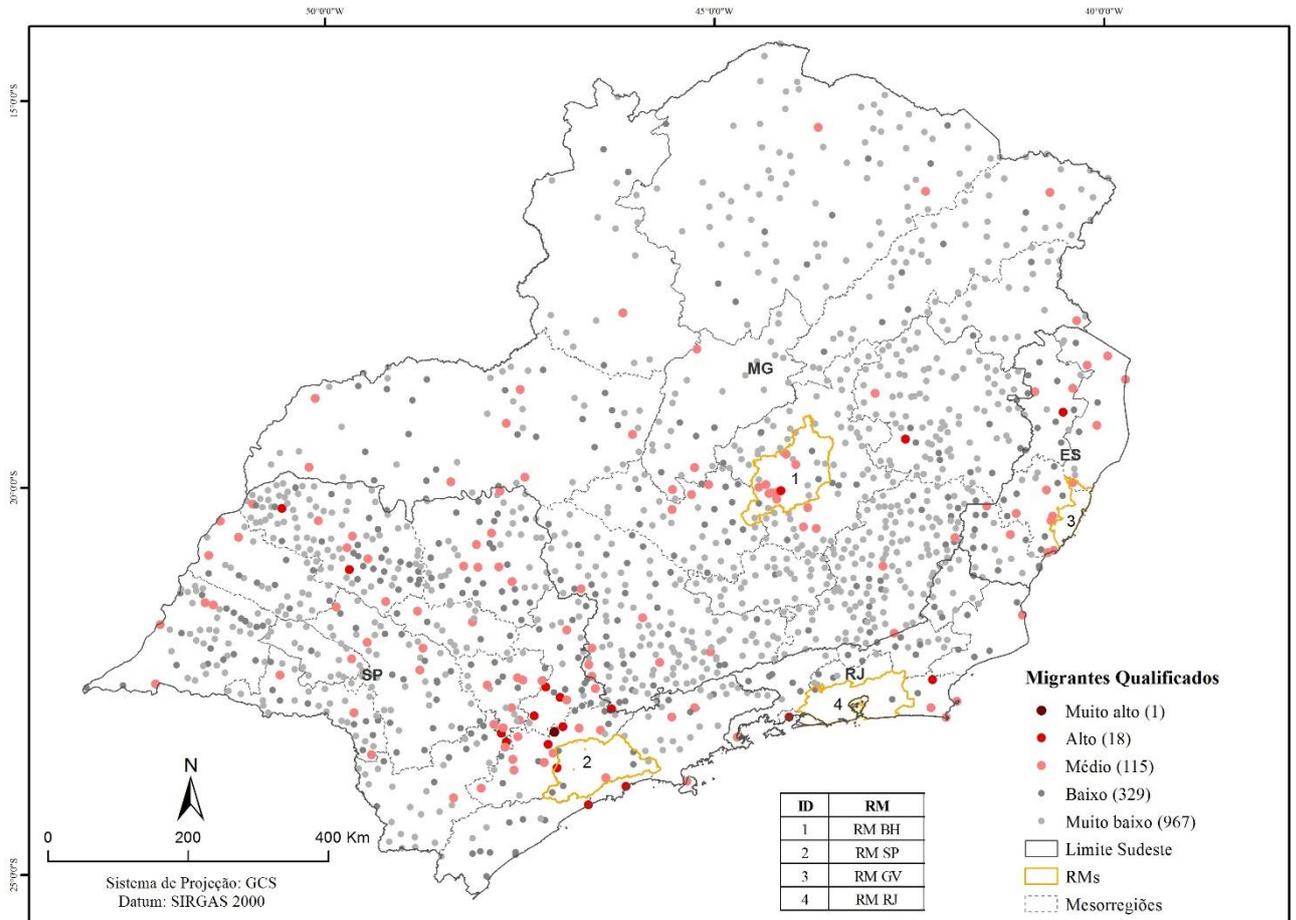


Figura 6- Imigrantes dos MPP do Sudeste em ocupações qualificadas

Nas localidades destacadas nos *clusters* “Alto” e “Muito alto” havia em 2010, entre 1.904 a 3.422 profissionais qualificados. Enquanto, o *cluster* “Muito Baixo” foi composto por MPP que possuíam de menos de 126 pessoas ocupadas qualificadas nas atividades supracitadas. Os pontos relativos aos MPP em que os imigrantes são qualificados prevalecem no estado de São Paulo e isso se deve a presença de trabalhadores com alguma instrução ou formação técnica na indústria e nos serviços, já que nos pequenos municípios da UF paulistana as atividades do setor secundário e terciário se mostraram mais expressivas. Em Minas, o MPP de Sarzedo na RMBH e Santana do Paraíso (vizinho de Ipatinga), no Vale do Aço clarificam essa assertiva. Estes setores requerem a proximidade de consumidores e trabalhadores de baixa qualificação, ou seja, são muitos os efeitos multiplicadores que desencadeiam nas economias locais.

Estes municípios são impactados pelas atividades industriais ligadas aos empreendimentos minerários e se articulam com a RMBH por ser polo de serviços produtivos e de tecnologia com alto conteúdo agregado (RIGOTTI; BARBIERI, 2015). No Rio de Janeiro, em Casimiro de Abreu e Mangaratiba prevalecem os serviços ligados à exportação de minério

e petróleo e em São Gabriel Palha no Espírito Santo, que além de possuir a maior cooperativa de café *conilon* do mundo, constitui um polo de confecção têxtil, isso certamente traduz em fatores de atração de imigrantes.

No que diz respeito aos imigrantes com baixa qualificação (Figura 7) os dados indicam que 1,5% dos municípios se agruparam entre os *clusters* “Alto” e “Muito Alto” envolvendo de 916 a 1.827 trabalhadores ditos “braçais”, concentrados especialmente em São Paulo, como nos municípios de Louveira, Itupeva e Monte Mor. Sooretama no Espírito Santo e São Gotardo, Conceição das Alagoas, Fronteira e Extrema, em Minas também estavam juntos nestes agrupamentos. A título de exemplo, São Gotardo é maior produtor das culturas de cenoura e alho do Brasil. E, em específico, o plantio do alho é completamente manual, exigindo grande volume de trabalhadores “braçais” e que geralmente, não possuem maior formação técnica.

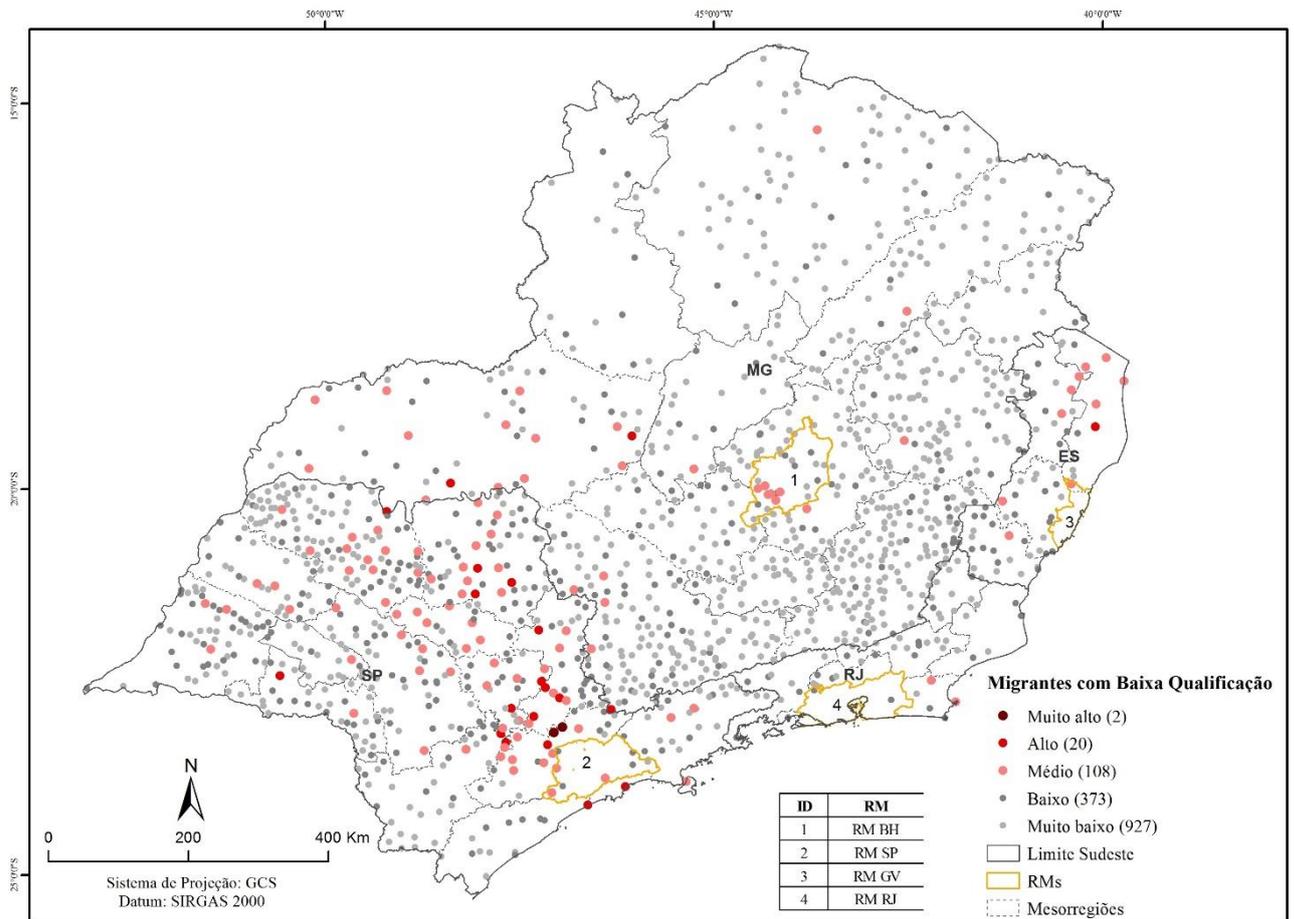


Figura 7- Imigrantes dos MPP do Sudeste em ocupações com baixa qualificação

Enquanto os pequenos municípios reunidos no *cluster* “Muito Baixo” compilou 64,8% do total, com até 64 pessoas ocupadas em posições elementares. Os dados indicam que grande parte dos imigrantes residentes nestes pequenos municípios estão ocupados em postos de baixa

instrução, geralmente trabalhadores braçais temporários que se dedicam à atividades ainda praticadas em estabelecimentos que demandam mais mão-de-obra agrícolas ou industriais.

Em sequência, apresenta-se uma análise espacial mais específica sobre as centenas de municípios de pequeno porte e a razão de ocupação por eles experimentados, através do método *Local Indicators of Spatial Association* (LISA), indicador que busca a identificação de padrões de associação espacial significativos. Essa mensuração permite averiguar as condições de ocupação dos imigrantes e os efeitos sobre a redistribuição da força de trabalho qualificada nas economias das localidades receptoras. Nunes (2013) observa que o LISA permite examinar os padrões de dados espaciais em uma escala de maior detalhe, quando a dependência espacial é mais acentuada.

3.2.2 A verossimilhança espacial

Com base nos dados amostrais do Censo Demográfico de 2010, foi calculado a razão de ocupação (relação entre imigrantes altamente qualificados e os com baixa qualificação). Essa razão compara as porções espaciais em que predominam os imigrantes com maior (quando a razão é alta) ou menor (quando baixa) qualificação inseridos no mercado de trabalho dos pequenos municípios. Caso os valores entre os vizinhos sejam semelhantes, o LISA pode gerar agrupamentos espaciais do tipo “*clusters*”.

Inicialmente, calculou-se o Índice de associação global de *Moran* e obteve-se o valor de 0,1131, indicando que o nível de associação espacial global é baixo. Além disso, o *p-value* foi zero. Ou seja, desconsidera-se a nulidade de que estes baixos valores sejam estatisticamente aleatórios ou inconsistentes. Entretanto, isso não significa que localmente não exista correlação.

Mediante a utilização da matriz de vizinhança “*Inverse Distance*”, obtém-se a conformação de dois significativos padrões espaciais locais de valores (*clusters*), a saber: Alto-Alto e Baixo-Baixo. Este índice de correlação local de *Moran* determinou a associação espacial para cada pequeno município conforme a razão de ocupação por ele apresentado, identificando-se os agrupamentos, ou conjuntos de agrupamentos (*clusters*), onde a associação espacial foi similar e significativa. A Figura 8 apresenta as localidades em que os imigrantes são proporcionalmente mais qualificados, assim como, em sentido inverso, os pontos/localidades onde imigrantes são menos qualificados. O critério adotado não englobou os pequenos municípios de Itambé de Minas e Alvorada de Minas por não apresentarem imigrantes em ocupações elementares, considerados nesta análise como de baixa qualificação, assim ambos municípios não possuíram razão de ocupação.

O agrupamento Alto–Alto, relativo à cor vermelha na Figura 8, constitui-se em um *cluster* onde há ocorrência de 135 MPP com valores altos de razão de ocupação, ou seja, relação de mais profissionais altamente qualificados. Este *cluster* é formado por MPP das quatro UFs do Sudeste, mas situa-se principalmente nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro.

O pequeno agrupamento localizado ao sul do estado do Espírito Santo diz respeito aos MPP de Presidente Kenedy, Rio Novo do Sul e Iconha. Estes municípios têm na indústria petrolífera, o motor de suas economias constituindo um dos motivos para atrair pessoas com alta qualificação. Em São Paulo, alguns MPP também foram agrupados, situados, sobretudo, no Vale do Paraíba na divisa com RJ e Minas, como os municípios de Piquete, São José do Barreiro e Bananal.

Já os pequenos municípios fluminenses formadores do *cluster* Alto-Alto concentram-se às franjas da RM carioca e nas proximidades da divisa com São Paulo e Minas. Ao sul do estado, no médio Paraíba, nas proximidades do pequeno município de Itatiaia, verifica-se um *cluster* de pequenos municípios com alta razão de ocupação e isso provavelmente diz respeito a presença da Academia Militar das Agulhas Negras, instituição de ensino superior localizada no município vizinho de Resende. A noroeste do estado, alguns MPP nos arredores de Santo Antônio de Pádua, Laje do Muriaé e Miracema foram incorporados ao *cluster* Alto-Alto, em função da presença de instituições públicas e privadas de ensino superior como o IFF (Instituto Federal Fluminense), além das indústrias têxteis o que garante a atração de profissionais mais qualificados.

Em Minas Gerais, os *clusters* Alto-Alto com maior número de casos agrupados estão localizados nas mesorregiões do Jequitinhonha (especificamente no Alto e Baixo Jequitinhonha), Metropolitana de Belo Horizonte, Campos das Vertentes, Sul de Minas e Zona da Mata. No Alto Jequitinhonha, os pequenos municípios de Serro, Diamantina, Gouveia entre outros, apresentaram uma relação alta de imigrantes altamente qualificados, certamente devido a presença de centros de ensino e tecnologia, como a UFVJM, além da agroindústria do queijo e turismo.

Nestes municípios, o papel da pluriatividade atua como uma alternativa para garantir a reprodução das pequenas propriedades familiares no campo, constituindo um mecanismo onde há a integração de outras atividades econômicas, além da agricultura. Portanto, a diversificação das atividades presentes nestes pequenos municípios com a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, estabelece uma relação entre o trabalho industrial, o de serviços e o trabalho agrícola (CARNEIRO, 1998; SCHNEIDER, 2003; ANJOS, 2003).

A associação entre a pluriatividade e a dispersão industrial e urbana vinculam o desenvolvimento da pluriatividade às transformações recentes nos processos de industrialização e urbanização, que, rompendo com o padrão fordista clássico baseado na concentração, caracterizam-se pela dispersão espacial, pela multiplicação de pequenas cidades e pela descentralização das plantas industriais (ALENTEJANO, 2001, p. 150).

Ao passo que na região do Baixo Jequitinhonha, na divisa com o Vale do Mucuri, MPP como Ponto dos Volantes, Joáima, Fronteira dos Vales também foram agrupados neste mesmo *cluster*, por estarem ligados ao setor de extração e transformação de minerais e pedras preciosas, bem como da cultura do eucalipto. Ademais, os postos ligados à administração pública que requer pessoas com maior qualificação podem ter contribuído para a formação deste agrupamento.

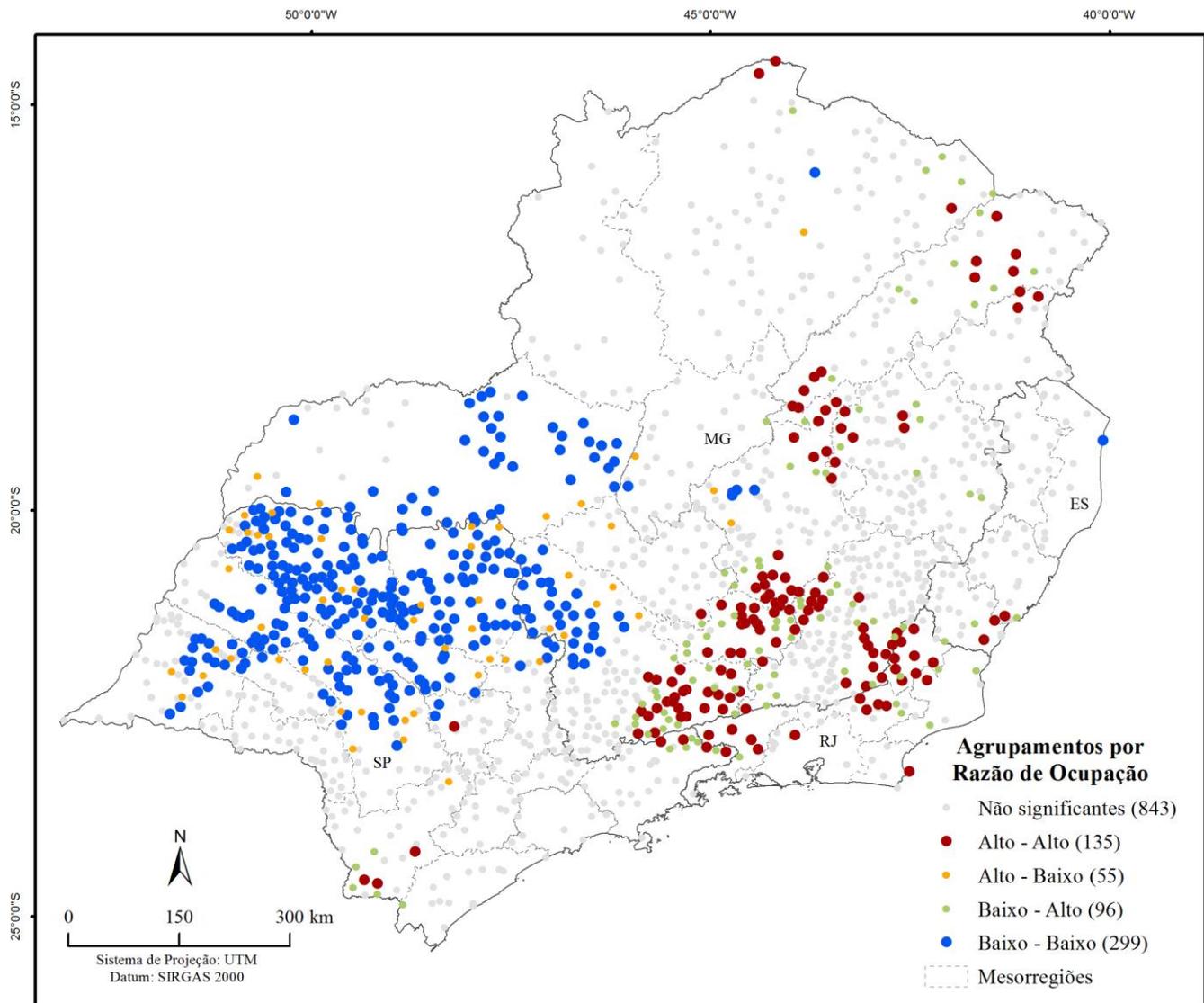


Figura 8- Agrupamentos dos MPP do Sudeste por Razão de Ocupação pelo método *Local Indicators of Spatial Association (LISA)*

Na mesorregião Metropolitana de Belo Horizonte, nos entornos da Serra do Espinhaço, MPP como Congonhas do Norte e Conceição do Mato Dentro foram também agrupados neste *cluster*. Este último município é reconhecido como capital mineira do ecoturismo, além de possuir empresas ligadas, sobretudo, ao setor de mineração, o que contribui possivelmente para a atração de mais pessoas qualificadas.

A identificação deste agrupamento está associado aos efeitos da desconcentração produtiva. Cano (2011) indica que as políticas de incentivo às exportações, notadamente de *commodities* agropecuárias, agroindustriais e minerais; a guerra fiscal, especialmente em relação à indústria de transformação e a execução de infraestrutura contribuíram para a ocorrência deste processo.

Já na mesorregião do Campos das Vertentes, verifica-se um *cluster* de pequenos municípios composto por Ouro Branco, Itaverava, Santana dos Montes, entre outros, devido a atividade mineradora e metalúrgica na região que certamente atrai profissionais com maior qualificação. Ainda nesta região, têm-se um agrupamento relativo aos MPP de Carandaí, Nazareno e outros, nas proximidades dos municípios de São João Del Rey e Barbacena. Nestes agrupamentos, o papel da agricultura de grande porte voltada para alta escala de produção, processamento e comercialização de grãos, hortifruticultura e flores é responsável pela demanda de pessoas com maior qualificação.

Na porção sul do estado, outro *cluster* bem delimitado diz respeito aos pequenos municípios de Caxambu, São Lourenço, Campanha, Cambuquira, Aiuroca entre outros, agrupados pela alta razão de ocupação que apresentam, em função do turismo, comércio e serviços ligados ao Circuito das Águas e pela interação estabelecida com os MPP de São Paulo devido à proximidade geográfica. As atividades de turismo e lazer desenvolvidas nestes municípios indicam a diversificação dos usos destes subespaços explicada pela múltipla inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, como no setor de serviços, na formidável rede hoteleira da região, por exemplo.

O surgimento destes rearranjos nas funções urbanas destes municípios, em termos de atividades econômicas e de redistribuição espacial da população constitui um dos fatores fundamentais para o fortalecimento de economias regionais que se articulam em diferentes níveis escalares (BRANDÃO, 2007).

Outro agrupamento evidente se encontra na Zona da Mata, na fronteira com o estado do Rio de Janeiro agregando os pequenos municípios de Mirai, Recreio, Laranjal e outros mais. Conforme Carvalho; Rigotti (2015), estas áreas possuem laços estreitos com a metrópole do Rio de Janeiro, por sua vez influenciada pelas atividades industriais, de comércio e prestações de serviços apresentando forte poder de atração e retenção populacional de pessoas com maior qualificação.

Importante sublinhar, que estes *clusters* possuem valores semelhantes entre si, já que o LISA processa a partir da relação estabelecida entre os valores vizinhos. Contudo, não se pode afirmar que todos os MPP agrupados no *cluster* Alto-Alto possuem razão de ocupação semelhante, por ser constituído por diversos agrupamentos. Logo, neste *cluster* prevalecem os imigrantes ocupados com alta qualificação, mas não necessariamente possuem o mesmo valor de razão de ocupação.

Outro agrupamento encontrado denominado Baixo–Baixo, na cor azul presente na Figura 8, representa um *cluster* de valores baixos de razão de ocupação e próximos. Este agrupamento foi composto por 299 municípios de pequeno porte, significativamente correlacionados por apresentarem preponderância de imigrantes com baixa qualificação, situados principalmente no interior do estado de São Paulo e Minas Gerais.

Há um agrupamento disperso nas imediações da RMBH, mas os *clusters* com maior ocorrência de casos em Minas encontram-se na mesorregião do Alto Paranaíba, em direção ao Triângulo Mineiro integrado por municípios como Rio Paranaíba, Tiros, Serra do Salitre, Monte Carmelo, Romaria, entre outros. Além de um *cluster* no sul de Minas composto por municípios como Monte Belo, Nova Resende, Cássia, Areado, Itaú de Minas, etc. Essas regiões possuem tradição agrícola levando os imigrantes a ocupar postos que exigem menor qualificação profissional nos ramos da agropecuária e prestações de serviços.

A situação é semelhante na fração oeste do estado de São Paulo, onde há ocorrência do *cluster* nas mesorregiões de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Bauru e Presidente Prudente. Nestas porções territoriais, a atividade sucroalcooleira demanda grandes contingentes de mão de obra em ocupações que não requer alta qualificação. Esse agrupamento é formado por pequenos municípios como Nova Luzitânia, Poloni, Magda, Tabapuã, Morro Agudo, São José da Boa Vista, Itaju, entre outros.

Moura (2012) em estudo criterioso sobre os aglomerados urbano-regionais do Brasil, ressalta que o Triângulo Mineiro, tal como o Sul de Minas estão fortemente relacionados e recebem influência do tecido urbano-regional de São Paulo. Os municípios localizados no Triângulo Mineiro estreitam intercâmbios com o oeste do estado de São Paulo, mais afeito às atividades do agronegócio, indústrias e serviços especializados (RIGOTTI, 2008). Por isso, é de se esperar que estes contatos, reforçados pela proximidade, guardem alguma relação com a dinâmica econômica e migratória dos MPP de São Paulo. Enquanto os MPP do Sul de Minas são impactados pela desconcentração populacional irradiada pela RM de São Paulo.

Os dados aqui apresentados também vão ao encontro das assertivas de Matos; Ferreira (2017) quando tratam da expansão de infraestrutura nos MPP no Sudeste. A rigor, os dados apontam que centenas destes MPP não orbitam em torno de grandes metrópoles, notadamente os mais capitalizados do interior paulista, nos quais é notável a força da Indústria e da Agropecuária de maior porte, segmentos que muito se expandiram nos últimos 30 anos como o setor sucroalcooleiro, a produção de grãos e demais *commodities*.

No LISA, tanto os altos valores, quanto os baixos são influenciados pelos valores dos seus respectivos vizinhos e isso mostra a relevância das características regionais dos vizinhos para explicar os fluxos migratórios das pessoas qualificadas. Neste sentido, apresentam-se na cor cinza, os MPP que não se relacionam com os demais, tornando-se casos insignificantes por não possuírem correlação expressiva entre os vizinhos. Também, notam-se padrões locais Alto-Baixo e Baixo-Alto, composto por casos com valores discrepantes altos ou baixos e que representam comportamentos opostos de um município considerando os seus vizinhos, e deste modo, não se tornaram *clusters* com significância.

Neste contexto, a migração interna e sua relação com o desenvolvimento econômico evidenciada nesta investigação, além de se constituir um fenômeno de movimento populacional sintetiza distintas relações entre os lugares, tal como sumarizou Braga (2011); 1) As migrações refletem a dinâmica da ampliação do tecido urbano, bem como os rumos da expansão da fronteira agrícola (MARTINS, 1973; SAWYER, 1984; MARTINE, 1987); 2) apontam as direções nas quais o mercado de trabalho cresce e se especializa, demandando mão de obra qualificada ou não (MARTINE, 1980; MATOS; FERREIRA, 2004); 3) sinalizam o dinamismo econômico dos espaços, refletidos na atração ou repulsão populacional (LEE, 1965; SINGER, 1985); 4) sugerem o nível de centralidade dos lugares conectados em redes territoriais dados os volumes de imigrantes e pelos lugares envolvidos nas trocas migratórias (BAENINGER, 2000; LOBO, 2009) e 5) consolidam as redes sociais estabelecidas entre as pessoas e instituições através das conexões desenhadas pelos fluxos (SOARES, 2004; MATOS; BRAGA, 2005).

Nesta seara, o método LISA permitiu a criação e compreensão de ordenamentos espaciais a partir de atributos semelhantes conforme as práticas econômicas, onde o dinamismo do mercado de trabalho decorrente do espraiamento do fenômeno urbano demanda por profissionais com maior ou menor qualificação delineando conjuntos de municípios que se destacam na região Sudeste.

4 Conclusões

Ao aprofundar as análises socioespaciais acerca dos municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro segundo critérios demográficos e econômicos, tornou-se evidente a conformação territorial de pequenos municípios capazes de agregar características similares conforme o comportamento econômico. Ademais, percebeu-se a importância dos MPP frente ao dinamismo demográfico e econômico regional impulsionado pela desconcentração econômica e generalização da urbanização brasileira.

Pelos critérios empregados, foram tecidos dois níveis de análise: o que se baseia na distribuição dos grupos ocupacionais por pequenos municípios e internamente às UFs do Sudeste, com destaque para as atividades econômicas neles preponderantes. E, outra fundamentada na categorização do nível de qualificação do profissional imigrante através dos métodos *k-means* e LISA. Nesse sentido, foi possível identificar arranjos regionais frente a atração da população imigrante ocupada sinalizando a importância das atividades econômicas desenvolvidas nestes espaços.

Em um primeiro momento desta investigação, dada a intensificação do fenômeno migratório rumo aos pequenos municípios do Sudeste, verificou-se que em uma plêiade destas localidades houve uma diversificação das atividades econômicas viabilizada pela atração de imigrantes principalmente nos segmentos da indústria e serviços. A dispersão das plantas industriais e presença de pequenas indústrias pelo território se mostraram capazes de explicar boa parte da performance econômica destes pequenos municípios. Mas, é importante considerar que o peso da agricultura ainda é forte na economia de centenas de municípios, principalmente daqueles localizados em Minas Gerais e Espírito Santo, onde o desenvolvimento da pluriatividade com a mescla de ocupações agrícolas e não agrícolas, como o turismo rural, têm se constituído em amplas alternativas de ganhos econômicos.

Em um segundo momento, os métodos de clusterização discriminaram e ratificaram a presença de arranjos espaciais diferenciados compostos por pequenos municípios que possuem atributos econômicos semelhantes a ponto de se constituírem alternativas de fixação de imigrantes com qualificação diversas. Tal fato, traz à baila a emergência de pequenos municípios que se tornaram protagonistas de atividades distintas não mais circunscritas às grandes aglomerações urbanas.

Paralelamente, a relação entre a população migrante altamente qualificada e com baixa qualificação elucidou reflexões interessantes ao evidenciar empiricamente que por mais que os MPP paulistas atraíam os maiores volumes populacionais, são principalmente os pequenos municípios mineiros e fluminenses que agregam a maior relação de pessoas ocupadas com alta qualificação. Isto é devido à presença do setor produtivo ligado à mineração, siderurgia, petroquímica, instituições de ensino, turismo e agricultura moderna com emprego de tecnologia.

Enquanto nos pequenos municípios paulistas e Alto Paranaíba mineiro prevalece uma relação de proximidade entre pessoas ocupadas com baixa qualificação desenvolvendo atividades na agricultura, no setor sucroalcooleiro, no segmento industrial e de prestações de

serviços e comércio. A dinâmica migratória recente mantém estreitos vínculos com as transformações deflagradas pela expansão econômica. Ao longo desta investigação, foi possível exprimir a distribuição territorial dessa expansão acompanhadas das conformações recentes de distribuição populacional ao evidenciar aspectos inéditos relativos à participação regional dos pequenos municípios.

5 Referências bibliográficas

ALENTEJANO, P. R. R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, J. C. (Org.) **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 2001.

ANDRADE, L. P. Procedimento Interativo de Agrupamento de dados [Rio de Janeiro] 2004 VIII, 193 p. (COPPE/UFRJ, M. Sc., Engenharia Civil, 2004) **Tese** - Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE. Disponível em: <http://www.coc.ufrj.br/pt/documents2/mestrado/2004-1/1782-lucio-pereira-de-andrade-mestrado/file>. Acesso em: 6 fev, 2019.

ANJOS, F. S dos. **Agricultura Familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003. 374 p.

ANSELIN, L. Local indicators of spatial association – LISA. **Geographical Analysis**, v. 27, n. 2, p. 93-115, 1995.

BAENINGER, R. Deslocamentos populacionais, urbanização e regionalização. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n.2, p. 67–81, 1998. Disponível em: https://www.rebep.org.br/revista/article/view/405/pdf_381. Acesso em: 12 ago, 2015.

_____. Migrações Internas no Brasil: Municípios metropolitanos e não metropolitanos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Ouro Preto, MG. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2000 p. 535-562.

_____. São Paulo e suas migrações no final do século 20. **São Paulo em Perspectiva**, v. 19, n. 3, p. 84-96, set. 2005.

BRAGA, F. G. Conexões territoriais e redes migratórias: uma análise dos novos padrões da migração interna e internacional no Brasil. 2011. 129 f. **Tese** (Doutorado em Demografia) — Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2011.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2007.

CAMPOS, K. O.; PESSOTI, F. C. C. L. Dinâmica econômica dos pequenos municípios baianos. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista-BA, n. 19, p. 361-386, 2015. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/ccsa/article/download/2082/1767/>. Acesso em: 12 fev, 2019.

CANO, W. **Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil:1930-1970**. Rio de Janeiro: Global, 1985.

_____. Novas Determinações sobre a Questão Regional e Urbana após 1980. **Texto para Discussão n.193**. Instituto de Economia/UNICAMP, julho de 2011.

CARNEIRO, M. J. **Camponeses, agricultores e pluriatividade**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228 p.

CARVALHO, R. C. DE; RIGOTTI, J. I. R. As migrações nas cidades médias de Minas Gerais e seus impactos no crescimento e na composição por sexo e idade da população no período 1980-2010. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 32, n. 2, p. 235–256, 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, v.1, 1999.

CORRÊA, R. L. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P.C.C; CORRÊA, R. L. **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1997.

COUTINHO, L. Cenários exploratórios do Brasil 2020: comentário. **Revista ANPEC**, Brasília, n.4, 1998.

CUNHA, J. M. P. Retratos da mobilidade espacial no Brasil: os Censos Demográficos como fonte de dados. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 39, p. 29–50, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/remhu/v20n39/v20n39a03.pdf> >. Acesso em: abril 2017.

DEL GROSSI, M.E.; GRAZIANO DA SILVA, J. Evolução das ocupações nas famílias rurais e agrícolas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Brasília: SOBER, 1999.

- FRANÇA, A. S. **A previdência social e a economia nos municípios**. 6. ed. Brasília: ANFIP, 2011. Disponível em: <http://www.anfip.org.br/publicacoes/20120726210022_Economia-nos-municipios_26-07-2011_2011_Economia_dos_municipios.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2018.
- FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator**, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 75-81. 2010. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/index.php/mercator/article/view/700>. Acesso em: ago, 2016.
- GOMES, N. F. M.; MATOS, R.; LOBO, C. A dimensão territorial dos municípios demograficamente dinâmicos do Sudeste brasileiro e seu desempenho econômico entre 2000 e 2010. In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia (ENANPEGE), 2017, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: 2017, p. 13229 - 13240. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2017/anais/arquivos/GT%2044/1392.pdf>. Acesso: 04 jan, 2018.
- GOTTDIENER, M. **A Produção Social do Espaço Urbano**. Edusp, São Paulo, SP, 1993.
- GRAVERSEN, E. K.; FRIIS-JENSEN, K. Job mobility implications of the human resources in science and technology definition: illustrated by empirical numbers from register data. In: ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. (Org.). **Innovative people: mobility of skilled personnel in national innovation systems**. Paris: OECD, p. 45-58, 2001.
- HOFFMANN, R. **A subdeclaração dos rendimentos**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.2, n.1, p.50-54, 1988.
- JAEGER, D. et al. Direct evidence on risk attitudes and migration. **Review of Economics and Statistics**, v. 92, n. 3, p. 689-692, 2010.
- LEE, E. S. Uma teoria sobre migração. In: MOURA, H. A. de (ed.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste. 1980. p.89-114.
- LOBO, C. Dispersão espacial da população nas Regiões de Influência das principais metrópoles brasileiras. 2009. 165 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- MARTINE, G. Adaptação de migrantes ou sobrevivência dos mais fortes? In: MOURA, A.M. (Coord.). **Migração interna: textos selecionados**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1980. p. 949-974.

_____. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo. **Os Impactos sociais da modernização Agrícola**. São Paulo: Caetés/Hucitec, 1987. p.59-80

MARTINE, G; CAMARANO, A. A; NEUPERT, R; BELTRÃO, K. A urbanização no Brasil: retrospectiva, componentes e perspectivas. In: VI ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6, 1988, Olinda. **Anais...** Olinda: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, v. 1, p. 19-65, 1988. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/456/442>. Acesso em: 10 out, 2016.

MARTINS, J. S. **A migração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

MATOS, R; BRAGA, F. Migração e Rede Urbana: procedências e inserção ocupacional. In: Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2002, p. 1-35.

_____. Redes geográficas, redes sociais e movimentos da população no espaço. In: MATOS, R. (Org.). **Espacialidades em rede: população, urbanização e migração no Brasil contemporâneo**. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MATOS, R; FERREIRA, R. N. Inserção ocupacional de emigrantes das Áreas Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 83-100, 2004.

MATOS, R; LOBO, C. GOMES, N. F.M. Municípios de pequeno porte do Sudeste; dinamismo demográfico e migrações internas. In: XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 2016. Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: 2016, p. 712-736. Disponível em: <http://www.abep.org.br/xxencontro/files/paper/712-736.pdf>. Acesso em: 27 mar, 2017.

MATOS, R.; FERREIRA, R. N. Brasil em crise e o emprego formal no Sudeste. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 18, n. 61, p.150-164, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/RCG186110>. Acesso em: 19 jun, 2017.

MOURA, R. A dimensão urbano-regional na metropolização contemporânea. **EURE**, v. 38, n. 115, set. 2012. Disponível em: http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612012000300001&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 22 jan. 2018.

MUKKALA, K. Knowledge spillovers: mobility of highly educated workers within high technology sector in Finland. In: CONGRESS OF THE EUROPEAN REGIONAL SCIENCE ASSOCIATION, 45, 2005, Amsterdam, Holanda. *Proceedings...* Amsterdam, Holland: ERSA, 2005.

NUNES, D. H. F. **Um breve estudo sobre o algoritmo K-means**. 2016. 60 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Matemática, Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. Disponível em: https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/48034/1/Tese_DiogoNunes.pdf. Acesso em: 19 jan, 2019.

NUNES, F. G. Análise exploratória espacial de indicadores de desenvolvimento socioambiental das regiões de planejamento do norte e nordeste goiano. **Ateliê Geográfico**. Goiânia: v. 7, n. 1, abril, 2013, p.237-259. Disponível em: <https://revistas.ufg.emnuvens.com.br/atelie/article/viewFile/19809/13918>. Acesso em: 28 abr, 2016.

OLIVEIRA, B. S. A rede urbana em tese: contribuições teóricas rumo ao novo milênio. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo, SP. **Anais...** Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Teoricos/09.pdf>. Acesso em: 2 dez, 2017.

PACHECO, C. A.; PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: Novos Padrões? In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÕES, 1., 1997. Curitiba. **Anais...** Curitiba: ABEP, 1997.

PEROBELLI, F. S.; ALMEIDA, E. S. de; ALVIM, M. I. da S.; FERREIRA, P. G. C. Produtividade do setor agrícola brasileiro (1991-2003): uma análise espacial. **Nova economia**, v. 17, n.1, p.65-91, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/neco/v17n1/03.pdf>. Acesso em: 23 set, 2018.

QUEIROZ, B. L.; GOLGHER, A. B. **Human capital differentials across municipalities and states in Brazil**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2008. (Texto para discussão, n. 330).

RIGOTTI, J. I. R. A (re)distribuição espacial da população brasileira e possíveis impactos sobre a metropolização. In: 32o ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anpocs, 2008.

- RIGOTTI, J. I. R.; BARBIERI, A. Projetos de desenvolvimento econômico e dinâmica demográfica: uma avaliação de impactos sobre o crescimento populacional e demandas sociais de duas regiões mineradoras no estado de Minas Gerais, Brasil. **Revista Latino Americana de Población**, n.17, p, 141-165, 2015. Disponível em: <http://revistarelap.org/ojs/index.php/relap/article/view/127/152>. Acesso em: 9 abr, 2019.
- SAWYER, D. R. Fluxo e refluxo da fronteira agrícola no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.1, n. 1/2, p. 3-34, jan./ dez. 1984.
- SILVEIRA, M. L. Crises e Paradoxos da Cidade Contemporânea: os Circuitos da Economia Urbana. In: **Anais do X SIMPURB**, Florianópolis, 2007.
- SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estado. In: MOURA, H. A. (org.) **Migração interna**: textos selecionados. Fortaleza, BNB/ENTENE, p. 211-244, 1980.
- SCHNEIDER, S. **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 253p.
- SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 10 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SOARES, W. Análise de redes sociais e os fundamentos da migração internacional. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Campinas, v.21, n. 1, p. 101-116, jan./jun. 2004.
- SPOSITO, M. E. B. Novas redes urbanas: cidades médias e pequenas no processo de globalização. **Geografia**, Rio Claro, v.35, n.1, p. 51-62, 2010.
- TAVEIRA, J. G.; ALMEIDA, E. Os Determinantes Regionais da Atração do Migrante Qualificado. **Análise Econômica**, Porto Alegre, ano 32, n. 62, p. 199-224, set. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/23015>. Acesso em: 13 fev, 2019.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expressão migratória e econômica dos municípios de pequeno porte (MPP) constituiu o objeto de pesquisa deste estudo. A difusão do processo de urbanização, a desconcentração industrial e demográfica a partir das grandes metrópoles do Sudeste são alguns fatores que contribuíram para a modificação dos padrões estruturais das migrações internas. Concomitantemente, surgiram redes de circulação e consumo que possibilitaram o aumento do protagonismo de novas centralidades regionais distribuídas pelo país.

A presente tese buscou verificar como os movimentos migratórios dos últimos 30 anos impactaram os municípios de pequeno porte do Sudeste brasileiro em termos demográficos e ocupacionais, a ponto de se tornarem unidades territoriais de expressão na contemporaneidade.

Deste modo, fazem parte do escopo da pesquisa, teorias sobre as perspectivas migratórias, a desconcentração demográfica e econômica, a densificação da rede urbana e a emergência de subespaços compostos por MPP com importância na dinâmica regional. O olhar direcionado para esta classe de municípios permitiu elucidar a articulação destas localidades com outras de maior porte populacional, bem como compreender a dimensão territorial dos movimentos migratórios e aspectos econômicos operantes nesta escala.

A hipótese formulada para esta investigação afirmava que os pequenos municípios do Sudeste, região mais desenvolvida do Brasil, deixaram de ser o lócus de expansão das atividades agropecuárias estrito senso, e passaram a receber investimentos produtivos de expressão, o que tem feito deles uma vasta superfície territorial de relevância demográfica e econômica no país.

Essa premissa foi confirmada, contudo no rol dos MPP existem idiosincrasias que refletem contextos históricos, socioeconômicos e políticos diversos. Diante das discrepâncias de desenvolvimento internas ao Sudeste, essa assertiva não se mostrou aplicável à todos os MPP. Quando esses municípios foram estratificados em classes de tamanho e classificados por critérios demográficos, foi possível delimitar através de uma tipologia, agrupamentos de municípios capazes de agregar características de forte dinamicidade demográfica, por apresentarem taxa de crescimento populacional acima da média regional e do Brasil. Ao avançar nesta direção, foram realizadas comparações entre os municípios de pequeno porte que apresentaram perfil demográfico de dinamismo, debilidade e semi-estagnação.

O estado de São Paulo agregou o maior número de municípios dinâmicos demograficamente. Minas Gerais condensou a maior porção de municípios com características de debilidade, sustentado por repetitivos saldos migratórios negativos, enquanto as UF de

Espírito Santo e Rio de Janeiro juntas agregavam um expressivo montante de pequenos municípios em situação de semi-estagnação.

A criação dessa tipologia foi validada por perspectivas teóricas que versam sobre a aquisição de novos papéis e significados adquiridos pelos MPP frente à redistribuição espacial da população. Entretanto, esses novos papéis não possuem um teor explicativo homogêneo dado à diversidade de situações regionais em que se encontram, o que se tornou explícito quando foram examinados espaços em situação de dinamicidade, mas também de fragilidade demográfica.

Para traduzir essas transformações no universo dos pequenos municípios, lançou-se mão da variável migração de data-fixa, ao se apoiar em pesquisas diversas que apontam que a compreensão deste fenômeno social, tem se tornado fundamental no processo de redistribuição populacional contemporâneo frente ao avanço da transição demográfica operante no país. Assim, a migração atua como um balizador sendo capaz de sinalizar as dimensões em que ocorrem as mudanças nos pequenos municípios ao longo do tempo e no espaço.

Ao concentrar as análises na evolução dos fluxos migratórios envolvendo os MPP, nas três últimas décadas, de modo geral, pode-se notar mudanças substanciais em seus volumes, especialmente pelo ganho de população derivado da imigração. Isso ficou claro quando o acréscimo da taxa de imigração nos municípios de pequeno porte foi significativamente superior à taxa de crescimento da população brasileira e do Sudeste nos decênios de 2000 e 2010. Estas evidências descortinam a realidade de que muitos municípios de pequeno porte se reconfiguram em espaços atrativos, confirmando inclusive, a eficácia da tipologia proposta nesta tese.

Quando observados os saldos migratórios das UF que compõem o Sudeste foram detectadas algumas disparidades. Minas Gerais durante os decênios de 1991 e 2000 permaneceu perdendo população, isso só foi revertido a partir de 2010. Enquanto os MPP do Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro se mantiveram atrativos com acréscimo a favor dos imigrantes.

Os fluxos de curta distância como os intraestaduais corresponderam à maior fatia das trocas migratórias no Sudeste, seguida dos estoques intrarregionais, com exceção dos pequenos municípios do estado de São Paulo, que mantiveram fluxos expressivos (de entrada e saída) com outras regiões do país. Esse fato também foi verificado com os pequenos municípios do estado do Espírito Santo, a partir do quinquênio 2005/2010. Minas Gerais realizou as principais trocas (imigração e emigração) com os municípios de São Paulo, do mesmo modo que os pequenos municípios cariocas efetuaram trocas com Minas.

A partir destas informações foram identificados 63 pequenos municípios com crescimento populacional derivado das migrações nos decênios de 2000 e 2010. Destes, 57 eram dinâmicos com alta, média e baixa atratividade migratória e seis em situação de estabilidade populacional concentrando, sobretudo, no estado de São Paulo (33 municípios) e em Minas Gerais (16 municípios). Os pequenos municípios capixabas e cariocas agregaram juntos 14 municípios. Ao ranquear os 10 MPP mais atraentes do Sudeste, oito deles se localizavam nas adjacências da RM paulista, clarificando a relevância demográfica dos pequenos municípios de São Paulo.

O exame desta plêiade de pequenos municípios dinâmicos, do ponto de vista demográfico, desmistifica-se as clássicas interpretações ancoradas na tendência histórica dos pequenos municípios como perdedores de população. Mas, sabe-se que nesta classe de municípios existem muitas diferenças, uns são bem mais dinâmicos que outros, por isso foram acrescentadas reflexões de cunho econômico, em especial relativas ao mercado de trabalho. Para isso, foram identificados os imigrantes ocupados nos MPP, como instrumento para sinalizar o peso relativo das atividades econômicas existentes no âmbito dos municípios de pequeno porte.

Ao longo das análises, verificou-se que o volume de imigrantes ocupados nos grandes centros urbanos do Sudeste vêm experimentando decréscimo, ao passo que os municípios de porte intermediário e pequenos apresentam inegáveis acréscimos de população imigrante ocupada. Além disso, notou-se que o ritmo de ocupação é diferenciado em função da seletividade no mercado de trabalho. O segmento que alocou o maior contingente de mão de obra imigrante foi o de ocupações elementares, consideradas braçais e com baixa qualificação profissional e entre os pequenos municípios de São Paulo correspondem à maior proporção da ocupação dos imigrantes.

Ao concentrar a análise nas práticas econômicas desenvolvidas nos MPP, os dados apontaram para o aumento da importância dos trabalhadores inseridos no setor secundário (indústria e construção civil) e de comércio e serviços, atividades tradicionalmente absorvedoras de elevada mão de obra, especialmente destacados entre os municípios de pequeno porte paulistas e cariocas. Esta informação é relevante ao indicar que os pequenos municípios vêm sendo palco de atividades não unicamente ligadas à economia agrícola, existindo outros setores econômicos que empregam mais que a agropecuária. Ainda assim, as atividades agropecuárias alocaram a maior porção de imigrantes no rol dos pequenos municípios em Minas Gerais e Espírito Santo.

Quanto ao perfil do migrante, houve uma atração significativa de pessoas do sexo masculino, com idade entre 20 a 29 anos. Através dos métodos *k-means* e LISA, os imigrantes foram agrupados conforme o grau de qualificação nos seus postos de trabalho e notou-se a presença de arranjos espaciais diferenciados compostos por pequenos municípios que se constituem em alternativas de fixação de imigrantes com qualificação diversas, aproximando de teorias defensoras que a dinâmica migratória recente, mantém estreitos vínculos com as transformações deflagradas pela expansão econômica.

Paralelamente, através do método LISA utilizando a razão de qualificação dos imigrantes, foi perceptível que, por mais que os pequenos municípios paulistas atraíam os maiores volumes populacionais, são principalmente entre os municípios mineiros e fluminenses que adensam a maior relação de pessoas altamente qualificadas. Enquanto os agrupamentos dos MPP paulistas localizados, sobretudo, nas mesorregiões de Ribeirão Preto, São José do Rio Preto e Bauru e mineiros situados no Alto Paranaíba e Triângulo prevalece uma relação de pessoas ocupadas com baixa qualificação profissional.

Face ao recorte temporal e metodológico utilizado ao longo desta investigação e dos aportes teóricos recrutados, é essencial realizar uma leitura mesmo que breve, da realidade atual acerca dos MPP. Nas últimas décadas, e especialmente no período pós 2010, a região Sudeste tem vislumbrado transformações na esfera produtiva o que conduz novos olhares para realidades não metropolitanas. Isso tem desencadeado novas modalidades de fluxos populacionais. Estes movimentos se redesenham e concomitantemente imprimem novos significados às localidades que participam destes processos, dentre elas os pequenos municípios.

O fenômeno migratório adquire maior complexidade, ao passo que a desconcentração econômica, a reestruturação produtiva e a urbanização têm se densificado no espaço, deflagrados pela intensiva penetração do capitalismo e à nova divisão do trabalho impulsionados pela ação da globalização que flexibiliza cada vez mais as fronteiras territoriais entre os municípios. É notório o enfraquecimento de regiões tradicionalmente absorvedoras de migrantes, em prol da inserção de novos espaços que até então poderiam ser considerados como periféricos diante desta lógica. Assim, os MPP constituem uma importante escala da hierarquia urbana para reprodução destes processos.

Tais espaços vivenciam transformações econômicas, políticas, sociais e tecnológicas construindo uma viável opção de trajetória migratória. Mas, esta investigação não daria conta de cobrir todo este leque de processos vigentes frente a base teórica e metodológica utilizada.

Nesse sentido, reporta-se a contribuição social e científica desta investigação, por apontar a necessidade de repensar as políticas públicas de desenvolvimento regional voltadas aos pequenos municípios, haja vista a necessidade de respeitar as particularidades e estimular as potencialidades locais. Frente à compilação de informações substantivas sobre estas unidades territoriais, sugere-se a realização de pesquisas futuras com efeito comparativo sobre o papel dos pequenos municípios em outras regiões do país, a fim de evidenciar as reais demandas que orientam os novos padrões de migração para estes espaços.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Classificação dos imigrantes ocupados conforme nível de qualificação

Categorias analíticas	Grupos ocupacionais
Imigrantes ocupados com alta qualificação	<ol style="list-style-type: none">1. Diretores e gerentes2. Profissionais das ciências e intelectuais
Imigrantes ocupados qualificados	<ol style="list-style-type: none">1. Trabalhadores de apoio administrativo2. Técnicos e profissionais do nível médio;3. Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca4. Trabalhadores qualificados operários e artesãos da construção e das artes mecânicas5. Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados6. Operadores de instalações e máquinas e montadores
Imigrantes ocupados com baixa qualificação	<ol style="list-style-type: none">1. Ocupações elementares

ANEXOS

ANEXO 1 - Grupos por setor ocupacional

CLASSIFICAÇÃO DE OCUPAÇÕES (IBGE/2010)	
Forças armadas, policiais e bombeiros militares	<ol style="list-style-type: none">1. Oficiais das forças armadas2. Graduados e praças das forças armadas3. Oficiais de polícia militar4. Graduados e praças da polícia militar5. Oficiais de bombeiro militar6. Graduados e praças do corpo de bombeiros7. Bombeiros e policiais militares não especificados8. Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares não especificados
Diretores e gerentes	<ol style="list-style-type: none">1. Membros superiores do poder executivo e legislativo2. Diretores gerais e gerentes gerais3. Dirigentes administrativos, comerciais e de serviços4. Dirigentes de vendas, comercialização e desenvolvimento5. Dirigentes de produção agropecuária, silvicultura, aquicultura e pesca6. Dirigentes de indústria de transformação, mineração, construção e distribuição

	<ol style="list-style-type: none"> 7. Dirigentes de serviços de tecnologia da informação e comunicações 8. Dirigentes e gerentes de serviços profissionais 9. Gerentes de hotéis, restaurantes, comércios atacadistas e varejistas e outros serviços
Profissionais das ciências e intelectuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Físicos, químicos e afins 2. Matemáticos, atuários e estatísticos 3. Profissionais em ciências biológicas 4. Engenheiros (exclusive eletrotécnicos) 5. Engenheiros eletrotécnicos 6. Arquitetos, urbanistas, agrimensores e desenhistas 7. Médicos 8. Profissionais de enfermagem e partos 9. Profissionais da medicina tradicional e alternativa 10. Paramédicos 11. Veterinários 12. Outros profissionais da saúde 13. Professores de universidades e do ensino superior 14. Professores de formação profissional 15. Professores do ensino médio 16. Professores do ensino fundamental e pré-escolar 17. Outros profissionais do ensino 18. Especialistas em finanças 19. Especialistas em organização de administração 20. Profissionais de vendas, comercialização e relações públicas 21. Desenvolvedores e analistas de programas e aplicativos (software) e multimídia 22. Especialistas em base de dados e em redes de computadores 23. Profissionais em direito 24. Arquivologistas, curadores de museus, bibliotecários e afins 25. Especialistas em ciências sociais e teologia 26. Escritores, jornalistas e linguistas 27. Artistas criativos e interpretativos
Técnicos e profissionais do nível médio	<ol style="list-style-type: none"> 1. Técnicos em ciências físicas e da engenharia 2. Supervisores em engenharia de minas, de indústrias de transformação e da construção 3. Técnicos em controle de processos 4. Técnicos e profissionais de nível médio em ciências biológicas e afins 5. Técnicos e controladores da navegação marítima e aeronáutica 6. Técnicos médicos e farmacêuticos 7. Profissionais de nível médio de enfermagem e partos 8. Profissionais de nível médio de medicina tradicional e alternativa 9. Técnicos e assistentes veterinários 10. Outros profissionais de nível médio da saúde 11. Profissionais de nível médio em finanças e matemática 12. Agentes e corretores comerciais 13. Agentes de serviços comerciais 14. Secretários administrativos e especializados 15. Agentes da administração pública para aplicação da lei e afins 16. Profissionais de nível médio de serviços jurídicos, sociais e religiosos 17. Trabalhadores do esporte e condicionamento físico

	<p>18. Profissionais de nível médio em atividades culturais, artísticas e culinárias</p> <p>19. Técnicos em operações de tecnologia da informação e das comunicações e assistência</p> <p>20. Técnicos em telecomunicações e radiodifusão</p>
Ocupações mal definidas	1. Ocupações mal definidas
Trabalhadores de apoio administrativo	<p>1. Escriturários gerais</p> <p>2. Secretários (geral)</p> <p>3. Operadores de máquinas de escritório</p> <p>4. Caixas de banco, cobradores, pagadores e afins</p> <p>5. Trabalhadores de serviços de informação ao cliente</p> <p>6. Auxiliares contábeis e financeiros</p> <p>7. Trabalhadores encarregados de registros de materiais e de transportes</p> <p>8. Outros trabalhadores de apoio administrativo</p>
Trabalhadores qualificados da agropecuária, florestais, da caça e pesca	<p>1. Agricultores e trabalhadores qualificados em atividades da agricultura</p> <p>2. Criadores e trabalhadores qualificados da pecuária</p> <p>3. Produtores e trabalhadores qualificados de exploração agropecuária mista</p> <p>4. Trabalhadores florestais qualificados e afins</p> <p>5. Pescadores e caçadores</p>
Operadores de instalações e máquinas e montadores	<p>1. Operadores de instalações mineradoras e de extração e processamento de minerais</p> <p>2. Operadores de instalações de processamento e recobridoras de metais</p> <p>3. Operadores de instalações e máquinas de produtos químicos e fotográficos</p> <p>4. Operadores de máquinas para fabricar produtos de borracha, de papel e de material</p> <p>5. Operadores de máquinas para fabricar produtos de têxteis e artigos de couro</p> <p>6. Operadores de máquinas para elaborar alimentos e produtos afins</p> <p>7. Operadores de instalações para a preparação de papel e de processamento de madeira</p> <p>8. Outros operadores de instalações fixas e máquinas</p> <p>9. Montadores</p> <p>10. Maquinistas de locomotivas e afins</p> <p>11. Condutores de automóveis, caminhonetes e motocicletas</p> <p>12. Condutores de caminhões pesados e ônibus</p> <p>13. Operadores de equipamentos móveis pesados</p> <p>14. Marinheiros de coberta e afins</p>
Trabalhadores qualificados operários e artesãos da construção e das artes mecânicas	<p>1. Trabalhadores da construção civil em obras estruturais</p> <p>2. Trabalhadores qualificados da construção (acabamento)</p> <p>3. Pintores, limpadores de fachadas e afins</p> <p>4. Moldadores, soldadores, chapistas, caldeireiros, montadores de estruturas</p> <p>5. Ferreiros, ferramenteiros e afins</p> <p>6. Mecânicos e reparadores de máquinas</p> <p>7. Artesãos</p> <p>8. Trabalhadores qualificados e operários das artes gráficas</p> <p>9. Instaladores e reparadores de equipamentos elétricos</p>

	<ul style="list-style-type: none"> 10. Instaladores e reparadores de equipamentos eletrônicos e de telecomunicações 11. Trabalhadores qualificados do processamento de alimentos e afins 12. Trabalhadores qualificados do tratamento da madeira, marceneiros e afins 13. Trabalhadores qualificados e operários da confecção de roupas, calçados e
Trabalhadores dos serviços, vendedores dos comércios e mercados	<ul style="list-style-type: none"> 1. Trabalhadores do serviço direto aos passageiros 2. Cozinheiros 3. Garçons e atendentes de bar 4. Cabeleireiros, especialistas em tratamento de beleza e afins 5. Supervisores de manutenção e limpeza de edifícios 6. Outros trabalhadores de serviços pessoais 7. Vendedores de rua e postos de mercado 8. Comerciantes e vendedores de lojas 9. Caixas e expedidores de bilhetes 10. Outros vendedores 11. Cuidadores de crianças e ajudantes de professores 12. Trabalhadores de cuidados pessoais nos serviços de saúde 13. Trabalhadores dos serviços de proteção e segurança
Ocupações Elementares	<ul style="list-style-type: none"> 1. Trabalhadores domésticos e outros trabalhadores de limpeza de interior de edifícios, escritórios, hotéis e outros estabelecimentos 2. Lavadores de veículos, janelas, roupas e outras limpezas manuais 3. Trabalhadores elementares da agropecuária, da pesca e florestais, trabalhadores elementares da mineração, da construção, da indústria de transformação e do transporte, trabalhadores elementares da indústria de transformação 4. Trabalhadores elementares do transporte e armazenamento 5. Trabalhadores ambulantes dos serviços e afins 6. Vendedores ambulantes (excetuando de serviços de alimentação) 7. Ajudantes de preparação de alimentos coletores de lixo, material reciclável e varredores 8. Outras ocupações elementares